

Artur Gonçalves

Diferenças de Estilos de Vida Entre Populações Jovens de Meio Rural (Boticas) e de Meio Urbano (Braga): análise de concepções, de valores e de práticas.

Instituto de Estudos da Criança
Universidade do Minho

Braga
2004

Artur Gonçalves

Diferenças de Estilos de Vida Entre Populações Jovens de Meio Rural (Boticas) e de Meio Urbano (Braga): análise de concepções, de valores e de práticas.

Tese submetida por Artur Gonçalves ao Instituto de Estudos da Criança (I.E.C.) da Universidade do Minho -Braga, para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Criança -Promoção da Saúde e do Meio Ambiente, sob a orientação da Professora Doutora Graça Simões de Carvalho.

Instituto de Estudos da Criança

Universidade do Minho

Braga
2004

*À Maria do Céu e às nossas
filhas , dedico com amor.*

Agradecimentos

Expresso gratidão:

*À orientadora deste trabalho, Profa. Doutora Graça Simões de Carvalho, pela sua reiterada disponibilidade, espírito de abertura, rigor científico e sentido de humor que sempre manifestou.

*Aos 880 alunos que participaram e tornaram possível a realização deste estudo.

*Aos professores das 29 escolas que participaram neste projecto, pela amabilidade e disponibilidade manifestadas.

* À Senhora minha mãe e ao Senhor meu pai, por me terem dado ao mundo e em mim sempre acreditarem.

*À minha esposa e às minhas filhas por existirem, pela ternura, pela paciência, pela tolerância e pela compreensão com que sempre acompanharam e cooperaram na realização do projecto.

A todos, eu agradeço.

Índice Geral

	Página
Dedicatória.....	III
Agradecimentos.....	IV
Índice Geral.....	V
Índice de Figuras, Quadros e Anexos.....	X
Tábua de siglas utilizadas.....	XIII
Resumo em português.....	XV
Resumo em francês.....	XVII
Resumo em inglês.....	XIX
<u>Capítulo I</u> - Introdução.....	1
1.1.Estilos de Vida.....	3
1.2.Meio Rural e Meio Urbano.....	4
1.2.1.Meio Rural (Concelho de Boticas).....	4
1.2.2.Meio Urbano (Cidade de Braga)	5
1.3.Objectivo do Trabalho.....	6
<u>Capítulo II</u> - Quadro Teórico.....	7
2.1.Os Estilos de Vida numa Perspectiva Histórico-Antropológica.....	7
2.2.Estilos de Vida como Cultura, Civilização e Ideologia.....	10
2.3.Consonância entre Estilos de Vida e Saúde.....	11
2.4.Hierarquização da Necessidades Humanas e Determinantes de Saúde.....	13
2.4.1.A Alimentação.....	14
2.4.2.A Habitação.....	16
2.4.3.O Vestuário.....	17
2.5.Educação Ambiental na Definição dos Estilos de Vida.....	18
2.6.A Sexualidade como Determinante dos Estilos de Vida.....	18
2.7.Os Valores na Definição dos Estilos de Vida.....	23
2.8.Direitos Humanos e Cidadania na Definição dos Estilos de Vida.....	25
2.9.Trabalho e Emprego.....	26

2.10.Emigração e Racismo.....	26
2.11.Moda e os Maneirismos.....	28
2.12.Amor e Afectos.....	28
2.13.Os Tempos Livres e o Lazer na Definição dos Estilos de Vida.....	29
2.14.Os Quotidianos na Definição dos Estilos de Vida.....	30
2.15.Consumo e Consumidores na Definição dos Estilos de Vida.....	33
2.16.A Publicidade e o Consumo.....	33
2.17.O Poder na Definição dos Estilos de Vida.....	34
2.18.O Álcool, a Droga e o Tabaco na Definição dos Estilos de Vida.....	35
2.19.Saúde Pública e Estilos de Vida.....	38
2.20.Capacitação/Empowerment na Definição de Estilos de Vida.....	39
2.21.A Acção Construtivista na Implementação de Estilos de Vida.....	41
Capítulo III - Metodologia.....	44
3.1.Desenho Investigativo.....	44
3.2População e Amostra.....	45
3.3.Elaboração do Instrumento de Recolha de Dados.....	46
3.3.1.Questionário.....	46
3.3.1.a.Caracterização dos Sujeitos.....	47
3.3.1.b.Eixos de Investigação.....	47
1.Hierarquia da Necessidades (Modelo de Maslow) na Caracterização dos Estilos de Vida.....	47
2.A Atitude perante a Sexualidade na Caracterização dos Estilos de Vida.....	48
3.A Ocupação dos Tempos Livres na Caracterização dos Estilos de Vida.....	48
4. Os Valores (Conservadores e Liberais) na Caracterização dos Estilos de Vida.....	48
5. O “Ser” e o “Parecer”, o “Individual” e o “Social”, o “Ego” e o “Super Ego” na Caracterização dos Estilos de Vida.....	49
6. A Vivência do Quotidiano na Caracterização dos Estilos de Vida.....	49

7. O Conhecimento, o Comportamento, as Preocupações e a Atitude Crítica na Caracterização dos Estilos de Vida.....	49
8. Hábitos de Consumo no Desenvolvimento dos Estilos de Vida.....	5
9.A Alimentação, a Higiene e a Segurança na Caracterização dos Estilos de Vida.....	50
10.A Percepção da Emigração na Caracterização dos Estilos de Vida.....	50
11.A Percepção de Emprego e de Trabalho Futuro na Caracterização dos Estilos de Vida.....	51
3.3.1.c.Temas de Investigação.....	51
1.As diferentes Formas de Amor (Sexual, Maternal e Fraternal) na Caracterização dos Estilos de Vida.....	51
2.O Poder (Económico, Físico e Cultural) na Caracterização dos Estilos de Vida.....	52
3.A Saúde (Medicamentosa, Alimentar e Desportiva) na Caracterização dos Estilos de Vida.....	52
4.A Liberdade (Simbólica ou Efectiva) na Caracterização dos Estilos de Vida.....	53
5.Os Aspectos Alimentares na Caracterização dos Estilos de Vida.....	53
6.Factores Condicionantes do Futuro (Fome, Guerra e Drogas) na Caracterização dos Estilos de Vida.....	54
3.3.1.d.Teste Piloto.....	54
3.3.2.Caixa de Perguntas.....	56
3.3.3.Análise Estatística.....	57

Capítulo IV- Resultados

Sub-Capítulo1. Dados de Caracterização Geral.....	59
4.1.1.Distribuição dos Inquiridos por Ano de Escolaridade e por Escolas de Meio Rural e do Meio Urbano.....	59
4.1.2.Distribuição dos Inquiridos do Meio Rural e do Meio Urbano pela Área de Residência.....	61
4.1.3.Distribuição dos Inquiridos do Meio Rural e do Meio Urbano por Idades.....	63

4.1.4.Distribuição dos Inquiridos do Meio Rural e do Meio Urbano por Sexo e Ano de Escolaridade.....	62
4.1.5.Distribuição dos Pais e das Mães pelas Categorias Sócio-Profissionais.....	63
4.1.6.Estado Civil dos Progenitores dos Sujeitos da Amostra.....	64
4.1.7.Fratria dos Sujeitos da Amostra.....	65
4.1.8.Características da Fratria dos Sujeitos da Amostra.....	65
4.1.9.Posicionamento religioso dos sujeitos da amostra.....	65
Sub-Capítulo 2. Dados os Eixos de Investigação.....	67
4.2.1.Hierarquia da Necessidades Humanas na Caracterização dos Estilos de Vida.....	67
4.2.2.A Sexualidade na Definição dos Estilos de Vida.....	73
4.2.3.A Ocupação dos Tempos Livres na Definição dos Estilos de Vida.....	74
4.2.4.Os Valores (Conservadores e Liberais) na Caracterização dos Estilos de Vida.....	76
4.2.5.O “Ser” e o “Parecer”, o “Individual” e o “Social”, o “Ego” e o “Super Ego” na Caracterização dos Estilos de Vida.....	77
4.2.6.A Vivência do Quotidiano na Definição dos Estilos de Vida.....	78
4.2.7.O Conhecimento, o Comportamento, as Preocupações e a Atitude Crítica na Definição dos Estilos de Vida.....	80
4.2.8.Os Hábitos de Consumo na Definição dos Estilos de Vida.....	82
4.2.9.A Alimentação, a Higiene e a Segurança na Definição dos Estilos de Vida.....	84
4.2.10.A Percepção da Emigração na Definição dos Estilos de Vida.....	86
4.2.11.A Percepção de Emprego e do Trabalho na Caracterização dos Estilos de Vida.....	86
Sub-Capítulo 3. Dados dos Temas de Investigação.....	89
4.3.1.O Amor na Representação dos Estilos de Vida.....	89
4.3.2.O Poder na Representação dos Estilos de Vida.....	90
4.3.3.Os Fármacos, a Alimentação e o Exercício Físico na Representação dos Estilos de Vida.....	91
4.3.4.A Liberdade na Representação dos Estilos de Vida.....	92
4.3.5.Os Aspectos Alimentares na Representação dos Estilos de Vida.....	93
4.3.6.O Futuro na Representação.....	94

Sub-Capítulo 4. A Sexualidade.....	96
4.4.1.1º Ano de Escolaridade.....	95
4.4.2.4º Ano de Escolaridade.....	97
4.4.3.6º Ano de Escolaridade.....	99
4.4.5.9º Ano de Escolaridade.....	100
<u>Capítulo V-</u> Discussão e conclusões.....	102
<u>Discussão dos dados.....</u>	102
5.1.Pirâmide de Necessidades de Maslow.....	102
5.2.A Sexualidade na Definição dos Estilos de Vida.....	104
5.3.Tempos Livres, Recreio e Lazer na Definição dos Estilos de Vida.....	106
5.4.Os Valores na Definição dos Estilos de Vida.....	107
5.5.Os Princípios na Definição dos Estilos de Vida.....	108
5.6.Quotidianos e Estilos de Vida.....	110
5.7.Os Hábitos de Consumo na Definição dos Estilos de Vida.....	111
5.8.Conhecimento, Comportamento, Preocupações e Atitude Crítica na Definição dos Estilos de Vida.....	111
5.9.Alimentação, a Higiene e a Segurança na Definição dos Estilos de Vida.....	113
5.10.Emigração, Emprego e Trabalho na Caracterização dos Estilos de Vida.....	114
5.11.Concepções Rurais e Urbanas sobre o Amor na Definição dos Estilos de Vida...	115
5.12.Concepções Rurais e Urbanas sobre a Liberdade na Definição dos Estilos de Vida.....	115
5.13.Concepções Rurais e Urbanas sobre Fármacos, Alimentação e Exercício Físico na Definição dos Estilos de Vida.....	116
5.14.Concepções Rurais e Urbanas sobre o Poder na Definição dos Estilos de Vida...	117
<u>Conclusões.....</u>	118
Capítulo VI – Considerações finais.....	122
Bibliografia.....	125

Índice de Figuras, Quadros e Anexos

Figuras

	Página
Fig.1- Distribuição dos inquiridos pela área de residência.....	61
Fig.2- Distribuição etária dos sujeitos da amostra	62
Fig.3- Distribuição dos inquiridos de meio rural(A) e meio urbano (B) por sexo e ano de escolaridade.....	62
Fig.4- Profissão dos pais dos inquiridos da amostra rural(A) e da amostra urbana (B).....	63
Fig.5- Profissão das mães dos inquiridos da amostra rural(A) e da amostra urbana(B).....	64
Fig.6- Estado civil dos pais dos inquiridos da amostra rural e urbana.....	64
Fig.7- Número de irmãos dos inquiridos.....	65
Fig.8- Opção religiosa dos sujeitos da amostra.....	66
Fig.9-A- Valores das necessidades apresentadas para o 1º nível pela amostra rural (R) e amostra urbana (U).....	68
Fig.9-B- Valores das necessidades apresentadas para o 2º nível pela amostra rural (R) e amostra urbana (U).....	69
Fig.9-C- Valores das necessidades apresentadas para o 3º nível pela amostra rural (R) e amostra urbana (U).....	70
Fig.9-D- Valores das necessidades apresentadas para o 4º nível pela amostra rural (R) e amostra urbana (U).....	71
Fig.9-E- Valores das necessidades apresentadas para o 5º nível pela amostra rural (R) e amostra urbana (U).....	72
Fig.10- Valores sobre o nível de conversação sobre a sexualidade na amostra rural (R) e na amostra urbana (U).....	74

Fig.11- Ocupação dos tempos livres na amostra rural (R) e na amostra urbana (U)....	75
Fig.12- Os valores (conservadores e liberais) na amostra rural (R) e na amostra urbana (U).....	77
Fig.13- Dados da amostra rural (R) e da amostra urbana (U) sobre princípios.....	78
Fig.14- Dados da amostra sobre quotidianos rurais (R) e urbanos (U)	80
Fig.15- Saberes, comportamentos e atitude crítica dos jovens rurais (R) e urbanos (U).....	82
Fig.16- Hábitos de consumo dos jovens rurais (R) e dos jovens urbanos (U).....	84
Fig.17- Hábitos de higiene, alimentação e segurança dos jovens rurais (R) e dos jovens urbanos (U).....	85
Fig.18- Dados da amostra rural e da amostra urbana sobre a emigração.....	86
Fig.19-A- Dados da amostra rural e da amostra urbana sobre a profissão como determinante do futuro.....	87
Fig.19-B- Dados da amostra rural e da amostra urbana sobre a profissão que gostariam de exercer no futuro.....	88
Fig.20- O conceito de amor na população jovem rural e urbana	90
Fig.21- O conceito de poder na população jovem rural e urbana	91
Fig.22- O conceito de boa saúde na população jovem rural e urbana	92
Fig.23- O conceito de liberdade na população jovem rural e urbana	93
Fig.24- Espaços de comida predilectos a população jovem rural e urbana	94
Fig.25- Preocupações com o futuro da população jovem rural e urbana	95
Fig.26- Níveis de interesse sobre temas de sexualidade em alunos do 1º ano de meio rural (R) e de meio urbano (U)	97
Fig.27- Níveis de interesse sobre temas de sexualidade em alunos do 4º ano de meio rural (R) e de meio urbano (U)	98

Fig.28- Níveis de interesse sobre temas de sexualidade em alunos do 6º ano de meio rural (R) e de meio urbano (U)	99
Fig.29- Níveis de interesse sobre temas de sexualidade em alunos do 9º ano de meio rural (R) e de meio urbano (U)	100
Fig.30- Evolução da categorias mais representativas no ano inicial e nos anos terminais do ensino básico	101
Fig.31- Os estilos de vida em função dos valores , do conhecimento e das práticas...	124

Quadros

	Página
Quadro 1- Valor do alfa de Crobach para os Eixos do Questionário.....	55
Quadro 2- Valor do alfa de Crobach para os Temas de Investigação.....	56
Quadro 3- Distribuição dos inquiridos da amostra do meio rural por anos de escolaridade e por escola.....	60
Quadro 4- Distribuição dos inquiridos da amostra do meio urbano por anos de escolaridade e por escola.....	60
Quadro 5- Fratria dos sujeitos da amostra.....	66

Anexos

	Página
Anexo 1- Questionário.....	137
Anexo 2- Hipóteses nulas dos eixos de investigação.....	151
Anexo 3- Hipótese nulas dos temas de investigação.....	163

Tábua de Siglas Utilizadas

A.C.M.-Alternative Concepts Movements.
A.G.-Agricultor.
AR. -Artistas.
B.S.- Bombeiros Sapadores.
B.S.E. - Encefalopatia Espongiforme Bovina.
B.V.- Bombeiros Voluntários.
D.P.- Desportistas.
D.T.-Directores.
E.V.- Estilo de Vida.
Fig.- Figura.
G.N.R.- Guarda Nacional Republicana.
H0-Hipótese nula.
H1- Hipótese teórica.
I/C.- Intelectuais e Cientistas.
IDS- Índice de Desenvolvimento Social.
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano.
IMC- Índice de Massa Corporal.
INE- Instituto Nacional de Estatística.
Ip-Índice de Produtividade.
IpC- Indicador per Capita.
IST- Infecções Sexualmente Transmitidas.
O.C.- Operário do Comércio.
O.I.- Operário da Indústria.
O.M.S.- Organização Mundial da Saúde.
O.S- Operário dos Serviços
PIDDAC- Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.
P.J. Polícia Judiciária.
P.L. -Profissões Liberais.
P.P. -Patrões e Proprietários.
PPD/PSD- Partido Social Democrata.
PS- Partido Socialista.
P.S.P.- Polícia de Segurança Pública.
R- Rural.
R.C.- Regimento de Cavalaria.
R.S.U.- Resíduos Sólidos Urbanos.
SIDA- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.
S.N.S.- Serviço Nacional de Saúde.
S.P.S.S.-Statistical Package for the Social Sciences.
U- Urbano.
U.E- União Europeia.
VIH- Vírus da Imunodeficiência Humana.

Resumo

Os estilos de vida (E.V.) entendidos com vector fundamental na construção da saúde e qualidade de vida constituem o cerne deste trabalho de investigação.

Nele, procurou-se verificar em que medida os factores geofísicos, socioeconómicos infraestruturais, culturais e interesse político interferem no desenvolvimento dos E.V.

Para tal foi constituída uma amostra de 800 alunos, sendo que 400 são de meio rural (Concelho de Boticas) e outros 400 são de meio urbano (Cidade de Braga). Na amostra, tanto o meio rural como o meio urbano estão representados com 100 alunos do 1º ano de escolaridade e 100 alunos de cada um dos anos terminais de ciclo que compõem o ensino básico (4º, 6º e 9º anos de escolaridade).

Para a recolha de dados foi construído de raiz um questionário composto por 11 eixos, 6 temas de investigação e uma pergunta aberta sobre sexualidade. Os eixos e os temas de investigação foram criados com vista a se conhecerem as concepções, os valores, os conhecimentos e as práticas que influenciam os estilos de vida (E.V) dos jovens de meio rural e de meio urbano.

Os eixos abordam os seguintes aspectos implicados nos estilos de vida: A hierarquia das necessidades (modelo de Maslow); A atitude perante a sexualidade; A ocupação dos tempos livres; Os valores (conservadores e liberais); O “ser” e o “parecer”, o “individual” e o “social”, o “ego” e o “super ego”; A vivência do quotidiano; O conhecimento, o comportamento, as preocupações e a atitude crítica; Os hábitos de consumo; A alimentação, a higiene e a segurança; A percepção sobre a emigração; A percepção sobre o emprego e sobre o trabalho.

Os temas de investigação a serem seleccionados pelos inquiridos e que são compostos por imagens, comportam os seguintes aspectos influenciadores dos estilos de vida: Amor; Poder; Saúde; Liberdade; Alimentação e Factores condicionantes do futuro (fome, guerra e drogas). Na pergunta aberta sobre sexualidade, foi pedido aos alunos que escrevessem o aspecto da sexualidade e da saúde reprodutiva que mais gostariam de ver trabalhado em profundidade nas aulas de Estudo do Meio, Ciências da Natureza e Biologia.

Os dados obtidos foram trabalhados no programa informático “SPSS” e mostram claramente que jovens com as mesmas características (idade, sexo, escolaridade, religião e estrutura familiar) apresentam concepções e percepções diferentes sobre estilos de vida em 122 das 168 variáveis em estudo, pelo facto de pertencerem a meio rural ou a meio urbano.

Résumé

Les styles de vie (S.V.) considérés comme vecteur fondamental dans la construction de la santé et de la qualité de vie, constituent le tronc de ce travail de recherche.

Nous avons, ici, cherché à vérifier dans quelle mesure les facteurs géophysiques, socio-économiques, infra structurels, culturels et l'intérêt politique interviennent dans le développement des S.V.

Par ce faire, un échantillon de 800 élèves a été constitué, 400 élèves appartiennent au milieu rural (Commune de Boticas) et les 400 autres, au milieu urbain (Ville de Braga). Dans cet échantillon, aussi bien le milieu rural que le milieu urbain sont représentés par 100 élèves de 1^{ère} année de scolarité, et 100 élèves de chacune des classes de fin de cycle qui comprennent l'enseignement basique, 4^{ème}, 6^{ème} et 9^{ème} années de scolarité.

Pour rassembler les données un questionnaire composé de 11 axes, 6 thèmes de recherche et une question ouverte sur la sexualité, a été mis sur pieds. Les axes et les thèmes de recherche ont été élaborés de façon à mettre en exergue les conceptions, les valeurs, les connaissances et les pratiques qui influencent les S.V. des jeunes des milieux rural et urbain.

Les axes abordent les suivants aspects impliqués dans les styles de vie : La hiérarchie des besoins (modèle de Maslow); L'attitude face à la sexualité ; L'occupation des temps libres ; Les valeurs (conservatrices ou libérales) ; L'être et le paraître ; L'individuel et le social; L'ego et le super ego, le vécu du quotidien ; La connaissance ; Le comportement; Les préoccupations et l'esprit critique ; Les habitudes de consommation ; L'alimentation, l'hygiène et la sécurité ; La perception de l'émigration ; la perception de l'emploi et du travail.

Les thèmes de recherche, composés d'images et sélectionnés par les personnes interrogées comportent les aspects suivants qui influencent les styles de vie : l'amour, le pouvoir, la santé, la liberté, l'alimentation et les facteurs qui conditionnent le futur (la faim, la guerre et la drogue). Par la question ouverte sur la sexualité, il a été demandé aux élevés quel aspect de la sexualité et de la santé reproductive ils souhaiteraient étudier en profondeur dans le cours moyen, sciences de la nature et de la biologie (*sciences de la nature e de la vie*).

Les données obtenues, ont été traitées sur le programme «SPSS» et montrent clairement que les jeunes ayant les mêmes caractéristiques (age, sexe, scolarité, religion, structure familiale) présentent des conceptions et des perceptions différentes du style de vie dans 122 des 168 variables étudiées, par le simple fait d'appartenir au milieu rural ou urbain.

Summary

The lifestyles (L.S.) understood as the backbone in the construction of a healthy quality of life, constitute the heart of this investigative work.

In it, we tried to verify how factors like, geophysics, socio-economics, infrastructures, cultural and political interest interfere in the development of L.S.

For such, an example was built of 800 students. 400 students were from the rural area of (Concelho de Boticas) and the other 400 students were from the urban city of (Cidade de Braga). In this example, the rural area as well as the urban area are represented by 100 students each from the 1st year of schooling and 100 students from the finishing years of compulsory education (4th, 6th and 9th grade).

In order to assemble information a questionnaire was made with 11 axle's, 6 subjects of investigation and 1 open question about sexuality. The axle's and the subjects of investigation were created in order to understand the conceptions, the values, the knowledge and the ways that influence the lifestyles (L.S.) of these youth's from both the urban and rural areas.

The axle's include the following implicated aspects of the lifestyles: the hierarchy of necessities (Maslow style); the attitude towards sexuality; the occupation to free time; the values (conservative and liberal); the "am", the "would like", the "individual", the "social", the "ego" and the "super ego"; the daily living; the knowledge; the behaviour; the worries and the criticism attitude; the consumption habits; the eating; the hygiene and the security; the perception about emigration; the perception about employment and work.

The subjects of investigation that will be selected by the inquiry that are composed by images, bring the following influential aspects of the lifestyles: Love; Power; Health; Freedom; Food; and factors that condition the future (hunger, war and drugs).

In the open question about sexuality, the students were asked to write the aspects of sexuality and reproductive health that they would like to explore in detail during lectures, Natural Science and Biology.

The obtained data was introduced in to a program system "SPSS" which clearly shows that the youth's with same characteristics (age, sex, schooling, religion, and family structure) shows a different conception and perception concerning the lifestyle in 122 of the 168 variables in the study by the fact of belonging to the rural or urban environment.

Introdução.

Os Estilos de Vida (E.V) como traves mestras da vida e da acção humana, constituem-se como uma problemática da saúde, da qualidade de vida, da educação cívica, da cidadania, dos direitos humanos e das liberdades, direitos e garantias que conduzem ao bem-estar individual e social. Os E.V. constituem o âmago deste trabalho de investigação que pretende através da análise comparativa dos dados obtidos e trabalhados estatisticamente, verificar se existem ou não concepções diferentes nos jovens de um concelho rural (Boticas) e de uma cidade (Braga) sobre temas que incidem e condicionam directamente os seus E.V. tais como: habitação, alimentação, vestuário, paz, ambiente, sexualidade, valores, quotidianos, tempos livres /recreio e lazer, publicidade e consumo, trabalho e emprego, emigração, aborto, homossexualidade, infecções sexualmente transmitidas (IST).

Partindo da hipótese de que existem diferenças significativas nos E.V. destas duas comunidades que distam apenas cerca 70 km e que pertencem ao mesmo contexto geográfico (Norte), a investigação foi conduzida no sentido de averiguar em que grau os meios ecossistémicos (rural e urbano) onde os sujeitos desenvolvem a sua acção, incluindo as diferentes realidades socioeconómicas e culturais de onde as amostras provêm, interferem e condicionam o dia a dia das populações rurais (Boticas) e urbanas (Braga) no seu objectivo de alcançar níveis elevados de saúde, de desenvolvimento e bem-estar.

Pode seguramente dizer-se que este desejo de bem-estar e de conforto é quase tão antigo como a aparição do Homem na Terra. Num esforço colectivo, inventivo e criador traduzido por maneiras de pensar, agir e sentir, o Homem, ao longo do tempo procurou cumprir o velho sonho da humanidade, criando condições que permitam não só atenuar/eliminar as dificuldades de viver e coexistir, mas também, procura incessantemente modos e E.V. que lhe aumentem o gosto pela vida e pelo prazer da existência colectiva em interacção com os seus semelhantes.

Este acontecer histórico fornece a certeza das possibilidades que o ser humano tem, numa interpretação crítica do presente para perspectivar um futuro mais justo e mais fraterno. Todavia essas mudanças podem operar-se a velocidades diferentes na medida em que a herança pretérita, as ferramentas que transformam o mundo a um ritmo fabuloso, o acesso

aos bens e à informação disponibilizada pela constante evolução científica e tecnológica, bem como o usufruto dos inimagináveis conhecimentos novos e dos novos conceitos que tornam os E.V., a saúde e a qualidade de vida para além do mais, como um recurso da vida quotidiana com implicações no sucesso existencial, na integração social, na postura crítica e atitudinal, no livre arbítrio, em suma, na plena e feliz existência, não estão equitativamente repartidos, nem a possibilidade de a eles a aceder é igual para todos os cidadãos em virtude de grandes assimetrias desenvolvimentais existentes entre as regiões e, dos défices de solidariedade social, de política económica e educativa, e também de justiça equitativa e distributiva.

O assunto é de pertinência tal que os Estados Membros da Organização Mundial de Saúde (O.M.S.) comprometeram-se unanimemente em 1978 a atingir no início do século XXI o objectivo comum de saúde para todos. Compreende-se pois que este objectivo, tendo por base os E.V. corresponda a construir a saúde e a qualidade de vida de modo a que todos os habitantes do planeta usufruam de condições de bem-estar natural, que lhes possibilite tomar parte na vida produtiva dos seus países e na vida social da colectividade onde são sujeitos activos; que lhes permita descobrir a alegria e o prazer de viver.

É certo que o passado legou também grandes dificuldades. O progresso não se encaminhou no sentido de que o equilíbrio biológico, condição necessária à vida humana, e o equilíbrio ecológico, relação do homem com a sua comunidade natural se mantivessem intactos, a justa e equitativa distribuição dos bens. O valor económico sobrepõe-se muitas vezes aos interesses colectivos, e o resultado é a multiplicidade de agressões existentes na civilização dos nossos dias.

Com o fluir dos tempos, os conceitos são modelados, adaptam-se às novas necessidades sociais e adquirem novas facetas. Os conceitos de doença e saúde não fogem à regra. Num passado não muito longínquo, o primeiro significou inferioridade e o seu portador foi muitas vezes marginalizado. Mais recentemente o segundo significou ausência de doença, evoluindo para “estado de pleno bem-estar físico, mental e social” (O.M.S. 1978:1).

Este conceito que engloba as várias dimensões constituintes do equilíbrio do indivíduo, assenta numa concepção holística, que por sua vez se enquadra nos esquemas da actual pedagogia, virada para uma educação globalizante e polivalente alicerçada numa visão construtivista, sociocrítica e ecológica.

Para que o conceito actual de saúde se torne claro e efectivo vale a pena reflectir se o jovem obeso, o fumador inveterado, o que confraterniza com o álcool, aquele que não dispões das condições mínimas de conforto higiene e segurança, o individuo que deixa a vida correr

adaptando-se passivamente ao seu trabalho rotineiro, aquele que é incapaz de um acto criativo, de reflectir e agir criticamente sobre o devir e acontecer histórico, de intervir na comunidade de que faz parte no sentido de colaborar na definição do seu próprio futuro, que alicerçam as suas práticas e condutas baseados em misticismos e credices marginais ao conhecimento e avanço científico, que dizem que são felizes com o que têm, que vivem voltados para si, são de facto pessoas com saúde e qualidade de vida.

Facilmente se conclui que estas pessoas, embora aparentemente robustas e satisfeitas, não cabem na definição, pois mais cedo ou mais tarde serão vítimas dos seus hábitos de vida e das suas concepções. A saúde alicerçada em adequados E.V. visa aumentar a esperança de vida num clima de bem-estar de toda a colectividade, no presente e no futuro. O conceito de saúde pressupõe a promoção da própria saúde, o que deve conduzir a uma mudança de hábitos e atitudes redutores desse bem por parte de cada um e de todos. Visa também a modificação do ambiente político e socioeconómico, onde cada indivíduo se insere, de modo a tornar possível a concretização de tal mudança de hábitos e modos de vida, ou seja, dos estilos de vida.

1.1. Estilos de Vida.

O conceito de E.V. pode numa acepção globalizante ser traduzido pelo currículo existencial do sujeito em adaptação ao meio onde actua.

Sorokim (1947) definiu os E.V. como “*tudo o que o indivíduo aprende a fazer para viver numa comunidade particular*”, ou seja, os E.V. pressupõe a apropriação duma cultura particular para que o sujeito possa viver, agir e dominar o meio. Nesta óptica os E.V. apontam para “*o produto da cultura*” (Taylor, 2002) traduzido em herança social.

Já Durkheim (1963) apresenta o conceito de E.V. como “*maneiras de agir, pensar e sentir*”. Neste caso, o sociólogo expande e faz convergir para a definição várias dimensões da pessoa como o sócio-cultural, o psico-afectivo e o biológico-comportamental.

De maneira aparentemente mais simples Rocher (1989), definiu E. V. como “*as maneiras de viver*”. Esta aparente simplicidade encerra em si uma complexidade extrema na medida em que faz apelo a um equilíbrio na instabilidade. Isto porque as “*maneiras*” pressupõem o ajuste de todas as dimensões do sujeito individual à colectividade social e ambiental; e “*viver*” implica a realização das vontades, desejos e anseios do sujeito.

Em síntese, para nós, os E.V. são pois o currículo do Homem (individual e/ou sócio-gregário) inscrito na cultura e expresso nos comportamentos.

Deste modo, por força dos quotidianos, das interacções sociais, das concepções valorativas/culturais e da condição económica – profissional, as concepções de E.V. do meio rural deverão ser diferentes das do meio urbano.

1.2.Meio Rural e Meio Urbano.

Como os E.V. resultam da combinação da dimensão educacional, com as intervenções operadas a nível organizacional, político e económico tendo em vista facilitar as mudanças comportamentais e ambientais para promover a saúde, parece oportuno explicar o conceito de meio rural e de meio urbano, em virtude do caldo cultural e a realidade social dos sujeitos em estudo serem diferentes por provirem de meios também eles diferentes.

1.2.1. Meio Rural (Concelho de Boticas).

O Concelho de Boticas criado com a reforma administrativa de 1836, integra a região de Barroso, uma zona montanhosa do Noroeste da província de Trás – os – Montes. De clima continental (frio e com grossas nevadas no Inverno, passa a seco e tórrido no Verão) que justifica o ditado popular “ Barroso tem 9 meses de Inverno e 3 de Inferno”. Apresenta um povoamento concentrado em aldeias que distam em media 4km umas das outras. A sua maior riqueza, que está condicionada pela geologia e climatologia; é a pecuária (gado bovino, lanígero, caprino e suíno), a agricultura (batata e centeio), a silvicultura e águas naturais (Águas de Carvalhelhos), ou seja a principal actividade das pessoas é no sector primário. Na opinião de Fontes (1992) o Barrosão é mais “pastor do que agricultor” e a sua organização social tem uma tradicional inclinação para o associativismo, alicerçado talvez na reciprocidade de parentesco, nas relações de produção e consumo, factores que ainda hoje mantêm vivo este sentimento comunitário agro-pastoril.

O concelho de Boticas é por conseguinte uma zona ainda profundamente rural tanto por conta da das actividades económicas aí desenvolvidas: agricultura, pecuária e silvicultura que ocupam mais de 65% da população do concelho, contra os 10% da média nacional (Azevedo, 1995), como do tipo de povoamento (concentrado em aldeias) em que as mais populosas são a sede do concelho (Boticas) com 1065 habitantes, seguida de Ardãos com 457 habitantes, Pinho com 325 habitantes e Alturas do Barroso com pouco mais de 200 habitantes. A ruralidade sustenta-se ainda na demografia, porque todo o concelho de Boticas com os seus 7520 habitantes não tem a população mínima para formar uma cidade, o que se traduz também numa baixa densidade populacional: 23,5hab/km² (Marques e Baptista, 2002).

Outro factor que indica a forte ruralidade deste concelho é o infraestrutural. O concelho de Boticas não tem saneamento básico na maior parte das povoações, assim com não dispõe de ensino secundário nem universitário. Tem só um centro de saúde que serve todo o concelho, duas agências bancárias, um posto da Guarda Nacional Republicana, Bombeiros Voluntários, um lar da terceira idade pertencente à Santa Casa da Misericórdia e uma farmácia. Todos estes serviços estão concentrados na sede de concelho.

A região por via das fracas acessibilidades, de explorações agrícolas pouco rentáveis, de uma economia deprimida, por debilidade de oferta de empregos ou actividades de complemento aos rendimentos agro-pecuários e pela diminuição dos serviços locais, tem assistido nas últimas décadas aos fenómenos do êxodo e à grande quebra nas taxas de nupcialidade (concentrada no Verão com o regresso dos emigrantes) de fecundidade e natalidade que fizeram com que a população com menos de 10 anos tenha baixado 40% entre os dois últimos recenseamentos (Azevedo, 1999).

A conjugação de todos estes fenómenos conduz à diminuição da diversidade social das aldeias com os consequentes reflexos na saúde, nos estilos e qualidade de vida das pessoas, pois os povoados de Barroso estão semi-desertos, tendo apenas permanecido a população envelhecida que sente maiores dificuldades em responder aos problemas cada vez mais agudos.

1.2.2. Meio Urbano (Cidade de Braga).

A cidade de Braga é sede de concelho, comarca, distrito e arquidiocese e em 2001 tinha 56670 habitantes e a densidade populacional rondava os 1350 hab/km² (A Enciclopédia Pública, 2004:1367) e desde logo a demografia justifica a sua urbanidade.

A cidade de Braga cumpre ainda todos os requisitos da urbanidade do ponto de vista dos sectores produtivos porque o sector primário tem pouca ou nenhuma representatividade no núcleo urbano. Aí predomina o sector terciário (comércio e serviços) e o secundário com maior representatividade na cintura periférica.

Também satisfaz o exigível em termos infraestruturais, pois Braga está razoavelmente equipada com saneamento básico, água canalizada, gás natural e recolha e tratamentos dos resíduos sólidos urbanos (RSU); possui uma rede ferroviária e rodoviária aceitável; tem capacidade de dar resposta às necessidades de educação e ensino desde o pré-primário ao universitário; é servida por varias forças de segurança: polícia de segurança pública (PSP), polícia judiciária (PJ) e guarda nacional republicana (GNR), regimento de cavalaria (RC), bombeiros voluntários (BV) e bombeiros sapadores (BS); no campo da saúde, a cidade

dispõe de Hospital Distrital, vários centros de saúde e clínicas particulares e no campo do recreio, lazer, cultura e desporto, a cidade está equipada com parques e complexos desportivos, piscinas, campos de ténis, cinemas e teatros, bibliotecas e museus...

Em virtude do seu dinamismo social e económico, Braga tornou-se num local de destino migratório, que fez dela uma das cidades mais dinâmicas do país e mais jovens da Europa.

1.3. Objectivo do Trabalho.

É consensual que E.V. saudáveis promovem uma vida com mais qualidade. Ora, nos tempos que correm, por processos de aculturação, pressão publicitária, consumerismo, fluxos migratórios e importação de modelos, assiste-se a um desenraizamento do modelo próprio das populações autóctones de determinados espaços geográficos. Todavia, a dicotomia entre E.V. de meio rural e de meio urbano não foi ainda erodida a ponto de poder fazer uma sobreposição.

É objectivo deste projecto de investigação, tendo como ponto de referência o viver ideal e o desenvolvimento de uma personalidade sadia, demonstrar se há diferenças significativas nos modelos de E.V. das populações jovens de meio rural e de meio urbano em domínios tais como: alimentação, higiene, segurança, conforto, lazer, atitudes perante o sexo seguro, bem-estar, ambiente, água, níveis de satisfação, recursos económicos.

No tempo presente, os E.V. por envolverem todos os aspectos da acção e do pensamento humano (educação, recreio e lazer, nutrição, paz, justiça, trabalho, família, habitação, higiene, segurança, alimentação, recursos económicos, recursos ambientais, hábitos tabágicos, alcoólicos e comportamentos de risco em relação às infecções sexualmente transmissíveis, entre outras) são tidos como elementos estruturadores e requisitos indispensáveis à obtenção do completo bem – estar, físico, mental e social.

Quadro Teórico

Estilo de vida (E.V.) é um conceito amplo que engloba a pessoa como um todo e em todos os aspectos da sua actividade, isto é “*forma como gere a sua existência*” (Rapley, 2003:128-130), pelo que esses aspectos se combinam para influenciar todas as dimensões que compõem o conceito de saúde física, mental, social, emocional e espiritual, e traduzem-se por níveis de “*satisfação, de bem-estar, competência, capacitação, aceitação social e qualidade de vida*” (Rapley, 2003:93-99).

As ideologias pulverizam e normativizam as suas retóricas discursivas em relação à saúde com noções como “consumerismo”, “qualidade”, “comportamentos”, “prevenção” entre outras. Toda esta gama de conceitos pode encaixar no de estilo de vida (E.V.) entendendo-se este como a forma que o “*indivíduo gere a sua própria vida, se relaciona consigo próprio, com as outras pessoas e com o ambiente*” (Rapley, 2003:78-80).

2.1.Os Estilos de Vida numa Perspectiva Histórico -Antropológica.

O Homem durante milhares de anos ocupou na biosfera um nicho ecológico comparável ao de qualquer outro mamífero. Contudo o desenvolvimento do cérebro e da inteligência permitiu-lhe dominar o fogo, inventar instrumentos, domesticar animais, agricultural o solo, desenvolver a indústrias, utilizar energias, entre outras actividades. Esta evolução conduziu-o ao estatuto de ser dominante sobre a terra em concordância com o preceituado no livro dos Génesis “*tomai a Terra e dominai-a*”.

Desta forma, no friso cronológico da hominização, as distintas etapas são marcadas por etapas evolutivas e por modelos comportamentais que lhes permitiram as adaptações e o domínio do ambiente em que desenvolveram as suas acções.

A capacidade inventiva que lhe é conferida pelo desenvolvimento da inteligência e que lhe doou o “*império do mundo*” (Poirier, 1998:34) desencadeou E.V. próprios através de

um processo evolutivo e adaptativo, evidenciado pelos meios fabricados para se defender e atacar, para se aquecer e iluminar, para produzir e modificar utensílios e fundamentalmente pelo domínio dos elementos naturais.

Para o aspecto inventivo de que o Homem é proprietário exclusivo, Monford (1952), propôs cinco estádios tecnológicos na evolução dos estádios adaptativos do ser humano à natureza e aos recursos naturais e que em certa medida identificam os estilos de vida:

1.Litotécnico – A relação social é caracterizada pela predominância da família e do clã e os artefactos são de madeira, pedra e osso;

2.Antropotécnico – A relação social desenvolve-se ao nível da Cidade-Estado, da escravatura, em que há a agricultura, a criação de gado, a produção artística, a metalurgia e a cerâmica;

3.Eotécnico – Caracterizado pelo aparecimento do capitalismo mercantil e pela utilização da energia animal, hidráulica e eólica;

4.Paleotécnico – Ascensão política da burguesia, aparecimento da máquina a vapor e revolução industrial.

5.Neotécnico – Estádio caracterizado pelo domínio das novas energias e das novas tecnologias, que origina a passagem das velhas sociedades que evoluíram a partir de estilos de vida gerados na “selvajaria”, na “barbárie” e na “civilização da domesticação” para a sociedade actual (Morgan, 1971).

Para este poder adaptativo contribuem em larga escala os E.V. nas diferentes fases evolutivas porque sendo os E.V. resultado da acção humana, por força da significação subjectiva que o indivíduo ou indivíduos actantes lhes atribuem, tomam em consideração os comportamentos dos outros e são por eles afectados no seu curso.

A apropriação comunitária dos comportamentos e dos E.V. desenvolvidos pelas organizações sociais desembocam na construção do conceito de “*cultura*” (Taylor, 2000) e segundo Durkheim (1963) os E.V. são um conjunto ligado de maneiras de “*pensar, de sentir e de agir*” mais ou menos formalizadas que, sendo apreendidas e partilhadas por uma pluralidade de pessoas, servem de maneira simultaneamente objectiva e simbólica, para organizar as pessoas numa colectividade particular e distinta. Ora sendo os E.V. um produto cultural traduzido por maneiras de pensar, agir e sentir, de uma forma mais simples e explícita se poderia dizer que eles são “*maneiras de viver*” (Rocher, 1989).

Esta abordagem cultural dos E.V. sublinha que os modelos, valores e símbolos que compõem o mundo organizacional dos indivíduos, inclui os conhecimentos, as ideias, o

pensamento, a abordagem a todas as formas de expressão dos sentimentos, assim como as regras que regem as acções observáveis de modo objectivo (Poier, 1998).

Como produto de cultura, os E.V. englobam toda a actividade humana, tenha ela por génese aspectos físicos, psíquicos, sociais, emocionais ou conotativos.

Nesta óptica, cultura é acção -E.V.- que em primeiro lugar, e antes de tudo, é vivida pelas pessoas nos seus sistemas de interacção sócio-ambiental. Em segundo lugar, a cultura sendo acção-social -E.V.- pode ser mais ou menos formalizada. É mais formalizada nos códigos, nas fórmulas rituais, em cerimónias, protocolos, conhecimentos científicos, tecnológicos e teológicos. É menos formalizada no direito consuetudinário, em certos sectores das regras de boa educação, nas relações interpessoais e no simbolismo.

Desde logo, quanto menos formalizadas estiverem as maneiras de pensar, agir e sentir, mais amplo se torna o espectro de interpretação e de adaptação pessoal de cada sujeito e menor será a censura e a desaprovação colectiva à sua violação.

Em terceiro lugar há que realçar que os E.V. sendo cultura, isto é sendo maneiras de pensar, sentir e agir, se encontram limitados por parâmetros e marcadores que indicam as características de determinados espaços geográficos e sociológicos. Assim podemos identificar E.V por continentes, por países, por regiões, por classes sociais e como é de interesse para este estudo, por aglomerados populacionais e ocupação profissional: rurais e urbanos.

O constante devir da vida social/E.V. que é determinado pelo carácter social da acção humana pressupõe segundo Durkheim (1963) duas abordagens objectivas. A primeira, é extrair as consequências que as diferentes maneiras de pensar, agir e sentir exercem em relação às pessoas e os constrangimentos que sobre elas são exercidos. Desta maneira os E.V. sofrem um enfoque do ponto de vista do colectivo, do macro-social, pois resultam grandemente da acção colectiva que emerge dos diversos estratos que compõem a herança comum dessa sociedade. Estabelecem-se ao longo da História, transmitem-se de geração em geração, são admitidos e praticados pela maioria dessa sociedade e são exteriores às pessoas na medida em que as precedem, transcendem e lhes sobrevivem.

A segunda abordagem (Durkheim, 1963) prende-se com a consciência individual de cada sujeito, em determinar de livre vontade o seu E.V. naquilo a que poderemos chamar o universo particular de cada pessoa. Essa vontade resulta da autonomia pessoal de que cada indivíduo dispõe, no uso e adaptações que pode fazer dessas maneiras colectivas

de pensar agir e sentir e que em Portugal se encontram individualmente asseguradas no texto constitucional.

A particularização dos E.V. em que o regional, local e individual é entendido como “sub-área de uma cultura” mais geral e, da qual é parte integrante e constituinte. Nesta perspectiva, Dias (1986) entende que uma unidade cultural em virtude de particularidades, pode ser dividida em províncias e regiões culturais que por força das idiossincrasias e E.V. por si apresentados, originam culturas e maneiras de viver específicos: idoso, juvenil, rico, pobre, aldeia, cidade, montanha, litoral, urbano, rural, etc.

2.2. Estilos de Vida como Cultura, Civilização e Ideologia.

Os E.V. condensados em características particulares

e modelos identificadores das sociedades e/ou dos seus sub-elementos constitutivos, são não só produto mas também produtores de cultura, definindo assim toda a actividade humana, seja ela “*cognitiva, afectiva, comportamental, conotativa ou mesmo sensorio-motora*” (Rocher, 1989:106).

De acordo com esta ideia, os E.V. como expressão de cultura apresentam quatro características:

1- Os E.V constituem a **acção** que materializa a existência física das pessoas e é a partir dessa acção, que se pode inferir do seu contexto cultural e da sua maneira de viver. Em contrapartida, os E.V. das pessoas são uma acção social porque se reportam e conformam a uma dada cultura.

2- Os E.V. são mais ou menos **formalizados** consoante se reportem a estruturas gerais e normativizadas por códigos comuns a uma cultura nacional ou se reportem a relações não sujeitas à aceitação colectiva.

3- O que faz a cultura de uma comunidade é o facto de as suas maneiras de pensar, sentir e agir, serem **partilhados** por uma pluralidade de pessoas que se identificam com essas maneiras de viver. A unidade global aceita e permite que no seu interior se formem e desenvolvam grupos restritos “gangs” que desenvolvem E.V. suigeneris em que os seus elementos por afinidades de idade, sexo, ideologia, religião, geografia, vizinhança etc. consideram como os ideais ou normais e que, por disseminação podem adquirir um carácter colectivo ou social, ou sofrerem um processo de censura e pressão social que os pode conduzir à extinção.

4- Os modos de **admissão e transmissão** dos E.V. não são herdados biológica ou geneticamente, não se encontram portanto inscritos à nascença no organismo biológico. Eles resultam dos diferentes mecanismos e modos de aprendizagem. Os E.V. como produto de cultura são “ *herança social*” (Sorokim, 1947; Taylor, 2002) ou seja, tudo o que o indivíduo aprende a fazer para viver numa sociedade particular.

Do ponto de vista da ideologia, o Homem como ser “*social-gregário*” ao longo da vida passa por um longo processo de interiorização dos elementos sócio-culturais do meio, integrando-os nas estruturas da sua personalidade sob a influência de experiências e de agentes sociais significativos, que o conduzem à definição dos ambientes sociais, aos quais tem de se adaptar e nos quais tem de viver (Pearsons e Shils, 1995). A ideologia e a socialização são pois o processo de aquisição de modelos, valores, símbolos, em suma, da construção dos E.V. próprios aos grupos, às comunidades, às sociedades, à civilização em que o indivíduo vive. Este processo inicia-se à nascença, continua pela vida fora e só acaba com a morte.

Contudo a primeira infância é o período mais marcante e mais intenso no desenvolvimento dos E.V. não só porque se confronta com uma grande panóplia de conceitos, modelos e comportamentos sobre os quais tem de fazer opções de escolha, aprendizagens, desenvolvimentos e aplicações, mas também porque é o período mais plástico e em que há uma maior disponibilidade e aptidão para a aprendizagem, para a modificação, para a aceitação do novo e do diferente (Sorokim, 1947; Darlington, 1974).

De acordo com Dias (1986) os E.V. são socialização, porque resultam da acção humana e inscrevem-se numa estrutura social alicerçada em normas, regras comuns ou colectivas; e são ideologia pois inspiram-se no construto social e possibilitam a obtenção da satisfação dos desejos, das necessidades, das ânsias e do sonho dos sujeitos.

2.3. Consonância entre Estilos de Vida e Saúde.

A cooperação entre estados sobre problemas de saúde remonta ao século XIX com a 1ª reunião internacional em Paris. Contudo só em 1948 e durante um período de idealismo e euforismo internacional é criada Organização Mundial de Saúde (OMS) que tem como grandes objectivos universalizar o acesso de todos à saúde; situar a saúde não na periferia mas bem no epicentro da economia e, correcção dos defeitos comuns da humanidade (Prédali, 2001), para que pessoas e empresas encontrem uma plataforma de

entendimento que substitua a confrontação e as arbitrariedades económico-sociais tendo em vista legar um futuro justo e equitativo às gerações vindouras.

Com a criação da OMS em 1948, o Homem é considerado e abarcado nas suas dimensões psico-físicas, sócio-ambientais e ético-valorativas (Pike e Forster, 1995), fazendo emergir uma nova definição de saúde que ficou expressa por “*um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não sendo apenas a mera ausência de doença ou enfermidade*” e para a qual os E.V. vertem um grande contributo.

Em 1978 da conferência mundial de saúde coorganizada pela OMS/Unicef em Alma-Ata resulta a declaração homónima, em que praticamente todos os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) assumem os seus princípios que reconhecem “*a saúde como um direito fundamental de todo o ser humano*” e estabelece o utópico objectivo de “*saúde para todos no ano 2000*” (Tones e Tilford, 2001).

Se bem que o grande objectivo se possa encaixar no plano onírico por implicar alterações em E.V. e hábitos profundamente enraizados nas sociedades, ele não deixa de ser positivamente significativo, pois a sua consecução implica a concorrência de todos os esforços para a educação de toda a população no sentido da obtenção de comportamentos positivos que conduzam a este desidrato, e ao preconizado pela nova definição de saúde.

Desta forma, a saúde vista como uma responsabilidade da sociedade, dos governos e dos indivíduos e que a declaração de Alma-ata encoraja estes últimos a tomarem-na nas suas mãos através do controlo do serviço social de saúde, do recurso à medicina clássica, do acesso aos medicamentos sociais, da alteração dos E.V., do acesso de todos à escola e à educação e da capacitação das populações, pois a desigualdade face à saúde de países pobres e países ricos é política, moral e socialmente inaceitável.

O conceito de saúde definido em 1947 evolui em Otava (1986) no Canadá, local onde sob os auspícios da OMS se realizou a 1ª Conferência sobre a Promoção da Saúde para “*um processo que permite aos indivíduos aumentar o controlo sobre a sua própria saúde e melhorá-la*” e preconiza para atingir o “*bem-estar físico, mental e social, o individuo ou o grupo deve ser capaz de identificar e realizar as aspirações, para satisfazer necessidades, e mudar e conviver com o meio ambiente*”.

Este processo dinâmico gira sobre um eixo de modernidade no quadro da promoção da saúde e é visto numa perspectiva positiva, cuja génese reside essencialmente na capacitação das pessoas e das populações, na consideração e análise dos diferentes círculos ecossistémicos em que são sujeitos activos da praxis (E.V.), pelo que a Carta de

Otava apresenta cinco grandes estratégias para a promoção da saúde: a) *construção de políticas de saúde pública*; b) *criação de ambientes de suporte*; d) *reforço da acção da comunidade*; e) *desenvolvimento de competências pessoais*; f) *reorientação dos serviços de saúde*.

Mais recentemente, realizou-se em Jacarta (1997) na Indonésia a 4ª Conferência Sobre Promoção da Saúde, que retoma as cinco estratégias da Carta de Otava e acrescenta-lhe dois pontos importantes.

- Para uma verdadeira efectivação da capacitação (empowerment) das pessoas e das comunidades é essencial proporcionar-lhes o acesso à educação e informação.
- Os teatros de acção das pessoas (escolas, locais de trabalho, espaços comunitários...) devem proporcionar oportunidades práticas para que as estratégias globais na promoção da saúde se efectivem.

2.4. Hierarquização das Necessidades Humanas e Determinantes de Saúde.

Em *Motivation and Personality*, Abraham Maslow (1970) estabeleceu a sua teoria de hierarquia de necessidades, o conceito de auto-realização e importantes perspectivas sobre a natureza da felicidade, amor e aprendizagem que veio a redundar na pirâmide das necessidades humanas, que se encontra estruturada em cinco níveis. Neste modelo teórico/personalista, a base das necessidades assenta nas estruturas de ordem “*físicas/fisiológicas*” (e.g. ar, alimentação, dormir, protecção, refúgio); no segundo nível agrupa as necessidades de “*protecção e segurança*” (e.g. protecção física e psicológica); no terceiro estágio são consideradas por Maslow as necessidades afectivas “*o amor*” (e.g. relações interpessoais, compreensão e aceitação), na quarta estância da pirâmide encontram-se as necessidades de “*auto-estima e auto-confiança*”; e o topo da pirâmide é ocupado pelas necessidades de “*auto-actualização*” (e.g. aquisição de conhecimento, entendimento/compreensão, desejo de aumentar o seu potencial).

Da pirâmide de necessidades humanas de Maslow, deriva a ideia de que a saúde é um conceito positivo, que acentua para além das capacidades físicas, os recursos sociais, económicos e pessoais. Como tal a promoção da saúde não é responsabilidade particular da área da saúde, é acima de tudo uma dimensão de envolvimento globalizante que requer como pré-requisitos para a sua efectivação a paz, a habitação, educação, alimentação, recursos económicos, justiça social ecossistemas homeostáticos, recursos sanitários e equidade.

A par das necessidades sentidas, expressas e comparadas e dos pré-requisitos atrás definidos, a teoria sócio-cognitiva considera fundamentais para a promoção da saúde a “*motivação e comportamento individual*” (Kemmer e Close, 1995:110) que estabelece a relação do indivíduo consigo mesmo e com o seu ambiente social através de três pressupostos fundamentais: o sistema de incentivos; as expectativas de êxito e a eficácia das expectativas.

Diversos autores (*e.g.* Sanmartí 1990; Smith 1992; Seedhouse 1997; Scriven e Orm 2001) assumem a perspectiva da O.M.S. ao considerarem que a saúde deve ser entendida como uma finalidade para a vida e não como um recurso para a vida. Este recurso para a vida que é a saúde de cada qual, está fortemente influenciada por quatro factores denominados determinantes de saúde.

- Biológico Humano – Edifício genético com o qual nascemos e que não podemos alterar.
- O ambiente – Conjunto de sistemas (micro, meso e macro) onde cada qual vive, actua e interage.
- Estilo de vida – Forma como a pessoa vive e gere a sua existência.
- Sistema Nacional de Saúde.

Desta forma, sendo o Homem um ser biológico mas também social-gregário e cultural, que na sua evolução necessitou e continua a necessitar de adaptação a estas quatro dimensões, visto elas, desenvolverem-se de forma integral a tal modo que nada no nosso comportamento é intuitivo.

2.4.1.A Alimentação.

O quadro alimentar português sofreu profundas alterações nos últimos decénios e, passou-se de um cenário em que a principal actriz era a fome que desfilava no palco com um séquito de sub-nutridos, para um quadro obsogénico, eufemisticamente designada por “*epidemia da sociedade da abundância*” (Larrauri, 2000:56).

As alterações do regime e padrão alimentar bem como dos E.V., conduziu a colectividade de “magricelas”, “esqueléticos”, hoje referências sociais e culturais de saúde e elegância para a sociedade dos “anafados”, “bolinhas”, “baleias”, “cevados”, “gordos”... que sofrem a censura e a pressão social; que se encontram à margem das “*passerelles*” e com nefastas consequências para a saúde.

Aos erros alimentares e à obesidade, estão associados numerosos riscos para a saúde tanto a nível físico como psíquico (Cohen, 1999; Collins e Williams, 2001) tais como cardiopatia isquémica, doença vascular cerebral, hipertensão, irregularidades menstruais, insuficiência ovulatória, ovário poliquístico, complicações no trabalho de parto e no parto, complicações pós cirúrgicas, gota, osteoartrite, litíase biliar, hipercolestolemia, cancro do útero, do cervix, do ovário e da mama, diabetes não insulino – dependentes, depressão, bulimia, anorexia.

A melhor medida da obesidade é “o índice de massa corporal (IMC), calculado a partir do peso em quilogramas do indivíduo pelo quadrado da altura em metros (Bjorelle e Rossier, 1999).

O IMC normal situa-se ente 18,5 e 24,9. Um IMC <18,5 traduz peso inferior ao normal; se 25,0 <IMC <29,9 referencia-se como excesso de peso; se 30,0 <IMC <34,9 traduz-se em obesidade classe I; se 35,0 <IMC <39,9 é considerada obesidade extrema, classe II; e se IMC > 40,0 considera-se obesidade mórbida, classe III.

Nas sociedades opulentas, urbanizadas e altamente industrializadas, como a Europa Ocidental e os Estados Unidos da América, a obesidade infantil está a tornar-se um problema grave no qual os factores genéticos desempenham um papel significativo (Floch e Mc-Clearn, 1990; Kent e Bowyer, 1992).

As dimensões socioeconómicas e ambientais são também grandemente responsáveis pela obesidade, já que estas incorporam factores sociais que predis põem para um aumento considerável de peso, como o baixo grau de instrução, a doença crónica, a pouca actividade física, o consumo elevado de álcool, a instabilidade no emprego, a gravidez e os hábitos alimentares.

Os factores psicológicos não são de desprezar (Garrow 1988 e Mc-Crae e Yaffe, 1986) e contribuem significativamente para a agudização do problema, pois podem ocorrer excessos alimentares como compensações afectivas em situações agudas/críticas como a solidão, ansiedade e depressão que conduzem a hábitos alimentares desequilibrados. Por outro lado a pressão social que advém de padrões de beleza estereotipados e estandardizados pela ênfase da magreza e com grande influência na idade da adolescência, pode levar a um afastamento das actividades sociais e físicas com aumento da ingestão de alimentos. Noutros casos, pela consciencialização de uma falha narcísica, o belo criado pelo super-ego, gera perturbações e pode levar a situações atípicas em relação à obesidade como a anorexia nervosa com uma “prevalência de

0,7% nos adolescentes” (Rastan et al. 1989) ou “a bulimia nervosa com uma prevalência de 2%” (Faiburn, et al. 1997).

Os erros alimentares afectam o indivíduo nas suas diferentes dimensões constitutivas: física, mental, social, emocional e espiritual, pelo que e será através da “*Literacia para a Saúde*” (Carvalho, 2002), como fórmula básica do desenvolvimento cognitivo, geradora e potenciadora da autonomia e reflexão metacognitiva do cidadão, para que este possa decidir e agir com base na sua capacitação (*empowerment*), empreendendo práticas saudáveis com base no conhecimento e mediadas por atitudes conscientes.

É este potencial fornecido pela abordagem educacional que dota os indivíduos de instrumentos cognitivos e operativos favorecedores das restantes abordagens da promoção da saúde, quer a centrada no cliente em que este responsabilmente pode decidir por modelos alimentares promotores ou demotores da sua saúde; quer nas abordagens comportamental e social em que possui substrato para manter ou alterar os seus comportamentos e seleccionar os ambientes físicos e sociais que lhe permitam regimes alimentares mais saudáveis, e por fim, na abordagem médica em que o cidadão tem um “*background*” suficiente, para saber e poder decidir que em função do estado do seu IMC necessita da ajuda médica para vencer a doença.

2.4.2.Habituação.

A habitação sendo parte integrante do ambiente e do contexto da acção dos sujeitos, contribui para o bem-estar físico, psíquico e emocional dos indivíduos pela protecção, conforto e aconchego que proporciona, pelo que dela depende a qualidade de vida de quem a habita.

A habitação saudável garante segurança e oferece bem-estar (Rapley, 2003). Na generalidade, a habitação deve apresentar requisitos mínimos como meios de arejamento, iluminação natural por exposição directa aos raios solares, diversas dependências, isolamento contra o calor e o frio excessivo, salubridade no que se refere à humidade, à variação de temperatura e à propagação de ruídos e vibrações, protecção contra incêndios e deterioração por agentes naturais, abastecimento de água potável, saneamento para evacuação adequada dos esgotos, exaustão de gases e espaços evolventes aprazíveis

A casa é um local multifuncional. Nela se desenvolvem afectos e socialização, é local de trabalho e de estudo, pelo que deve ter o “*mínimo de habitabilidade*” (Tones e Tilford, 2001), entendendo-se este como o conjunto de condições abaixo das quais a

habitação concorreria de forma significativa para restringir o grau de desenvolvimento individual ou de grupo que a sociedade já permitiria dada a sua fase de evolução.

A habitação insalubre, mal estruturada, desajustada, para além de ser redutora do bem-estar das pessoas, influencia também negativamente o desenvolvimento dos indivíduos, a sua capacidade de intervir crítica e construtivamente no seu desígnio e no desígnio da sociedade, de participar activa e criativamente na construção do progresso e muitas vezes é fonte de doença, de marginalidade e insatisfação, podendo até ser geradora da falta de auto-confiança e de auto-estima (Jones e Rose, 2001), o que leva as pessoas a desistirem dos seus projectos de vida.

Há pois uma relação de interdependência entre as condições de habitabilidade, o evoluir da comunidade e os estilos de vida adoptados por cada cidadão.

2.4.3.O Vestuário.

Com o vestuário, o ser humano cria um ambiente individual que lhe serve de abrigo e o protege contra o vento, o sol, a chuva, o frio e o calor.

O modo como as pessoas se vestem pode indicar a sua origem geográfica, a sua religião, o tipo de clima que habita, o índice de progresso e bem-estar da sua sociedade e até o estatuto e função que desempenha na sociedade.

Tal como a habitação e a alimentação, o vestuário está em estreita relação com as condições climáticas (Tones e Tilford, 2001), contudo nos países ditos tecnologicamente avançados, ocidentalizados ou industrializados, o vestuário assume hoje uma dimensão valorativa capaz de construir modas e definir comportamentos.

O vestuário assume-se pois como o processo de identificação de grupos, de delimitação de estatuto, de posse e posição social (Correia e Pinho, 1988; Santos e Silva, 2002). No fundo, o vestuário constitui o espelho que reflecte para a sociedade o pensamento psicológico, aos valores, e o padrão de sofisticação do seu usuário.

Para uns, o vestuário é uma marca que define um estilo, o modo de vida, um elemento diferenciador entre aqueles que tem estilo, sofisticação e “*glamour*”, enquanto para outros, o vestuário é reduzido à sua função primeira, ou seja, obtenção de boas condições térmicas e protectoras para o corpo.

Em síntese, o vestuário e as formas de vestir traduzem uma atitude, uma forma de pensar, sentir e agir, de comportar-se consigo mesmo, constituindo desta maneira um núcleo de personalidade que se reflecte na relação com os outros através dos E.V.

2.5. Educação Ambiental na Definição dos Estilos de Vida.

Os problemas ecológicos estão em voga e com grande repercussão a nível social, pois alimentam a inquietação no espírito humano em virtude do alcance e proporção que tomaram, e das consequências que daí podem advir para o próprio Homem.

O despertar das consciências para a doença do planeta Terra levou à criação de teorias de pressão (Malthus, 1982; Prudhon, 1825), à realização de cimeiras “Clube de Roma 1968”, “Conferência do Rio 1992”, “Cimeira de Joanesburgo 2002”, e até ao estabelecimento de protocolos como o de Quioto (1995) em que, os países subscritores assumem a redução global da poluição.

Todavia, a política geral dos países pauta-se pelo não tomar em conta quaisquer restrições que possam afectar as suas indústrias, numa clara cedência às pressões económicas.

O “*homo economicus*” (Magurran, 1989 e Davigneaud, 1997) que tem a particularidade de não consumir o que produz e de não produzir o que consome, em relação a bens como o espaço, o ar, a água que são raros, não sendo possível produzi-los em quantidades maiores qualquer que seja o preço que se pague, mantém E.V. e processos de pensamento/acção que lhe obstaculiza a compreensão de que estes bens comuns, são passíveis de serem utilizados uma só vez (extinção) ou $1 + (n+1)^a$ através da sua conservação.

Terra há só uma, é de todos, é finita e, logicamente finitos são também os seus recursos. Como tal o Homem dotado da tecnoespecialização, organizou estruturalmente a sociedade contemporânea/pós industrial e os seus E.V. com base no consumo de energia, tornando-se num ser “*energeticodependente*” (Odum, 1982). Em consequência do carácter limitado e finito desses recursos energéticos, assiste-se a turbulências nas sociedades, sendo pois necessário que o Homem envide esforços para alterar a situação através do ordenamento do território, baseado no conhecimento da biosfera e planificando a utilização racional dos recursos de acordo com as capacidades que o meio biofísico pode proporcionar.

2.6.A Sexualidade como Determinante dos Estilos de Vida.

A Sexualidade constitui ainda hoje um dogma existencial, que apaixona alguns e divide muitos, o que permite a eternização de obstáculos epistemológicos (natureza intrínseca, cultural e social) e didácticos (enviesamento/ ausência da informação) de difícil solução e mesmo a perpetuação de grosseiros erros científicos, sociais e humanos.

Aceitando-se hoje que a própria “*programação genética por permanente exposição a pressões e factores de stress sociocultural pode ser estimulada ou retraída*” Carvalho (2002), é intrigante que a Sexualidade, uma dimensão natural da personalidade, que segue a lógica e o ritmo do desenvolvimento global, permaneça ainda em muitos contextos entre os quais o escolar como uma entidade “*suja*”, “*reprovável*”, “*pecaminosa*” e “*marginal*” (Caballero, 1995) que todos evitam abordar, porque o padrão valorativo reinante a considera pouco necessária, determinando a inoportunidade do rigor e conhecimento científico para estádios etários mais baixos, havendo mesmo cientistas que afirmam “*a função sexual não deve ser explorada, pois trata-se de um domínio sagrado*” (Masters e Johnson, 1984:238).

Se não existe educação que não seja sexualizada, porque a sexualidade começa com a vida cognitiva, construindo-se em referência a modelos e ao processo histórico resultante da acção da criança com os outros nos contextos da vida em que se desenvolve e que com ela interage, como podem a escola e os professores atingir os fins e objectivos da educação (Loureiro, 1999) consagrados na carta constitucional e outros normativos legais, se quando tentam fazer uma abordagem séria e rigorosa à questão geram ondas de choque, ruídos e pressões nos círculos sociais, eclesiásticos e políticos e se sentem abandonados e desprotegidos?

Torna-se pois factor limitante a ausência nos programas escolares de um modelo de Educação Sexual, que tenha em conta que os alunos adquirem não só conhecimentos sobre anatomia, fisiologia, fecundação, gravidez, nascimento, mas também situações que passem pela aceitação do corpo sexuado, compreensão do seu funcionamento e crescimento, mecanismos de expressão dos afectos, relacionamento interpessoal, desenvolvimento de capacidades de reconhecer e avaliar situações de risco, de tomar decisões, de ser assertivo e de pedir ajuda para que possam desenvolver E.V. saudáveis e adequados também neste domínio.

Por força da norma vigente e porque o “*Homem é também um ser sexual*” (Kohner, 1999) que está exposto a todo o tipo de mensagens sobre o sexo e sexualidade, temos uma sociedade marcada por desigualdades profundas em função do poder económico, cultural, informativo/formativo, racionalidade crítica e sexo. Quando a informação não é adequadamente trabalhada pode induzir e potenciar todo o tipo de riscos: gravidez indesejada, abuso sexual, exploração sexual e doenças sexualmente transmissíveis que interferem e afectam quantitativa e qualitativamente os E.V. das pessoas.

Para minorar os erros de intervenção e concepção existentes na sociedade e nomeadamente entre meios rural e meio urbano, tendo em vista alterar comportamentos de risco e construir sãos comportamentos afectivo-sexuais, aponta-se a necessidade de a Educação Sexual quer ao nível das escolas quer ao nível das políticas de saúde, se alicerçar em programas mais abrangentes e rigorosos, que contemplem todas as componentes da sexualidade humana, esforçando-se para que não ocorra qualquer espécie de reducionismo em relação a quaisquer uma das componentes, uma vez que elas estão em permanente interligação (Lecoq, 1978).

Ao mesmo tempo atraente e assustadora, a natureza misteriosa da sexualidade “*como mistério da vida*” (Lecoq, 1978) gerou ao longo dos tempos atitudes receosas que cristalizaram num medo sacral, origem de muitos tabus. Sinal deste medo é a “*impureza legal*” (Soares, 1977:51) ligada à actividade sexual nomeadamente em alguns povos e comunidades, nos quais ainda se encontram reflexos do Antigo Testamento e doutros textos e culturas paralelas. Nesta corrente, a sexualidade entra no domínio do sagrado, isto é, implica a ideia de segregação e de separação. No pólo oposto “profano” atribui ao significativo um destino de uso quotidiano.

Com o desenvolvimento da ciência e do conhecimento, o Homem perde o medo à natureza metafísica da sexualidade e empreende a sua dessacralização, transformando-a de pecado em virtude e pondo-a ao serviço de todos, porque efectivamente a sexualidade é do quotidiano.

A sexualidade como determinante dos E.V., sejam eles rurais ou urbanos, individuais ou colectivos, exige uma visão “*holística e ecológica*” (Caballero, 1995) porque é uma actividade natural, é a única energia limpa da história que facilite a generalização e transferência de conhecimentos por acções centradas nas pessoas, permitindo o acesso a graus elevados de literacia e pensamento crítico, indutoras e potenciadores de cortes epistemológicos que levem à abominação dos comportamentos de risco, os grandes promotores das infecções sexualmente transmitidas (IST).

Nos contextos da acção e no desenvolvimento dos E.V. das pessoas, a questão da liberdade sexual é certamente aquela que mais facilmente é relacionada com as infecções de transmissão sexual (IST) entre as quais a SIDA se encontra.

As conquistas sociais/civilizacionais permitiram a liberalização dos costumes sexuais. Existe hoje uma maior tolerância às relações sexuais pré-matrimoniais e extra-matrimoniais, bem como à precocidade da vida sexual e ao seu prolongamento até uma idade mais avançada. Passou-se da sexualidade à média luz e da psicologia dos instintos

para o “free love” ou psicologia paradigmática com os inerentes reflexos nos E.V. dos sujeitos.

Ao vasto leque das IST como doenças da desigualdade é acrescentado no início da década de 80 uma nova e terrífica doença que pôs o planeta em estado de choque pelos efeitos catastróficos e devastadores que causa.

Assim em 1981 é diagnosticado o primeiro caso de uma nova doença, a SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) em que a via sexual é uma das formas de transmissão (Pakianathan, 1999) e é identificado o VIH (Vírus da Imunodeficiência Humana) “*que se lhe for permitido seguir a sua rota natural causará uma devastação sem precedentes*”(Piot 2002:2).

Portugal, no contexto europeu é o país com maior incidência da infecção pelo VIH/SIDA, registando-se assinalável crescimento nas populações heterossexuais e nas mulheres, constituindo um verdadeiro problema de saúde pública e com o meio urbano a ser mais afectado que o meio rural.

Perante esta epidemia que emergiu por derrube de valores e costumes seculares, é preocupante constatar que as políticas de educação sexual e medidas profiláticas desenvolvidas se revelaram pouco eficazes, o que torna legítimo perspectivar que talvez o problema não tenha tanto por génese a liberdade sexual, mas sim e sobretudo a falta de informação e a não mudança para comportamentos preventivos/saudáveis.

As IST e nomeadamente a SIDA, têm maior representatividade nos consumidores de drogas injectáveis, nos praticantes de sexo não protegido e nos grupos desfavorecidos (Bellamy e Freedman, 2000; Avilez e Martingo, 2002), pelo que o principal desafio é assegurar que todos beneficiem dos avanços terapêuticos, se aumente o nível de informação, de instrução e se combata a desigualdade económico-social, ou seja se promovam E.V. adequados e sadios.

Em resultado de fenómenos migratórios, de mitos e de crenças há ainda em determinados estratos da sociedade a visão de que as relações sexuais desprotegidas são o procedimento natural. Fundamentalismos religiosos e culturais predominam ainda neste domínio e para muitos “*o esperma é uma dádiva divina e não deve ser desperdiçado*” (McDonald, 1997; Silva, 2002). Assim, o preservativo é visto nestas comunidades como um método que além de ser considerado inseguro, frágil, e redutor do prazer, é dispensável. Mesmo em Portugal e noutros países da Europa há pessoas que quando estão doentes procuram o curandeiro antes de recorrerem aos médicos (Fontes, 1992). As crenças atingem estratos de todas as classes sociais e um pediatra cabo-

verdiano citado por Hamonet e Magalhães, (2001) afirma que até alguns médicos acreditam na origem sobrenatural das doenças.

Ora, a sexualidade como objecto de códigos morais e muito particularmente de códigos religiosos desencadeia e alimenta conflitos e debates ideológicos, atiza movimentos sociais e, como consta da Constituição da República Portuguesa (artigo 67º); da Lei nº 3/84 de 24 de Março (artigos nº 1º e 2º); da Portaria nº52/85 de 26 de Janeiro (artigos nº 3º,4º e5º); da Lei de Bases do Sistema Educativo, de 14 de Outubro de 1986 (Capítulo VII, artigo 17º); do Decreto – Lei nº289/89 (artigos 6º e 7º) é objecto e estandarte de políticas para a família, para a saúde e para a educação.

A sexualidade é ainda componente intrínseca da arte, da literatura, da comunicação, pelo que implícita ou explicitamente, formal ou não formal a sexualidade e a educação sexual continuam a ser temas controversos na maioria senão em todas as sociedades pluralistas. Poucos são os indiferentes ou os que não têm opinião sobre este assunto. O tratamento destes temas na Europa adquiriu muitas vezes uma conotação política sob a forma de uma polarização entre liberais e conservadores, ou sob o que poderia ser descrito como um conflito entre “*progressismo*” versus “*tradicionalismo*” (Maredith e Devem 1989).

O que parece vantajoso para as comunidades sejam elas rurais ou urbanas é a convergência de sinergias e o entendimento de que na questão das IST e sua implicação no desenvolvimento de E.V. saudáveis bem como em outras áreas que envolvam matrizes religiosas e culturais o caminho para a resolução dos problemas deve ser trilhado tendo por base a informação e o conhecimento.

Contudo, a massificação da informação só por si afigura-se como insuficiente para que se adoptem e processem novos e saudáveis comportamentos. São necessários incisivos reforços atitudinais ao nível da segunda componente do modelo comportamentalista, pois com o Maio de 68, os adolescentes, sob lemas como “*Fantasia ao Poder*”, “*Queremos o Impossível*” e “*Fazer amor, que o mundo vai acabar*” derrubaram os esquemas sociais vigentes à época.

Com as alterações verificadas a nível comportamental registou-se um enorme incremento das doenças sexualmente transmissíveis e ninguém deve ignorar este problema ou a ele ser alheio, pois aquele que sofre destas infecções não deverá visar somente o prazer escondendo o problema ao par com quem vai partilhar intimidade mas assumindo/compartilhando responsabilidades, e, aquele que não sofrendo de doenças

sexuais, deve conhecer a existência delas, os riscos e a forma de as evitar, pois neste caso a ignorância pode ser fatal.

O homem como ser humano necessita de humanizar todas as suas condutas, entre as quais a conduta sexual, porque independentemente das conotações que lhe sejam atribuídas, a sexualidade faz parte das relações humanas, da educação para a vida, pelo que deve constituir um “*processo de comunicação total entre o adulto e as crianças e entre as próprias crianças*” (Uslander e Weiss, 1997).

2.7.Os Valores na Definição dos Estilos de Vida.

Como tudo aquilo que um indivíduo faz, os E.V. têm por substrato um conjunto de valores ou ideias aos quais uma pessoa ou colectividade adere e podem manifesta-se através de condutas sociais, comportamentais, ideológicas ou valorativas observáveis (Dias, 1986). Os E.V. tornam-se assim expressões simbólicas de valores em que a conformidade exterior da acção aos modelos, simboliza a adesão interior do sujeito a uma certa ordem de valores, e essa adesão aos valores, por sua vez é o símbolo de identificação e de pertença a uma colectividade. Em consequência será no universo dos valores (mais liberais ou mais conservadores) e dos modelos como vasto universo simbólico que se movimentam os actores sociais, as pessoas, os grupos. É pela aderência a um quadro de valores (mais restritivo ou mais permissivo) que se desenvolvem E.V. específicos, pelo que a acção humana banha-se “*total e consequentemente no simbolismo*” (Rocher, 1989: 82). Entendendo-se o símbolo como qualquer coisa que toma o lugar de outra coisa ou ainda qualquer coisa que substitui e evoca uma outra coisa.

O Homem é um “*animal simbólico*” (Cassier, 1953), pois se é racional deve-o à aptidão que adquiriu para representar as coisas simbolicamente pelas palavras, pelos conceitos, pelos comportamentos e pelos valores. O domínio que o Homem exerce sobre o mundo não é de modo algum proporcional à sua força física, deve-o antes de mais à utilização que soube dar aos símbolos que funcionam como elementos aglutinadores dos currículos individuais ao currículo culturalmente dominante e socialmente aceite, isto é aos valores.

Os valores favorecem e apelam ao sentimento de pertença a grupos, organizações ou colectividades. São estruturantes e reguladores no favorecimento dos que neles participam ou que com eles se identificam, mas de forma inversa condicionam a

orientação dos sujeitos cujos interesse são exteriores e conflitantes com o padrão de E.V. até então vigentes (Cassier, 1953).

O E.V. vigente institui-se como “valor” ou seja, é uma maneira de ser, pensar e agir que determinada pessoa ou colectividade reconhecem como ideal e que faz com que os seres ou as condutas aos quais é atribuído sejam desejáveis ou estimáveis.

Este entendimento dos E.V como resultante da sedimentação de determinados valores que contudo assentam nas características da relatividade, pois são reais e particulares os que cada sociedade ou colectividade escolhe para si, mas que em distintas comunidades e sociedades terão também distinta significação.

A par desta especificidade sociológica, os valores e os modelos de acção devem também ser entendidos como elementos específicos que contextualizam determinado tempo histórico, já que com mais ou menos resistência os valores e os E.V. a eles associados, variam não só no tempo mas também de uma sociedade e até de uma geração para outra.

Nos valores como elementos estruturantes dos E.V. há que realçar o seu carácter hierárquico. Esta ordem hierárquica de valores determina o maior ou menor enraizamento de comportamentos ou E.V. que uma pessoa ou colectividade aprecia e aos quais adere.

Da análise ao modelo de Kluckhohn (1978) foram encontrados cinco níveis hierárquicos para os valores: 1-natureza humana; 2-relação do Homem com a natureza; 3-tempo; 4-actividade humana e 5-relações interpessoais.

1- Em relação à **natureza humana**, ela pode ser essencialmente boa, essencialmente má, simultaneamente boa e má, tendo também por base as leis biológicas em termos genótipos e fenótipos.

2- Quanto à **relação do Homem com a Natureza** pode ser uma relação de submissão, de harmonia ou de controlo enquadrando-se nas visões ecocêntrica, pathocêntrica ou antropocêntrica.

3- Relativamente ao **tempo**, a acção dos indivíduos podem privilegiar modelos passados, presentes, ou idealizar e projectar o futuro numa perspectiva vanguardista.

Na sua actividade, o Homem pode optar a favor da livre expressão dos seus desejos ou necessidades (do ser), pode procurar preferencialmente uma acção cada vez maior e mais completa na meditação, na sabedoria e até no desprendimento (ser sem devir), ou pode procurar desenvolver a sua acção tendo em vista a eficácia activa na produção (fazer).

5- Nas **relações interpessoais** os valores inserem-se preferencialmente e dão mais importância às representações das relações de “linearidade” que o ligam aos ascendentes e descendentes, ou às relações de “colateralidade” que estabelece e mantém com os seus iguais, com intensidade decrescente do micro para o macro sistema, ou os seus E.V. poderão ainda privilegiar modos individualistas de relações humanas em relação a um ou vários aspectos do quotidiano humano (vanguardistas, naturalistas, hippis...).

O perfil hierárquico dos valores nos E.V. processam-se pela escolha daqueles que melhor favorecem a solução para os problemas do homem inserido e adaptado ao seu contexto de acção e podem resultar do “ethos” ou da “world view” (Rocher, 1989).

Deste modo, o sistema de valores de uma sociedade não é só composto por valores transversais a toda ela, de forma a uniformizar e homogeneizar comportamentos e E.V. Na verdade, as sociedades são compostas por valores comuns dominantes que estabelecem o cimento de ligação entre todos os seus cidadãos, mas coabitam e misturam-se a esses valores transversais outras formas hierárquicas variáveis (Ribeiro, 1987) que identificam e singularizam E.V. representativos de unidades regionais, locais familiares e individuais.

2.8.Direitos Humanos e Cidadania na Definição dos Estilos de Vida.

O artigo 26º da Declaração dos Direitos do Homem (1948) indica a educação como a fonte que garante e favorece a consecução das liberdades fundamentais de todos os cidadãos, favorece a compreensão, a tolerância e a amizade entre todos os povos do mundo, bem como é o caminho mais seguro para se atingir a paz.

Estilos e práticas de vida saudáveis passam pelo assegurar da equidade e pelo respeito de todos os cidadão independentemente das possíveis dissemelhanças existentes entre eles, ou seja, passam pelo desenvolvimento de uma consciência política e de cidadania.

A cidadania confere direitos, liberdades e garantias, mas também implica obrigações. Entre estas inserem-se o respeito pelas leis, a defesa de comportamentos cívicos, a protecção aos bens da vida (Artigo 24º), das pessoas (Artigo 12º), da saúde (Artigo 64º), da educação (Artigo 73º), do trabalho (Artigo 58º), da segurança (Artigo 27º), e todas as restantes que estão consignadas na Constituição da República Portuguesa (1998) e que decorrem da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).

2.9.Trabalho e Emprego.

O estudo da evolução humana diz que o trabalho criou o Homem, pois é através do trabalho como fonte de desenvolvimento, bem – estar e progresso que se cria riqueza e se processa em parte a realização pessoal.

Embora hoje em dia a escolha de uma profissão não signifique ficar-se preso à mesma actividade por toda a vida (Santos e Silva, 2002), o trabalho e o emprego são contudo duas realidades que condicionam grandemente os níveis de saúde e os E.V. em função dos recursos económico-financeiros que proporcionam e dos equilíbrios psíquicos, físicos e emocionais que desenvolvem.

Desenvolver actividade laboral em ambientes de trabalho seguros e agradáveis é benéfico e proporciona bem-estar ao ser humano. É condição de saúde para o trabalhador e é factor de progresso social (Tones e Tilford, 2001). Já o trabalho realizado sob o peso do constrangimento, da rotina, dos horários extremamente longos, o trabalho excessivo e as injustas remunerações, constituem factores de baixa produção, absentismo, mal-estar, fadiga, doenças e frustrações.

A igualdade de acesso ao bem-estar por parte de todos, pressupõe que sem excepção todos façam uso pleno das suas capacidades físicas, mentais e afectivas, o que exige naturalmente a sua integração na vida social e produtiva da comunidade em que vivem. Este princípio é em si mesmo defendido pela OMS na Trigésima Assembleia Mundial da Saúde (Maio, 1977), que recomenda o objectivo principal dos governos nos próximos decénios deveria ser fazer com que *“a partir do ano 2000 todos os habitantes do mundo tivessem acesso a um nível de saúde que lhes permitisse levar uma vida socialmente e economicamente produtiva”*.

2.10. Emigração e Racismo.

Todas as pessoas aspiram ao mais elevado nível de bem-estar possível, a integrarem-se e a sentirem-se membros da sociedade, a terem oportunidades para realizarem as suas aspirações pessoais, a terem E.V. saudáveis, a sentirem-se válidos e produtivos. Quando as comunidades ou sociedades de origem não facilitam a consecução desses anseios e objectivos, as pessoas tendem a migrar.

A condição de emigrante/imigrante é muitas vezes difícil de suportar (Almeida, 2001), pela solidão, pela exploração a que está sujeito, pela saudade, pelos obstáculos e barreiras culturais ou linguísticas que conduzem ao desespero e conseqüentemente a uma má saúde física, psíquica e emocional. Associados a estes problemas surgem outros

que se prendem nomeadamente com a alimentação, vestuário, habitação, higiene, segurança, trabalho, remuneração e assistência social.

Nos países tidos como desenvolvidos, os sistemas de Segurança Social baseiam-se no princípio da solidariedade (Macedo, 2001), segundo o qual os membros de uma sociedade que estão em condições de oferecer a sua ajuda, devem possibilitar recursos aos membros necessitados dessa comunidade, princípio esse que encontra eco no artigo 22º da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Todavia, a realidade é que existe a exploração do homem pelo homem e, se bem que o Decreto-Lei nº4/2001 permita a legalização de milhares de imigrantes muitos continuam ilegais (Pereira, 2001), sem direitos nem regalias sociais, a não descontarem para a segurança social, a contribuírem para fomentar uma nova criminalidade que passa pelas máfias, e a desvirtuar as leis económicas.

O problema da emigração é majorado quando a ele se associa a cor da pele como factor de distinção entre os homens. Historicamente a cor da pele tem sido razão para inúmeras atrocidades e para a discriminação: escravaturas dos colonizadores sobre os colonizados, Auschwitz, Apartheid ...são disso testemunho. Nos dias de hoje, esta discriminação continua a dividir os povos e a alimentar a desconfiança entre indivíduos de uma mesma sociedade.

O racismo é pois um dos maiores inimigos dos direitos humanos. Em nome da crença na superioridade de uma raça ou grupo, tem-se cometido as maiores atrocidades e discriminações o que de acordo com o modelo de Terris (1980) citado por Sanmartí, (1990:14-15), desloca os sujeitos do campo da “saúde” para o “*enfermidade/doença*”, de “*bem-estar e sentir-se bem*” para o de “*mal-estar e sentir-se mal*” da normal “*capacidade de funcionamento*” para o “*défice funcional*”

Sem o reconhecimento da igualdade entre todos os seres humanos, não é possível viver e de uma forma pacífica em sociedade e desenvolver estilos de vida ajustados as características sócio-geográficas e culturais. A falta de respeito pelas pessoas, pelo simples motivo de serem diferentes, impede uma vida comum harmoniosa e opõe-se à cultura do diálogo e à cultura da democracia. A luta contra todas as formas de racismo é o contributo que todos podem dar no sentido de que todos os cidadãos possam usufruir de um estado de bem-estar físico, mental e social, com capacidade de funcionamento e não somente a ausência de doença.

2.11. Moda e os Maneirismos.

Apalavra moda é constantemente proferida e há quem procure desenfreadamente estar na moda como forma de se afirmar e impor aos outros. A moda define estilos de vida (E.V.). O parecer ganha supremacia sobre o ser. O constante estar na moda pode revelar uma vulnerabilidade de uma personalidade ainda não formada ou à procura de um estilo (Lopes, 1999).

Se estar na moda passa por uma série de comportamentos de massificação e perda da identidade própria, é nos adolescentes e jovens ao nível do vestuário que se atinge o pico.

Para estar na moda é ser-se magríssimo(a), ter telemóvel, computador, Internet, vestir roupas de marca, andar de *skate*, praticar *bungee jumping*, *bodyboard* e *surf*, é escalar montanhas, é mergulhar em apneia, é ter motos todo-terreno “*é a confusão entre a fantasia e a realidade*” (Lopes, 1999), que tem sido a causa de crimes praticados por crianças que não assimilaram que só há uma vida e que ela não pode ser ressuscitada.

2.12. Amor e Afectos.

A palavra amor, quer ela tenha na sua assumpção no sentimento pelo outro com base no sexo, no laço sanguíneo, na dedicação ao próximo ou no amor pela natureza, pelo infinito, envolve sempre e necessariamente um conjunto de mecanismos cerebrais e afectivos que constituem o instinto que conduz à afeição profunda.

As expressões do amor e da afectividade são universais (Stoppard, 1998), independentemente de ser dito no “*ya tyebya lyublyu*” russo; “*ngo oi ney*” cantonês; “*ana behebar*” árabe; *jeg elsker dig*” dinamarquês ou “*amo-te*” português. Assim, ganha sentido a expressão de Saint-Exupéry (1959) “*amar não é olharmos um para o outro, mas olharmos juntos na mesma direcção*” visto o amor traduzir a necessidade de o ser se completar pela integração do outro e no outro, através de um desígnio comum.

O amor e os afectos são fundamentais e pontos de referência para o percurso e estilos de vida das pessoas, pois é a partir das famílias e das figuras efectivamente importantes que se constrói o chão das referências afectivas.

O clima afectivo, e o tipo de relações vivenciadas e estabelecidas com os pares sociais, têm uma importância e influência significativa na construção da pessoa, do seu carácter, da sua sensibilidade e da sua capacidade de doação ao outro.

O amor como sentimento de afectos (Correia, 2001) enquadra na sua efectivação a complexidade da valoração sócio-cultural das sociedades, pelo que as relações afectivas se devem basear na confiança, honestidade, no auto-respeito e no respeito pelo outro.

2.13.Os Tempos Livres e o Lazer na Definição dos Estilos de Vida.

O fenómeno social chamado desporto inclui muitas formas e actividades, as quais são praticadas por pessoas de ambos os sexos, dos vários grupos etários, e em todos os cantos do mundo. Assim, as diferentes actividades desportivas representam mais valias reais para a qualidade de vida e um conjunto de interesses comuns para as diferentes pessoas de uma comunidade, que retira do “desporto salutar” grandes e equilibradores benefícios no combate ao “stress” e ao “sedentarismo” decorrentes da contemporaneidade, cheia de compromissos, horários rígidos, crises familiares e económicas.

No desporto de lazer e recreativo, praticado em espaços verdes e ambiente natural, a equipa família, que deve constituir a agência primordial de socialização e modelação da criança e do jovem, tanto por ser a primeira que actua sobre o indivíduo como pelo carácter qualitativo da sua influência, encontra um substrato ideal para a consecução dos objectivos que por direito natural e social lhe estão atribuídos.

De facto, a prática de ócio e lazer em equipa familiar, proporcionado pelos espaços verdes nos quais predominam os elementos naturais coadjuvados por elementos naturalizados com adequação em termos de infra-estruturas, acessos, conservação, informação, segurança e envolvências, ajudam a construir a educação da pessoa, marcando-a para toda a vida. O desporto assume deste modo uma importância tal que condiciona o desenvolvimento humano e cultural.

As vantagens na saúde do micro sistema familiar são maiores (Bruer, 1995; Doly, 1999; Helford, 1998) quando este se encontra envolvido em desporto de ócio /lazer realizado em espaços aprazíveis e inseridos nas realidades urbanísticas tais como:

*Para o meio urbano – espaços próximos e adjacentes à habitação, como praças e alamedas arborizadas e ajardinadas, ou parques urbanos, parques da cidade mobilados com equipamentos lúdicos e desportivos.

*Para o meio rural – enquadrar o mobiliário no ambiente físico e paisagístico, para que em qualquer caso se configurem como espaços de uso comunitário, com fins múltiplos mas que contenham valências nos domínios didáctico, lúdico, desportivo, repouso, entretenimento, passeio, contemplação, convívio, visto receber destes

contextos especiais, determinantes ganhos em saúde e bem-estar para as inter-relações pessoais e superação das dificuldades do dia a dia. Estes espaços funcionam como “osmose” que ajuda a suprir os circunstancialismos impostos pelos modelos sociais reinantes e que tendem a maximizar a influência do ecossistema sobre o indivíduo, criando sociedades de pais ausentes.

Sabendo que a grande maioria dos espaços recreativos e lazer são propriedade das Câmaras Municipais ou Juntas de Freguesia, mas que não encabeçam as suas prioridades, e de que quando considerados aspectos como segurança, vigilância, restauro e funcionalidade (Pereira et al. 2002), eles não cumprem as funções para que foram criados, cumpre aos cidadãos e em particularmente à escola alertar as autoridades democraticamente eleitas, com competências e responsabilidades na área, de que o investimento feito no domínio da promoção de E.V. saudáveis das populações com a prática do desporto e da actividade física, pode trazer no futuro mais valias em todos os domínios, porque é com o corpo que o ser humano e em particular as crianças, exploram, aprendem e reagem aos estímulos do meio envolvente.

A educação do corpo desenvolve o campo das possibilidades de interpretar o mundo, de exprimir o pensamento e de criar, a par de que as crianças têm necessidades de correr, de jogar, de saltar, de imitar símbolos e heróis. Têm ainda necessidade de experiências sensoriais, tácteis e cinestésicas, de desenvolver a imaginação e tudo isto pode ser conseguido se for possibilitada a prática de um desporto barato e ecológico (lazer e recreação).

Estas actividades de recreio e lazer têm sido vistas e tratadas como secundárias na formação dos alunos, ou como momentos de diversão para os seus praticantes. No entanto, a prática do desporto recreativo e actividades expressivas, contribuem declaradamente para a expressão da personalidade, para a estruturação do pensamento e para a formação do carácter nas crianças e jovens, assim como para o restauro do equilíbrio no adulto. Elas concorrem positivamente para o alcance do fim a que todos aspiramos, mas para o qual, por falta de vontade ou ausência de condições nem todos nos propomos, que é o de termos uma “mente sã num corpo sã”.

2.14.Os Quotidianos na Definição dos Estilos de Vida.

A reflexão sobre os E.V. tendo por base os quotidianos exprimem-se muitas vezes por tipologia dicotómicas: ocidental-oriental; Norte-Sul; Minho -Trás -os - Montes, cidade-aldeia; urbano-rural etc.

Esta organização sócio-geográfica, conduz a uma estruturação social, porque põe em evidência que as sociedades não são acções do acaso ou sem sentido, antes têm um carácter organizado, estável e duradouro que obedecem a regularidades e regras sociais. Estas regras conduzem a determinados E.V., porque são o conjunto das práticas que expressam o conjunto das preferências características de uma determinada condição ou classe social, e que se manifestam em domínios tão variados como a alimentação, o vestuário, a habitação decoração da casa, a música e a dança, a ocupação dos tempos livres, o recreio e lazer, as relações sociais e amizades, a linguagem, os interesses consumistas, a televisão, a política, a educação, a religião, a sexualidade, a saúde etc.

A acção quotidiana dos sujeitos, vista na sua dimensão microssitémica, conduz ao campo da “*etnicidade*” pela relevância que o conceito dá às identidades culturais e formas de acção colectiva. Neste caso a “*etnicidade*” (Almeida, et al. 1994) ganha expressão tanto mais forte quanto mais acentuadas forem os contrastes sociais, comportamentais e culturais existentes entre a realidade urbana e a realidade rural, e que se traduzem por diferentes E.V.

Os E.V. e os quotidianos estão ligados ao sistema produtivo dos países e, Portugal no contexto da União Europeia (U.E.) apresenta um sistema produtivo com níveis de modernização e estados organizacionais, significativamente inferiores aos países mais desenvolvidos da U.E.

Assim no processo de desenvolvimento português não é homogéneo, pelo que o país apresenta um mosaico de E.V. e quotidianos em função dos mundos sociais que o compõem. Estas assimetrias que conduzem a quotidianos e E.V. característicos e definidores das realidades sócio-geográficas estão estritamente relacionados com os processos de “*litoralização*” e “*emigração*” (Almeida, et al. 1994) iniciado nos anos 40 e fortemente incrementados nos anos 60 do Século XX, os quais conduziram a que actualmente uma estreita faixa territorial que vai do Minho ao Algarve concentre 80% da população, enquanto a vasta área que vai de Bragança a Beja retenha apenas 15% da população portuguesa.

Esta concentração populacional levou a uma industrialização desigual, cuja concentração no litoral fomentou desequilíbrios e desigualdades em todos os aspectos na sociedade portuguesa. Consequentemente propiciou o surgimento de quotidianos diferenciadores entre o litoral onde predominam o sector secundário e terciário, e o interior grandemente desertificado, envelhecido e ainda com predominância do sector primário nas vertentes da agricultura, pastorícia e silvicultura, pelo que a propriedade da

terra, através das suas diferentes dimensões materiais e simbólicas, constituem ainda hoje um factor decisivo na reprodução dos “*sistemas sociais de base rural e local*” (Espanha, 1993:292) que sustentam as diferenças dos padrões de comportamentos e quotidianos em relação ao meio urbano.

A acção social/quotidiana seja qual for o campo concreto em que se desenvolva é conceptualizada e mediatizada por um conjunto mais ou menos articulado de jogos com regras e mecanismos de regulação específicos, através dos quais geram e desenvolvem os modos de vida e a cooperação no bem comum.

As regras, jogos, convenções, normas e valores como construções sociais tornam-se produtores de uma ordem local, de um quotidiano e designam o grau de dependência das pessoas em relação às características de um contexto.

A sociedade portuguesa é altamente “*heterogénea*” (Santos, 1993:54) não só em termos político-ideológicos mas também em termos económico-sociais, pelo que os quotidianos portugueses são mitigados no “*papel social*”, no “*status*” e no “*ritual social*” (Ferrarotti, 1986:50) das pessoas e das comunidades.

Os quotidianos sociais do mundo rural passam predominantemente pelo conhecimento e estabelecimento de relações de trabalho, pelo comunitarismo, pelo convívio, pela ajuda, pela amizade, pelo auxílio e defesa comuns e pelo desenvolvimento de “*ritos*” de boas maneiras e de educação como por exemplo, pedir a bênção aos pais e padrinhos, saudar e cumprimentar todas as pessoas com quem se cruze na rua, ter formas particulares de namoro, de celebração do casamento, do funeral e o baptizado. Já no meio urbano e mais concretamente na cidade, os traços distintivos da sociedade urbana caracterizam-se pelo “*anonimato e transitoriedade das relações sociais*”. A dimensão e densidade populacional da cidade implicam que cada pessoa nunca chegue a travar conhecimento com a maioria das pessoas que a rodeiam, ao contrário do que acontece nas aldeias e lugares. Além disso, muitos dos contactos que se efectivam no decurso dos quotidianos urbanos “*são efémeros e dizem apenas respeito à faceta específica das pessoas com quem se contacta*” (Kemn e Close, 1995:94).

Os quotidianos citadinos embora caracterizados pelo anonimato e pela frieza dos comportamentos, oferecem um leque mais amplo de possíveis relacionamentos que sendo menos estáveis que os de meio rural, são contudo mais diversificados em virtude dos círculos sociais a que se pode pertencer, por força dos espaços e equipamentos que as cidades reservam e põem ao dispor da sociabilidade e lazer.

As sociedades rurais apresentam-se mais como “*estruturalistas*” Goldmann (1964), ou seja, mantêm nos seus quotidianos, no seu “*modus vivendus*” homologias estruturais que se construíram no passado, isto é, semelhanças ou similitudes que se traduzem por estilos de vidas das gerações antigas, cujo valor natural lhe é conferido pelo valor do uso num determinado espaço, tendo em vista reproduzir uma ordem estabelecida.

Por seu turno, na óptica de os quotidianos urbanos enquadram-se mais no “*estruturalismo construtivista*” (Guiddens, 1987; Bordier, 1994), em que o indivíduo/actor social faz interpretação da realidade e por conseguinte ganha autonomia para desenvolver estratégias de interferência e modificação no “*habitus*”, nos sistemas simbólicos, na linguagem e nos mitos.

2.15. Consumo e Consumidores na Definição dos Estilos de Vida.

A revolução industrial impulsionou o aumento da produção e do consumo nos países ocidentais. A chamada sociedade de consumo trouxe benefícios tais como a escolarização de massas, melhoria das condições dos trabalhadores, generalização dos cuidados de saúde primários, maior participação dos cidadãos e elevação dos padrões do nível de vida. No entanto continuam a agravar-se alguns dos efeitos negativos por si gerados, como por exemplo a marginalização de certas camadas da sociedade, o caos urbanístico, perda dos valores tradicionais, degradação ambiental e uma necessidade imperiosa de aumentar a produção e o consumo de bens inúteis.

Esta necessidade de consumir reflecte-se cada vez mais no quotidiano das famílias, pelo que é necessário planificar o orçamento, planificar as despesas, as poupanças, o crédito e o rendimento (Almeida et al., 1994; Coster e Bawin-Legros, 1998). O factor rendimento como regulador do consumo, está cada vez mais influenciado por pressões e apelos publicitários, levando a que o consumidor perca o auto-controlo, consuma de forma irreflectida e compulsiva, levando mesmo a pensar que a qualidade de vida se mede pelo ter em detrimento do ser.

2.16.A Publicidade e o Consumo.

É sabido que a publicidade decorre das próprias necessidades competitivas da sociedade tecnológica, e que convive com cada um de nós onde quer que estejamos.

Pela televisão, pela rádio, pelos jornais e revistas, pela Internet, nas paredes e nos muros, através de altifalantes, por toda a gama de panfletos que nos aparece na caixa do correio, estamos em permanência a ser massacrados com os mais variados slogans publicitários.

No presente, por acção de “ferinas” mensagens publicitárias cientificamente elaboradas, e servidas pelos poderosos meios de comunicação, já não é possível restringir e encarar a publicidade como um fenómeno que atinge predominantemente classes sociais, níveis económicos, zonas específicas etc. Pelo contrário, ela penetra em todos os espaços (Frideberg, 1993) e em todos os estratos sociais, atingindo nas grandes urbes um volume tal que raia o inverosímil.

Através do matraquear constante, os cidadãos mais do que outros, pela sua proximidade aos centros de consumo são levados a comprar artigos de que não carecem, e que, muitas vezes não têm meios económicos para os adquirir, chegando-se ao actual nível de endividamento das famílias que põe em ruptura o orçamento familiar, porque o rendimento não é suficiente para cobrir todos os encargos financeiros entretanto assumidos.

A publicidade, alicerça a sua importância nas características da sociedade de consumo (abundância, homogeneidade e massificação), sendo paga por esta para idealizar, produzir e vender o supérfluo, o duvidoso e a falta de qualidade, colando estes produtos a “modelos”, “ícones” e “figuras públicas”; fabricando um quadro referencial de (pseudo) valores que ditam um determinismo comportamental, social, psicológico e violam a liberdade individual da pessoa no seu livre arbítrio, porque o boicote a este construto valorativo empurra o indivíduo para fora da norma padrão instituída e considerada como boa.

Mas a publicidade actualmente já não pode ser apenas encarada como um meio criar compradores para produtos, bens e serviços: pela sua intensidade e meios empregues, começa a ser considerada como mais uma forma de poluição, e ainda porque a publicidade televisiva que na sua forma mais sofisticada actua subliminarmente sobre o indivíduo determinando o seu comportamento, violentando-o na sua acção, por imposição de valores. Em síntese, a publicidade é um ciclo vicioso nas sociedades de consumo. A uma maior produção correspondem maiores exigências de publicidade para vender esses produtos. Aumentando a publicidade é necessário abastecer o mercado que com ela se criou, o que leva a maiores produções e a gasto de mais recursos naturais. Tudo isto contribui para o aumento de gastos de energia e de materiais, e para a produção de excedentes que virão a constituir os desperdícios não aproveitáveis, geradores de graves problemas.

Parece pois reprovável qualquer tipo de publicidade que vise despertar necessidades de consumo e alienar o indivíduo levando-o a situações de conflito consigo próprio, criado pelo choque entre a vontade de comprar e a dificuldade em obter os meios para a compra.

Entende-se a publicidade como justificável se destinada a uma informação correcta e honesta do consumidor em relação aos produtos de que necessita e tendo em conta a sua capacidade financeira, mas nunca para criar falsas exigências de consumo, viradas antes de mais para o lucro a qualquer preço e à custa da “violentação” da pessoa humana.

2.17.O Poder na Definição dos Estilos de Vida.

No plano das relações sociais estabelecidas entre os actores de uma célula familiar, de uma comunidade ou de uma sociedade, o poder apresenta-se como a capacidade de influenciar outrem ou a capacidade de A conseguir que B faça algo que não faria sem a intervenção de A. O poder é assim um elemento grandemente determinante na definição e estruturação dos E.V. (Dahl, 1957; Guiddens, 1987; Elias, 1991).

Desta feita, as relações sociais e as interacções por elas geradas, ligam-se essencialmente por relações de poder, ou por relações de forças que actuam em função dos papéis (desempenhos sociais na vida quotidiana e acção individual) representados pela conduta social, pois o papel é um rótulo que permite aos outros enquadrar alguém na relação social e na sociedade.

O poder ligado ao “status” constitui-se como o elemento que posiciona o sujeito na sociedade e no sistema social relativamente aos outros, ou seja, “*o seu lugar no sistema de relações considerado como estrutura ou sistema composto de partes*” (Coster e Bawin-Legros, 1998:148).

A troca desequilibrada de possibilidades de acção que é o poder, traduz-se por uma relação entre os agentes do contexto e a posição que cada um ocupa na sociedade, e não depende pois só da personalidade, mas também da condição social e do poder que detém. Por outro lado os níveis e estilos de vida específicos que os sujeitos adoptam são largamente tributários dos níveis de rendimento.

2.18.O Álcool, a Droga e o Tabaco na Definição dos Estilos de Vida.

Todas as sociedades marcam os seus limites legais relativamente ao consumo de substâncias psicoactivas. Contudo, o chapéu da legalidade só por si torna-se insuficiente para regular o consumo de substâncias psicotrópicas ou estimuladores psíquicos, pelo que no seu uso (socialmente aceite ou socialmente recriminável) interferem o nível de tolerância, e a aceitação que cada sociedade, país ou comunidade desenvolveu sobre este tipo de substâncias, baseados na tradição cultural e na experiência, ou seja, na prática dos seus costumes e nos seus E.V.

A temática das drogas e o consumo das mesmas é de grande importância para a saúde pública, pois a intoxicação encerra em si o perigo da perda do “*auto-controlo*” (Van der Stel, 1998), da destruturação pessoal e da desorganização social, factores estes que conduzem a relações sociais perturbadas.

Para evitar estes fenómenos e obstaculizar ao consumo de tóxicos, a sociedade desenvolveu um complexo sistema de leis, regras e sanções que colocam o consumidor fora da normalidade colectiva vigente, a par de desenvolver estratégias “*formais /informais*” (Comellas, 1993) que passam por pessoas e instituições, tendo com objectivo de desencorajar o consumo estupefacientes e recuperar a “*pessoa*” para a vida, para a saúde mental e para a sociedade.

O consumo de substâncias psicoactivas como o álcool, a droga e o tabaco, pode ser interpretado como um comportamento (ritual) resultante do contexto social, da substância e do consumidor, sendo que esta trilogia é influenciada por quatro ordens de razões:

Expectativas – Abarcam os pontos de vista sociais e culturais que as pessoas atribuem às consequências do consumo de certas substâncias, como por exemplo: ser mais agressivo ou mais dócil; ser mais alegre ou sisudo; mais criativo ou mais inibido.

Hábitos – Envolvem os métodos de uso e os rituais que os sujeitos, as comunidades ou as sociedades se habituam a considerar como fazendo parte integrante da ordem social/estilo de vida: beber vinho às refeições; as mulheres podem beber tanto como os homens; beber é um meio de socialização; fumar dá personalidade e autonomia, fumar alivia o stress; o consumo de drogas torna o indivíduo membro de um grupo/clã; ou a droga provoca sensações agradáveis.

Auto-Controlo – Envolve a interiorização de valores e normas como resultado do processo civilizacional, aquilo que Elias (1991) define como “*combinação de compulsão e da sua interiorização*”.

Controlo Externo – Refere-se à coerção e à tentação de usar as substâncias tóxicas. A tentação pode ser tão forte que os sujeitos necessitam de ser controlados/protegidos contra os seus impulsos e obrigados a cumprir as regras.

As acções de combate ao consumo de substâncias tóxicas, assenta na base de que estas são prejudiciais à saúde, ao bem-estar das pessoas e à sociedade assim com interferem negativamente nos E. V., facto pelo qual o “*álcool*”, a “*droga*” e o “*tabaco*” enfrentam da generalidade dos actores sociais uma luta cada vez mais azeda que assenta:

- a) Plano político-ideológico, através de medidas legislativas e punitivas com que as forças dominantes reagem ou promovem para combater o uso de estupefacientes.

- b) Plano económico, isto é, a dimensão económica do problema nos aspectos da geração indevida e criminosa de riqueza, o desenvolvimento de desigualdades sociais, das associações criminosas e do branqueamento de capitais por um lado. Por outro lado, é exigido à sociedade um esforço económico avultado, para a que se libertem verbas tendentes à recuperação dos cidadãos e manutenção da “guerra” contra a economia do vício.
- c) Plano moral, ou seja, as sociedades são mais tolerantes nas considerações racionais ligadas com os danos na saúde, mas censuram mais a incapacidade que os “magisteres” revelaram na orientação dos “discipuli”, e que vai ter graves implicações na conduta, na ordem estabelecida, na ruptura de valores e do padrão socialmente vigente (Santos e Silva, 2002).

Sendo o álcool, a droga e o tabaco um problema de ordem social e de interesse público, ele mobiliza os indivíduos para a prevenção, através da implementação e desenvolvimento de E.V. saudáveis e cujo objectivo é melhorar a saúde física e mental individual e pública.

Assim a prevenção no sector da saúde e da qualidade de vida passa pela intervenção primária. Esta deve ser entendida como intervenção precoce perante o surgimento de um problema de saúde, o que significa quebrar a gramalheira de elos causais que circundam o problema, retirando se necessário um ou mais elos à cadeia. A prevenção primária tem a ver com o influenciar do comportamento e das perspectivas dos sujeitos. Implica motivá-los e induzi-los a mudar os seus E.V. na direcção desejada e a educação e a informação desempenham neste aspecto um grande papel

Outro nível de acção é a prevenção secundária que consiste na detecção precoce de um problema de saúde ou doença, que se encontra em evolução mas que clinicamente ainda não é visível, de tal modo que através da intervenção precoce se possa tornar o prognóstico mais favorável.

O último nível cabe à prevenção terciária, que se entende por recaída de uma doença, ou limitação dos sintomas residuais no caso de uma doença clinicamente evidente, ou de um problema comportamental visível.

Em síntese o problema do álcool, da droga e do tabaco passa em grande medida pelo conjunto de eixos construídos com base em Var der Stel (1998), Carvalho (2002) e Santos e Silva (2002) e que a seguir se enumeram:

- *Políticas educativas que potenciem aumento dos níveis de “literacia” dos sujeitos.
- *Capacitação e “empowerment” dos sujeitos.
- *Políticas activas na saúde preventiva com dotação de verbas para esse fim.

*Desenvolvimento das práticas de prevenção.

*Envolvimento da sociedade, trabalho cooperativo e multidisciplinar no trabalho de prevenção.

2.19.Saúde Pública e Estilos de Vida.

A moderna concepção de “*Saúde Pública*” (Velleman e Williams, 2001) é entendida como o processo de organizar e dirigir os meios, os conhecimentos e os esforços colectivos, tendo em vista “*promover*” e “*restaurar*” a saúde dos sujeitos de uma sociedade.

Neste âmbito, a Saúde Pública compreende o conjunto de todas as actividades que a sociedade organiza e dirige para a “*promoção da saúde*” (e.g. fomento e protecção) e a “*restauração da saúde*” (e.g. assistência e reabilitação).

O restaurar da saúde passa pelas actividades organizadas que se efectivam para recuperar a saúde perdida e compreende acções da “*medicina assistencial*” (Scriven, 2001) realizada por unidades próprias para o efeito, enquanto a promoção da saúde tem por objectivo o fomento da saúde das pessoas e a prevenção das doenças e acidentes. As acções de promoção da saúde incidem sobre as pessoas e pretendem melhorar a qualidade de vida, evitar a morbilidade e as mortes prematuras devidas a erros comportamentais e condutuais.

A saúde pública é uma necessidade colectiva e a responsabilidade pela sua efectivação é também colectiva, embora transferida para o governo como legítimo representante dos cidadãos. É pois ao governo que cabe a definição das políticas e organização das actividades que directa ou indirectamente contribuem para a saúde das populações.

Assim, as políticas e medidas de saúde pública apresentam um duplo enfoque. Se por um lado existem aquelas que são levadas a cabo pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) e que se prendem com medidas curativas e correctivas, outras há que, estando associadas a distintas dimensões da vida das pessoas, contribuem de forma importante para a promoção da saúde.

No que toca ao processo de recuperação e restauro da saúde, muito ligado às medidas curativas e correctivas, aquela passa por políticas de saúde que levem em conta o volume, estrutura e dinâmica das comunidades e os seus aspectos que conduzam à construção de infra-estruturas e equipamentos para que tratem as problemáticas de acordo com o grau de gravidade, bem como laboratórios para diagnósticos, vigilância epidemiológica, fabrico de produtos, e estudo da contaminação ambiental.

São ainda determinantes da saúde curativa aspectos como a investigação, a formação de pessoal especializado e actualizado, a planificação e a programação de acordo com os

problemas prevaletentes e estudos epidemiológicos (Allen, 2001) que permitam conhecer a frequência e a distribuição dos problemas de saúde, assim como os seus factores causais.

No plano da saúde preventiva, as actividades organizadas e os E.V. que influenciam a saúde individual e colectiva, passam em grande medida pela política económica do país (Marckwell e Speller, 2001) em relação à produção de bens e serviços, à alimentação, ao vestuário, à higiene, à segurança, ao emprego, ao trabalho e ao salário.

Outro domínio fundamental é o que se prende com a política de obras públicas e urbanismo como seja a construção das casas, o isolamento, o conforto térmico, luminosidade, saneamento, acessibilidades; políticas de segurança social através do apoio à doença, ao desemprego, ao parto, à terceira idade e as políticas de tributação de impostos, assim como os serviços de bem-estar, recreio e lazer.

Contribui ainda para a saúde preventiva as políticas de educação (Ireland, 2001), entendida esta como acção intencional que através de um conjunto de meios e recursos visa dotar os sujeitos das ferramentas necessárias, que lhes permitam desenvolver adequadamente as suas condutas.

2.20.Capacitação /Empowerment na Definição de Estilos de Vida.

Flavell (1976), sustenta que o conhecimento sobre a cognição (conhecimento metacognitivo) se refere ao conhecimento sobre os produtos (saber o que eu sei) e processos de cognição (saber como funcionam os processos mentais). Trata-se de conhecimentos que incidem sobre o conhecimento (metaconhecimento) que cada indivíduo tem acerca do mundo, dos seus pares/semelhantes, de si mesmo como sujeito activo das praxis, dotado de capacidade de reflexão sobre o devir e evoluir dos acontecimentos, bem como aprendiz e criador de tarefas e estratégias a empregar para fazer face a uma qualquer situação com que se venha a deparar, ou seja, é um processo em que os sujeitos possuem um elevado poder de “*literacia crítica*” (Carvalho 2002).

Por sua vez, a regulação da cognição é realizada através de “*experiências metacognitivas*” (Flavell, 1976 e Carvalho, 2002) que se traduzem por actividades conscientes e pertinentes de natureza afectiva e cognitiva geradoras da “*capacitação*” de saber, compreender, relembrar ou resolver.

A capacitação/empowerment baseada na “*literacia*” facilita tomadas de consciência que podem condicionar o desempenho cognitivo durante o desenvolver de um actividade, influenciar uma decisão ou condicionar o desempenho atitudinal face a novas situações decorrentes da aprendizagem, da vida quotidiana, da vida profissional ou relacional, mas que

a cada momento podem evocar e rechamar os conhecimentos armazenados e estruturados na memória.

A capacitação/empowerment conferido pela literacia com característica básica do pensamento eficiente define os E.V. uma vez que aprendidas em matérias específicas, pela sua elasticidade e plasticidade devem tornar-se relevantes e aplicáveis em outras situações de aprendizagem, na acção do quotidiano ou na superação de obstáculos, com os consequentes ganhos em saúde.

Os crescentes problemas em saúde, o descuido da saúde preventiva, os problemas ambientais, o surgir e o ressurgir de novas e antigas doenças verificado nos últimos anos está relacionado com os baixos níveis de desempenho ao nível das competências de auto-regulação cognitiva e atitudinal.

As dificuldades de agir e ter comportamentos que favoreçam o campo positivo da saúde (Brown e DeLoche, 1985), face a novas situações ou problemas, não têm a ver com a ausência de competências mas com deficiências em termos de uma participação auto-consciente e uma auto-regulação inteligente das suas acções, ou seja com os baixos níveis de capacitação e literacia.

Doly (1999:132) perfilha esta opinião, argumentando que os alunos com fraco rendimento escolar, os sujeitos com incapacidade de ajustarem a conduta a realidades e estímulos distintos do equilíbrio vivenciado, “(...) *não sabem colocar em acção os processos de controlo por via dos quais regulam a sua actividade cognitiva em direcção ao fim pretendido*”. Isto significa que é necessário dotar alunos e cidadãos com capacidade de auto-regulação da sua actividade cognitiva de modo a tornarem-se conscientes dos seus próprios processos cognitivos e atitudinais, a traduzir essa tomada de consciência em eficazes estratégias funcionais que lhe permitam alcançar o objectivos pretendido e aplicar essas competências a situações decorrentes da sua existência e vida em ambiente social.

Deste modo tendo por base o contributo de diversos investigadores (Brown & DeLoche, 1985; Gaspar, 1993; Nikerson, et al., 1990; Buron, 1993; Bruer, 1995; Doly, 1999; Witaker, 1999), condensamos num conjunto de quatro pontos os aspectos relevantes e contributos que a capacitação/empowerment pode carregar para o universo da pessoa singular ou ambiente colectivo de uma organização comunitária (na saúde, na sala de aula e na vida quotidiana) tendente à promoção da saúde e qualidade de vida tendo por base um alicerce cognitivo.

* Promove a plasticidade e transferência de pensamento nos seus diferentes domínios para aplicação em novas situações decorrentes da vida.

* Permite estimular e desenvolver novas competências de pensamento e, conseqüentemente fomentar aprendizagens, atitudes e respostas de melhor qualidade e com maior significância.

* Permite aos indivíduos a formulação e utilização das estratégias de forma crítica e consciente bem como a regulação de forma autónoma dos seus próprios processos de construção e edificação da personalidade.

* Facilita o desenvolvimento por parte dos sujeitos de um conceito positivo acerca de si próprios.

Este último aspecto é particularmente relevante pois influencia grandemente a conduta dos sujeitos, as suas atitudes e as suas próprias expectativas de sucesso em quais quer empreendimentos. Em muitos casos, as pessoas não têm consciência de si, não se conhecem, não confiam no seu valor e nas suas capacidades, desanimam, desistem, ficam dependentes e à espera de ajuda externa.

Pelo contrário, se o indivíduo tem um bom auto-conceito, uma auto-estima positiva, um aguçado sentido crítico, sente-se confiante, motivado, mais perseverante, com melhores desempenhos, beneficiando como tal de uma melhor saúde e qualidade de vida.

Um sujeito capacitado e esclarecido é em si mesmo um sujeito motivado porque um sujeito metacognitivamente desenvolvido geralmente conhece o esforço que uma tarefa requer, pois possui recursos para realizá-la, tem consciência que o esforço conduz a um desempenho superior.

2.21. A Acção Construtivista na Implementação de Estilos de Vida

A partir da década de 70, começou a aparecer na literatura, grande número de estudos preocupados com os conceitos dos estudantes/alunos em relação aos diferentes conceitos científicos apreendidos na escola.

O programa de pesquisa “Alternative Concepts Movement” (ACM), contribuiu para fortalecer a corrente construtivista de ensino-aprendizagem que se manifesta por “*diferentes abordagens e visões*” (Gilbert e Smift, 1985; Matthews, 1992), mas tendo todas em comum dois aspectos:

1- A aprendizagem dá-se através do activo envolvimento do aluno/aprendiz na construção do conhecimento.

2- As ideias prévias desempenham um papel importante no processo de aprendizagem

Grande parte das propostas de ensino construtivista colocam uma ênfase considerável no valor da observação e da experiência directa, isto é, numa perspectiva empirista de aprender

ciência, e não enfatizam suficientemente o “*processo de aquisição de novas estruturas para interpretar a experiência e transcender o pensamento do senso comum*” (Nikerson et al. 1990; Osborne e Fretberg 1991).

Esta expectativa com génese na visão construtivista do conhecimento e da acção como processo adaptativo no qual os esquemas conceptuais dos alunos são progressivamente reconstruídos de maneira a concordarem com um conjunto de ideias e experiências cada vez mais amplo.

O construtivismo visto no contexto educativo e de capacitação das pessoas para práticas activo-colaborativas é acima de tudo uma ideia, uma teoria, um modo de produção do conhecimento ou o movimento do pensamento que permite reinterpretar todas as coisas, jogando-as dentro do movimento dos contextos da história, do universo.

As tendências construtivas, têm em comum a insatisfação com o sistema educacional que insiste em treinar os alunos, persistindo em fazê-los repetir, recitar, aprender o que já está confeccionado e pronto a servir, em vez de fazê-los agir, operar, criar, construir a partir da realidade por eles mesmos vivenciada e que resultariam em três pontos fulcrais a considerar na acção educativa:

1º- Os conhecimentos são construídos;

2º- O sujeito é o centro do processo;

3º- O ambiente de aprendizagem ocupa um papel preponderante.

Para Engels (1963) e Marx (1971), o princípio da transformação está na essência do próprio ser. “ *Todo o universo, no nível micro e no nível macro está em movimento, está em constante movimento, está-se a constituir e a reconstruir*”.

Nesta perspectiva, a aprendizagem é centrada no aluno e ocorre quando a informação é processada pelos esquemas mentais e a eles é agregada, pelo que o conhecimento construído vai sendo incorporado nos esquemas mentais que são colocados para funcionarem perante situações desafiadoras e problematizadoras, ou seja, permitem elaborar E.V. ajustados ao meio sócio-ambiental.

Considerando ainda que a acção comportamental é produto da estrutura social em que se vive, da qualidade das relações estabelecidas, da estrutura económica, das classes sociais, e do “empowerment” angariado, estando estas variáveis evidentemente condicionadas por um conjunto de factores inter-actantes e de que “*o estado do hospedeiro num determinado momento*” (Ballesteros, 1986:17) é o resultado das sucessivas inter-acções que construiu e estabeleceu entre o seu património genético e o

meio ambiente que contacta, a escola parece-nos o centro ideal para a construção e difusão do processo de saúde.

Assim, em função das reconhecidas assimetrias económico-desenvolvimentais, sociais, culturais e comportamentais existentes entre o contexto rural (Concelho de Boticas) e a realidade urbana (Cidade de Braga), afigura-se como pertinente verificar se existem diferenças significativas nos E.V., concepções e perspectivas de futuro entre as populações jovens desses dois contextos, partindo da hipótese de que: Há diferenças significativas entre as populações jovens do meio rural (Concelho de Boticas) e do meio urbano (cidade de Braga) em relação aos seus estilos de vida?

Metodologia

Neste capítulo é apresentado e justificado o edifício metodológico do trabalho de pesquisa que foi desenvolvido. Este compreende o desenho investigativo, a criação dos instrumentos de investigação e a operacionalização dos mesmos.

Sendo consensual nos tempos que correm que E.V saudáveis promovem uma vida com mais qualidade, é objectivo deste projecto de investigação, que tem como ponto de referência o viver ideal e o desenvolvimento de uma personalidade sadia, demonstrar se há diferenças significativas nos modelos de E.V. das populações jovens de meio rural e meio urbano.

Para tal foram considerados os domínios da alimentação, higiene, segurança, conforto, lazer, atitudes perante o sexo seguro, bem-estar, ambiente, água, níveis de satisfação, recursos económicos, emprego, emigração, trabalho, tempos livres, lazer, consumo, televisão e quotidianos.

O estudo afigura-se como pertinente e a metodologia de “estudo de caso” (Bogodan e Biklen, 1994) como a mais adequada pois o estilo de vida por envolver todos os aspectos da acção e do pensamento humano (educação, recreio e lazer, nutrição, paz, justiça, trabalho, família, habitação, higiene, segurança, alimentação, recursos económicos, recursos ambientais, hábitos tabágicos, alcoólicos e comportamentos de risco em relação às doenças sexualmente transmissíveis... é tido como elemento estruturador e requisito indispensável à obtenção do “*estado de completo bem – estar, físico, mental e social*” (O.M.S, 1948).

3.1.Desenho investigativo.

O plano, estrutura e estratégia de investigação concebido para que fosse possível obter respostas às questões do estudo iniciou-se com a definição da questão de investigação, formulação da hipótese a ser testada, delimitação da área de investigação, objecto de estudo e selecção das populações com interesse para a investigação.

As actividades que se desenvolveram para validar ou refutar a hipótese, iniciaram-se com a selecção da amostra para as populações em estudo, com a construção de raiz dos

instrumentos necessários para a recolha de dados. Posteriormente foram contactados aos organismos e entidades (Centros da Área Educativa de Braga e Vila Real, Concelhos Executivos dos Agrupamentos de Escolas e Escolas) aonde se faria a recolha de dados. Para ao tratamento dos recolhidos será utilizado o programa estatístico informático *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), na versão 11.0 para Windows.

3.2. População e amostra.

O foco de estudo é os estilos de vida das comunidades rurais e das comunidades urbanas. Partiu-se do princípio de que em separado cada elemento (rural e urbano) se identifica com os restantes elementos dessa comunidade bem como apresenta características idênticas aos seus pares. Essas características a existirem e a serem confirmadas permitirão formar grupos com uma certa homogeneidade sociológica. Desta forma, a organização sobre a qual recaiu a escolha foi a escola em virtude de ser um ambiente utilizado repetidamente pelos mesmos sujeitos do estudo e as suas unidades estruturais (turmas) representarem unidades físicas onde os alunos formam agrupamentos organizados e mais ou menos naturais e homogêneos. Assim os alunos do 1º, 4º, 6º e 9º anos constituem o “objecto de estudo” (Bogodan e Biklen, 1994).

Desta maneira, a população alvo deste estudo são os indivíduos jovens que no ano escolar de 2003/2004 pertencem ao sistema educativo português e frequentem o ensino básico nas escolas públicas ou particulares do concelho de Boticas (meio rural) e da cidade de Braga (meio urbano).

Em virtude da impossibilidade prática de se poder estudar exaustivamente uma população tão vasta, ou seja, “inquirir todos os sujeitos como é a do concelho de Braga (N= 5386) distribuídos da seguinte maneira: 769 alunos no 1ºano, 688 alunos no 4º ano, 2153 alunos no 6º ano e 1776 alunos no 9º ano (Centro da Área Educativa de Braga, 2003/2004); e do concelho de Boticas (N=629) assim distribuídos: 141 alunos no 1º ano, 135 alunos no 4º ano, 196 alunos no 6º ano e 157 alunos no 9º ano (Centro da Área Educativa de Vila Real, 2003/2004). Em função destes dados, estabeleceu-se como amostra ideal para o estudo um total de 800 sujeitos, sendo 400 de cada realidade o que correspondem respectivamente a 7,42% e 63,59% da população em estudo.

3.3. Elaboração dos Instrumentos de Recolha de Dados.

Os instrumentos de recolha de dados constituem meios técnicos que se utilizam para registar as observações ou facilitar o desenvolvimento do trabalho investigativo.

Essas técnicas podem ser testes, questionários, observação participante e não participante, entrevistas estruturadas e não estruturadas, declarações pessoais, histórias, comunicação não verbal, fotografias, documentos pessoais, recursos audiovisuais, métodos interactivos e não interactivos etc. (revisto por Bogodan e Biklen, 1994).

No presente trabalho optou-se pelo recurso à construção de dois instrumentos: o questionário (anexo 1) e a caixa de perguntas.

3.3.1. Questionário.

Entende-se que um questionário é constituído por um conjunto de itens, questões ou situações, mais ou menos organizado, e que deve cobrir um certo domínio a avaliar (Bisqueria, 1995; Almeida e Freire, 2000). Deve ainda ter em conta o âmbito e os objectivos da investigação, a população a que se destina a prova e o contexto da sua realização (escola), as características e dimensões a avaliar (componentes do estilo de vida) e os aspectos que podem explicitar o construto (vectores que determinam os comportamentos).

A opção por este instrumento deveu-se ao facto de permitir num curto espaço de tempo inquirir um conjunto elevado de sujeitos (Cohen e Manion, 1990), e ainda porque de um modo geral, o questionário é bastante fiável desde que se respeitem os procedimentos metodológicos quanto à sua concepção, selecção dos inquiridos e administração no terreno (Field, 2000).

O questionário foi totalmente construído de raiz e teve por suporte as competências e os conhecimentos adquiridos nas disciplinas, seminários e conferências da parte curricular do mestrado em estudos da Criança -Promoção da Saúde e do Meio Ambiente, bem como a partir da revisão da literatura especializada, tendo em vista a recolha de informação que possa dar resposta às questões aventadas neste estudo.

Na concepção do questionário, procurou-se definir eixos sócio-comportamentais, valorativos e culturais considerados como representativos e identificadores dos estilos de vida das populações jovens de meio rural e de meio urbano. Em torno de cada eixo foram agrupadas e estruturadas questões com as quais se pretendeu obter informação para validar as hipóteses formuladas acerca das eventuais diferenças de estilo de vida existentes entre as populações jovens dos dois meios em causa. Procurou-se ainda que os itens do questionário fossem relevantes relativamente às experiências dos inquiridos, assim como fossem

compreensíveis para eles, evitando-se tanto quanto possível a existência de ambiguidades que pudessem ser passíveis de interpretações metafóricas.

Assim, determinou-se como conveniente que este instrumento de recolha de dados fosse constituído por três partes essenciais (anexo 1):

- a) Caracterização dos sujeitos.
- b) Eixos de investigação.
- c) Temas de investigação.

A parte a) do questionário compreende um conjunto de 10 questões de caracterização geral dos sujeitos (ou variáveis independentes) identificadas de A a J.

A parte b) é formada por um conjunto de 11 grandes eixos de investigação numerados de 1 a 11.

A parte c) comporta 6 grandes temas de investigação traduzidos por 18 imagens.

Os 11 grandes eixos de investigação ou variáveis dependentes permitiram construir 124 hipóteses nulas (anexo 2) enquanto os 6 grandes temas proporcionaram a construção de 6 hipóteses nulas (anexo 3).

3.3.1.a. Caracterização dos sujeitos.

Para a caracterização dos sujeitos, pediu-se no questionário que indicassem a idade, sexo, área de residência, profissão dos pais, estado civil dos progenitores, frataria e religião, num total de 10 questões (anexo 1).

3.3.1.b. Eixos de investigação.

As perguntas de 1 a 11 do questionário referem-se aos 11 grandes eixos apresentados de seguida.

1.A hierarquia das necessidades (modelo de Maslow) na caracterização dos estilos de vida.

Da pirâmide das necessidades humanas de Maslow (1970), deriva a ideia de que a saúde é um construto positivo que extravasa para além das capacidades físicas, dos recursos sociais económicos e pessoais considerados individualmente. É acima de tudo uma dimensão de envolvência globalizante que requer para a sua efectivação pré-requisitos como a paz, a habitação, a educação, alimentação, recursos económicos, justiça social, ecossistema homeostáticos, recursos sanitários e equidade (Guillespie e Prior, 1998).

A estratificação da pirâmide em cinco níveis implica na óptica do autor que um indivíduo não sentirá necessidades do nível superior enquanto não tiver satisfeito as necessidades do nível imediatamente anterior.

2. A atitude perante a sexualidade na caracterização dos estilos de vida.

A sexualidade, se bem que uma dimensão tão natural como outra qualquer na pessoa humana é ainda hoje um domínio que apaixona alguns mas divide muitos. Sendo certo que não existe educação que não seja sexualizada, nem cidadãos conscientes e críticos sem conhecimento, a educação sexual em termos da anatomia, fisiologia, fecundação, gravidez, nascimento e aspectos que passem pela aceitação do corpo sexuado, compreensão do seu funcionamento e crescimento, mecanismos de expressão dos afectos, desenvolvimento de capacidades de reconhecer e avaliar situações de risco, de tomar decisões e ser assertivo, deve constituir uma prioridade social/educativa na medida em que trata de é um eixo altamente estruturante para o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis (Guillopé, 1965; Genis, 1989; Frade et al., 1999; Anastácio e Carvalho, 2002).

3. A ocupação dos tempos livres na caracterização dos estilos de vida.

A prática do ócio e lazer em equipa familiar, equipa desportiva ou individualmente, proporcionado por espaços verdes, ambientes relaxantes ou de manifestação cultural, desde que adequados em termos de infra-estruturas, acessos, conservação, segurança e envolvências, ajudam à construção educativa da pessoa, na medida em que dessas dimensões advém para os sujeitos um conglomerado de benefícios físicos, psíquicos e emocionais (Cabeza, 2000; Coquet et al., 2000; Pereira et al., 2002).

4. Os valores (conservadores e liberais) na caracterização dos estilos de vida.

As sociedades ainda que padronizadas e regidas por um conjunto de aceções mais ou menos globalizantes, apresentam na sua malha comunitária individualizada, estruturas de representação próprias e com cargas valorativas muito particulares que fazem com que os construtos sociais denominados valores, exijam o respeito pelo seu cumprimento, limitam a liberdade de escolha e transformam a cultura em norma (Cabanas, 1995).

Todavia, pelas realidades quotidianas e dinâmicas das próprias comunidades, umas revelam-se rígidas e insensíveis a alterações, modificações, supressões e câmbios dos seus modos de pensar, agir e sentir (cariz mais conservador) enquanto outras deixam

mais facilmente cair o que consideram valores arcaicos ou desactualizados, procedendo com mais facilidade à inclusão do novo e à substituição daqueles por estes com cariz mais liberal e evolucionista (Andrade, 1992; Beltrão e Nascimento, 2000).

5.O “ser” e o “parecer”, o “individual” e o “social”, o “ego” e o “super ego” na caracterização dos estilos de vida.

A dimensão da pessoa individual (ser) conflitua com a dimensão da pessoa como unidade colectiva (parecer). Na vertente psicanalítica os estilos de vida têm por génese o conflito do ego com o super – ego e numa linha sociológica estes emergem das acomodações recíprocas entre o pessoal e o social (Damon, 1983; Moscovici, 1988; Menezes, 1999).

6. A vivência do quotidiano na caracterização dos estilos de vida.

A atitude do indivíduo humano como sujeito activo das suas praxis vivenciais, com capacidade de reflexão sobre si mesmo, sobre o acontecer histórico e sobre o mundo onde é actor participante, proporciona a esse indivíduo a construção dos seus estilos de vida Engels (1963) e Marx (1971). Estes resultam da estrutura funcional constantemente recriada por crenças compartilhadas, por práticas, por artefactos, por conhecimentos singulares, por linguarejares e outros cenários típicos com que se tenta interpretar, compreender e justificar quotidianos específicos de sociedades multifacetadas, complexas mas que se querem inclusivas e aglutinadas (Ballesteros, 1986; Moscovici, 1988).

7.O conhecimento, o comportamento, as preocupações e a atitude crítica na caracterização dos estilos de vida.

É da natureza humana o estabelecimento de relações de convivência e interdependência entre pessoas, grupos e colectividades, cujas manifestações comportamentais e atitudinais expressas por acções simultaneamente observáveis e mensuráveis, isto é, acontecimentos externos e visíveis passíveis de serem observados, medidos, estudados e alterados, conduzem ao desenvolvimento de práticas, atitudes e construtos valorativos acerca de realidades sentidas ou expressas com implicações na saúde e nos estilos de vida. Desta forma, em função do saber e do conhecimento que se tem sobre os diferentes aspectos da vida, da forma como as pessoas integram os quadros de referência resultam atitudes e comportamentos de grande implicação no estabelecimento

de estilos de vida saudáveis e numa saúde contínua e positiva (Ballesteros e Corroble, 1989; Gonçalves, 1990; Gillespie, 1998).

8. Os hábitos de consumo no desenvolvimento dos estilos de vida.

A necessidade de consumir é inerente à condição humana, mas encontra-se fortemente majorada pelas próprias necessidades competitivas da sociedade tecnológica. Assim, o consumerismo alicerça a sua importância nas características da sociedade de consumo: abundância, homogeneidade e massificação. Tendo em vista a obtenção desses fins, isto é, vender o que produz, o supérfluo, o duvidoso, a falta de qualidade... recorre a modelos, ícones, figuras públicas para fabricar um quadro referencial de valores/pseudo-valores que ditam um determinismo comportamental, social e psicológico e conseqüentemente influenciam grandemente os estilos de vida (Wober, 1988; Kenway e Bullen, 2001).

9. A alimentação, a higiene e a segurança na caracterização dos estilos de vida.

Se bem que os aspectos que envolvem a alimentação, higiene e segurança estejam hoje sujeitos a forte regulamentação mas acima de tudo a uma padronização de status, é necessário que todo o cidadão se esclareça e motive para desencadear acções positivas nos comportamentos, fomentando hábitos alimentares, higiénicos e de segurança são. Estes aspectos, exercem preponderância sobre os estilos de vida na medida em que estabelecem ou não um vínculo entre os conhecimentos e a acção, bem como contribuem para a eliminação de perigos e redução de riscos, o que tem em vista proporcionar às pessoas ganhos em saúde (Garrow, 1988; Floch e McClean, 1990; Collins e Williams, 2001).

10. A percepção da emigração na caracterização dos estilos de vida.

Os fluxos migratórios quer eles sejam de emigração ou imigração apresentam por base uma justificação de cariz essencialmente económico consubstanciada no desemprego, na miséria e na falta de horizontes no provir, mas igualmente contribuiu para este fenómeno a dimensão política que caracterizou a última metade do século XX. Esta fórmula encontrada para solucionar as carências habitacionais, alimentares, de conforto e bem-estar pelas realidades desfavorecidas, constitui uma matriz que ainda hoje é tida como boa e, em muitas situações como a única via de atingir os níveis de propriedade,

de poder económico e de consumismo apresentado pelas classes mais favorecidas (Navarro, 1976; Rodrigues 1995; Conde, 1998; Capucha, 1998).

11.A percepção de emprego e de trabalho futuro na caracterização dos estilos de vida.

Sendo o trabalho a fonte de desenvolvimento, de bem-estar, de progresso e também a origem de riqueza, ele é um elemento fulcral de realização das pessoas. Enquanto o ser humano realiza trabalho, realiza-se; quando constrói, continuamente reconstrói-se; enquanto pensa, imagina e inventa, esta capacidade de trabalho estimula o próprio pensamento e capacidade inventiva. O trabalho é também uma afirmação colectiva e socializante quer pelo trocar de objectivos comuns, quer pela procura dos meios para a sua concretização, quer pelo prestígio que dele advém, quer ainda pelo benefício e bem-estar que faculta em termos psíquico-físicos e emocionais. O trabalho e o emprego como tradução da capacidade humana são factores determinantes na definição, estruturação e construção do próprio progresso e do futuro dos indivíduos (Correia 1996; Correia e Pinho, 1988; Gonçalves, 1996).

Para cada eixo de valores acima apresentado formularam-se 124 hipóteses nulas que se encontram descritas no anexo 2 e que constituem as perguntas das questões 11 a 21 do questionário (anexo2).

3.3.1.c. Temas de investigação.

As seis últimas questões no formato de imagem correspondem aos 6 grandes temas de investigação e que de seguida se apresentam.

1. As diferentes formas de amor (sexual, maternal e fraternal) na caracterização dos estilos de vida.

O amor como sentimento sublime e cuja génese emerge da capacidade de desprendimento, doação voluntária e entrega a causas, por conseguinte exclusivo do Homem. Pela estruturação social e organização psicológica do ser humano, não se encontra reduzido à dimensão instintiva e/ou libidinosa. Antes, em função da relação ou elo estabelecido, assume um polimorfismo que sempre assente no sentimento dos afectos, influencia os estilos de vida pela carga valorativa que cada forma apresenta e que lhe advém das construções e representações afectivas criadas por cada comunidade (Badinter, 1991; Bologne, 1995; Pacheco, 2000).

2. O poder (económico, físico e cultural) na caracterização dos estilos de vida.

A construção do indivíduo na relação com os seus semelhantes e com a natureza traduz-se por uma constante luta pela obtenção de uma posição que lhe permita o exercício do poder e o domínio sobre bens, coisas e pessoas.

Esta faculdade ou possibilidade de determinar, influenciar, dominar ou forçar assume distintas acepções em virtude dos distintos sistemas em que o sujeito actua, da definição dos padrões sócio-valorativos onde desenvolve as suas acções, dos construtos e ideais que define, das distintas dimensões apresentadas pelas diferentes formas de poder e das quais se vai socorrer para a obtenção dos seus propósitos pelo que o poder apresenta nuances como: poder económico, poder militar, poder intelectual, poder físico, poder material, poder nuclear etc.

O ser humano no intuito da realização das suas satisfações e da obtenção de níveis cada vez mais elevados de bem-estar, de prosperidade e domínio dentro dos seus contextos de acção e conhecimento será aquele tipo de poder que no imediato lhe permita a satisfação desses propósitos (Schultz, 1967; Toffler, 1991; North, 1995).

3. A saúde (medicamentosa, alimentar e desportiva) na caracterização dos estilos de vida.

É propósito dos homens desde os mais remotos tempos eliminarem a doença e obterem o mais completo bem-estar físico, psíquico e emocional. Para a construção deste super-homem nitchziano, socorreu-se de inúmeros factores como são os alimentares, desportivos, químicos, genéticos ecológico-ambientais, farmacológicos etc.

Os pressupostos que imperam em cada sujeito como factores potenciadores de saúde estão grandemente influenciados pela matriz cognitiva e de *empowerment* que vai para além da simples fórmula comportamentalista, facto que origina concepções distintas de saúde, pelo que pessoas com estilos de vida mais ou menos semelhantes, formando por conseguinte grupos com uma certa homogeneidade se enquadram na saúde curativa enquanto outros grupos alinham na saúde preventiva tenha ela um enfoque alimentar, desportivo ou outros (Rutherford e Lopes, 1993; Tompson, 1998; Terr, 2000).

4. A liberdade (simbólica ou efectiva) na caracterização dos estilos de vida.

A liberdade entendida acima de tudo como um mito nas suas pluridimensões (política, religiosa, ensino, circulação, modo de ser e actuar...) encerra na sua ontogénese uma magia histórica (desde gregos e troianos) que fascina todo o indivíduo, e ainda hoje é tida como valor supremo de plena e profunda actualidade e vitalidade. Assim sendo, a liberdade é a raiz última da vontade humana raiz, aquela que concede o direito pleno ao livre arbítrio, ao tomar em si o seu destino próximo e futuro com sentido racional e observância pelo império da lei e da justiça, no qual o homem pelo nascimento existe sobre todas as formas e exige ser radicalmente livre.

Num jogo dinâmico, o homem enquanto ser livre é uma conexão absoluta e não um ente perdido num labirinto sem sinal de saída, factos que levam Kant (1998) a construir o conceito de liberdade como uma dimensão de possibilidades e limites, enquanto em Sartre se encontra limitada pelo eu e os outros. Estas duas correntes vão de encontro à definição produzida em 1789 pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, onde a liberdade é entendida como um bem individual e colectivo que consiste em fazer tudo o que não prejudique outrem (artigo 4º).

5- Os aspectos alimentares na caracterização dos estilos de vida.

A saúde do homem está em grande medida condicionada pela alimentação que pratica. Hoje em dia, assiste-se a um défice qualitativo nos regimes alimentares, a um exagero quantitativo e conseqüentemente a um desequilíbrio alimentar.

A par destes desequilíbrios e défices, por acção de acutilantes estratégias de *marketing*, da globalização de hábitos de consumo e massificação dos regimes alimentares resultantes de uma imposição cultural tida como “evoluída e de referência”, que levaram ao abandono dos regimes alimentares autóctones construídos em milénios de conhecimento e tradição, e que proporcionam uma correcta adequação dos alimentos aos contextos físicos e climáticos, assiste-se ao alastramento das doenças de foro alimentar. Assim a saúde como uma resultante de um equilíbrio biológico, proporcionado por saudáveis estilos de vida, ocupação laboral e recreativa e hábitos alimentares terá uma maior efectivação de acordo com a menor influência que os novos maneirismos alimentares exerçam sobre as pessoas (Hartman, 1993; Matos et al., 1998; Stewart, 2001).

6-Factores condicionantes do futuro (fome, guerra e drogas) na caracterização dos estilos de vida.

A ideia avançada por McLuhan (1964) de que o mundo seria uma aldeia global é hoje uma realidade. No entanto esta realidade não acabou com a divisão do planeta em hemisférios, continentes, nações, estados, credos, cores de pessoas nem com a assimétrica distribuição de recursos e desproporcional uso e benefício desses bens. Esta situação criou gritantes contrastes sócio-desenvolvimentais e de bem-estar, geradores de focos de instabilidade, de guerra, de comportamentos desviantes aos padrões e normas institucionalizadas e ao surgimento de doenças que emergem pelas desigualdades criadas e pelo recurso a substâncias indutoras de dependência. Estes fenómenos actuam no sujeito social como elementos de anti-catarse pela construção de medos e a sensibilidade a estes fenómenos varia em função construção individual e social de cada sujeito e do espectro de condicionalismos e influências que eles terão nos seus estilos de vida (Marquezi e Gomes, 1984; Stancreu, Zaccagnini e Marquez, 1992; Van der Stel, 1998).

Para cada tema acima apresentado formulou-se uma hipótese nula que se encontram descritas no anexo 3 e que constituem as questões das imagens do questionário (anexo 1).

3.3.1.d. Teste Piloto

Tendo sempre presentes aspectos tais como a população a que se destina e objectivos do trabalho, a construção de raiz deste instrumento de medida teve como fim último permitir a medição de forma objectiva e tipificada dos domínios que o constituem e considerados relevantes, bem como a máxima precisão dos dados com ele obtidos.

Após várias, conjecturas, reformulações e alterações, atingiu-se a primeira versão do questionário, tornando-se então necessário aferir da sua aplicabilidade no terreno e verificar se este estava concordante com os objectivos formulados pelo investigador para o trabalho.

Assim, o questionário teve de ser testado para verificação de aspectos como: todos os itens foram compreendidos pelos inquiridos; verificação da possível existência de itens inúteis no questionário; itens inadequados à pesquisa; itens demasiado difíceis e com conceitos não conhecidos pelos inquiridos, auscultação dos inquiridos acerca da extensão e grau de dificuldade de resposta do questionário (Bogodam e Biklen, 1994; Bell, 1998).

A amostra para a realização dos teste piloto foi constituída por 10% (N=80) da amostra total (N=800), pertencentes aos mesmos espaços sócio-geograficos das populações seleccionadas para amostra deste estudo, mas da qual não viessem a fazer parte.

Para determinar a fidelidade, isto é, para verificação do grau de consistência interna destes instrumentos de medida, foram calculados os coeficientes de alfa de Cronbach, que analisa a consistência interna dos itens isoladamente, combinados e/ou dos eixos constituídos face à totalidade das escalas (George e Mellery, 1999).

De acordo com George e Mellery (1999) quando o alfa é maior que 0.8 considera-se o valor encontrado muito bom. Assim a fidelidade destes dois aspectos que compõem o instrumento é muito boa, visto os valores encontrados com o alfa de Cronbach ser respectivamente de 0.83 para os 11 eixos de investigação (quadro 1) e 0,82 para os temas de investigação (quadro 2).

Quadro 1 - Valor do alfa de Cronbach para os Eixos do Questionário.

Nº do eixo	Eixos de investigação	Nº de itens	Valor de alfa
1	Hierarquia das necessidades humanas	16	0,80
2	Sexualidade	10	0,83
3	Tempos livres	12	0,87
4	Valores (liberais/conservadores)	11	0,80
5	O ser e o parecer	7	0,85
6	Quotidianos	14	0,80
7	Atitude crítica	19	0,80
8	Hábitos de consumo	14	0,87
9	Alimentação, higiene e segurança	16	0,82
10	Emigração	1	0,82
11	Emprego	2	0,85
		Média	0,83

Quadro 2 - Valor do alfa de Cronbach para os Temas de Investigação.

Nº do tema	Temas de investigação	Nº de imagens	Valor de alfa
1	O amor	3	0,83
2	O poder	3	0,80
3	A saúde	3	0,82
4	A liberdade	3	0,80
5	A alimentação	3	0,84
6	O futuro	3	0,80
		Média	0,82

Em conclusão, os coeficientes do alfa de Cronbach mostram que existe uma homogeneidade estatística das escalas em termos globais, isto é, todos os itens contribuem para avaliar o que se pretende neste estudo, pelo que não houve necessidade de eliminar qualquer item.

3.3.2. Caixa de perguntas.

A caixa de perguntas consiste num instrumento de investigação em que é solicitado aos inquiridos para anonimamente expressarem os seus interesses sobre um dado tema. No caso presente, o tema recaiu na sexualidade em virtude da temática acarretar fortemente representações sociais (valores, ideologias e crenças), por via de se tratar de uma dimensão altamente estruturante e reguladora dos estilos de vida dos indivíduos (Lopes e Furtos, 1999; Anastácio e Carvalho, 2002).

Outra razão para a escolha desta temática prende-se com a emergência e alastramento das infeções sexualmente transmitidas (IST), com a sua profilaxia e também com a problemática das mães solteiras, gravidezes indesejadas e construtos culturais e/ou legais acerca da interrupção voluntária da gravidez, pelo que nesta perspectiva, é importante ajudar os jovens a compreenderem a natural hierarquia de sentimentos, apercebendo-se que estes se manifestam em diferentes intensidades, profundidade e duração, facilitando-lhes deste modo o estabelecimento de relações interpessoais saudáveis e gratificantes (Anastácio e Carvalho, 2002).

Presidiu ainda à escolha desta temática e à elaboração da pergunta o arquétipo legal (Lei nº 120/99 de 11 de Agosto - Artigo 1º e 2º; Decreto – Lei nº 259/2000 de 17 de Outubro - Artigo 2º), que apela à não ocultação ou repressão destas manifestações, mas sim aproveitar esta motivação intrínseca que a temática da sexualidade possui para clarificar, sensibilizar e estimular os jovens a fazerem opções de comportamentos mais saudáveis. Sendo uma temática complexa uma vez que toca uma esfera de profunda intimidade e que coloca no campo de trabalho, docentes, alunos, pais e outros intervenientes da comunidade, é urgente derrubar as barreiras do isolamento, do medo, da falta de formação pessoal, da insegurança e apostar no diálogo e na reflexão em conjunto, de forma a definirem uma orientação metodológica com um conjunto de actividades vocacionadas para as várias faixas etárias.

Num pequeno rectângulo de papel (15cm x 20cm; anexo 4), pedia-se ao aluno que escrevesse a questão sobre a sexualidade que pretendesse ver aprofundado na sala de aula.

De seguida os alunos introduziram a sua resposta numa caixa criada para o efeito e que identificava a amostra rural e a amostra urbana.

Por ainda se encontrarem no processo de desenvolvimento das competências da escrita, os alunos de 1º ano deram a resposta oralmente cabendo ao investigador fazer o registo. Neste caso o anonimato foi obviamente quebrado.

3.3.3. Análise de Dados.

Todas as informações obtidas foram utilizadas para uma análise quantitativa. Para analisar os dados, recorreu-se ao programa “*Statistical Package for Social Sciences*” (SPSS) – para Windows.

Neste âmbito, as análises efectuadas consistem em procedimentos estatísticos com o objectivo de verificar se existem ou não diferenças significativas entre os sujeitos das amostras de meio rural e de meio urbano que possam causar perturbações ou distorções nos resultados sobre as variáveis dependentes apresentados nos próximos sub-capítulos.

Em todas as situações o nível de significância assumido foi de 95% e o teste utilizado foi o “*Qui – Quadrado*” (χ^2) e considerou-se haver diferenças significativas quando $p < 0,05$. Para determinar a força da correlação ou grau de associação entre as variáveis em estudo, utilizou-se o “Phi” nas tabelas 2x2 e o “Coeficiente V de Cramer” nas tabelas superiores a 2x2. Estas duas medidas variam entre 0 e 1 e minimizam a

influência da dimensão da amostra e os graus de liberdade do teste “Qui-Quadrado”. Assim a relação é fraca quando $r < 0,40$; é moderada quando $0,40 < r < 0,60$ e é forte quando $r > 0,60$ (Field, 2000; Pestana e Gageiro, 2000).

Capítulo IV-Resultados

Sub-Capítulo 1

Dados de Caracterização Geral

No decorrer deste sub-capítulo 1, vão ser apresentados os resultados de caracterização geral dos sujeitos da amostra, obtidos com o tratamento dos dados.

4.1.1.Distribuição dos inquiridos por ano de escolaridade e por escolas do meio rural e do meio urbano.

A amostra no seu total é constituída por 800 sujeitos. Esta encontra-se dividida em dois grandes grupos de 400 indivíduos cada, sendo 400 de meio rural (Escolas do Concelho de Boticas) e outros 400 de meio urbano (Escolas da Cidade de Braga), como se apresenta nos quadros 3 e 4.

Quadro 3 - Distribuição dos inquiridos da amostra do **meio rural (R)** por anos de escolaridade e por escola.

Meio Rural					
Anos	1 Ano	4º Ano	6º Ano	9ºAno	Total
Escola A	7	3	0	0	10
Escola B	5	6	0	0	11
Escola C	2	4	0	0	6
Escola D	10	11	0	0	21
Escola E	2	1	0	0	3
Escola F	5	6	0	0	11
Escola G	4	3	0	0	7
Escola H	3	6	0	0	9
Escola I	4	1	0	0	5
Escola J	1	2	0	0	3
Escola K	5	4	0	0	9
Escola L	2	3	0	0	5
Escola M	1	2	0	0	3
Escola N	8	6	0	0	14
Escola O	0	5	0	0	5
Escola P	6	4	0	0	10
Escola Q	5	1	0	0	6
Escola R	7	3	0	0	10
Escola S	5	8	0	0	13
Escola T	6	4	0	0	10
Escola U	2	5	0	0	7
Escola V	4	3	0	0	7
Escola W	5	6	0	0	11
Escola X	1	3	0	0	4
Escola Y	0	0	100	100	200
Total	100	100	100	100	400

Quadro 4 - Distribuição dos inquiridos da amostra do **meio urbano (U)** por anos de escolaridade e por escola.

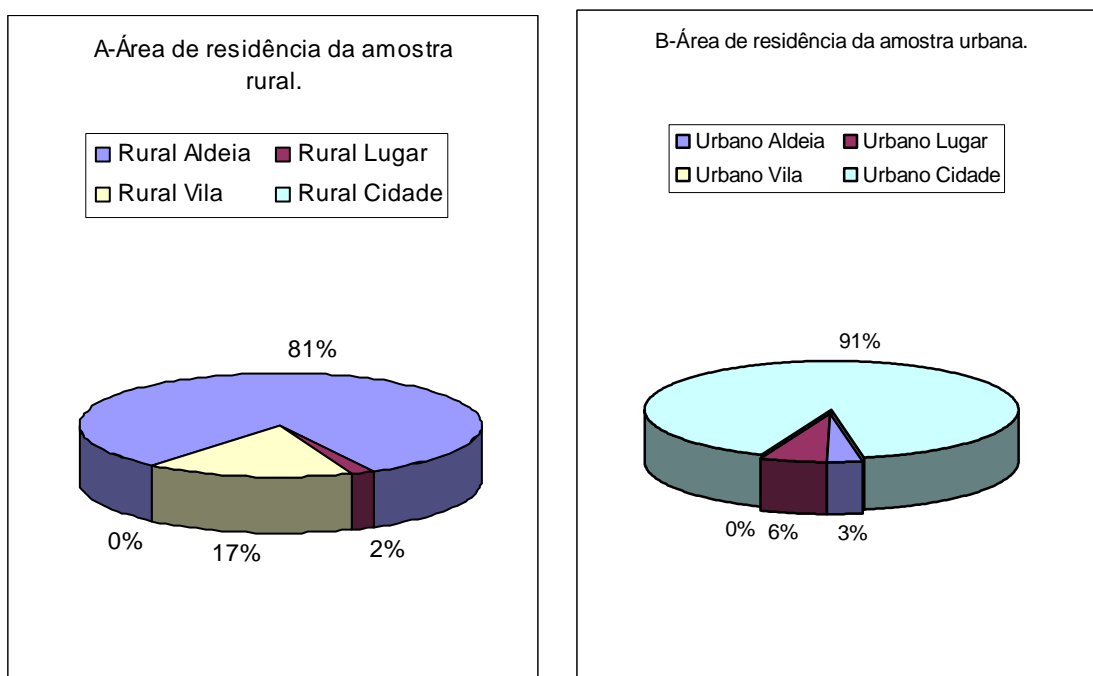
Meio Urbano					
Anos	1 Ano	4º Ano	6º Ano	9º Ano	Total
Escola A	25	25	0	0	50
Escola B	35	15	0	0	50
Escola C	40	60	0	0	100
Escola D	0	0	100	100	200
Total	100	100	100	100	400

O assinalável diferencial existente entre o número de escolas contactadas a nível rural e urbano (25 escolas rurais e 4 escolas urbanas), justifica-se pela baixa taxa de frequência registada a nível rural, especialmente no 1º Ciclo do Ensino Básico (1º e 4º anos de escolaridade, quadro 3).

4.1.2. Distribuição dos inquiridos do meio rural e do meio urbano pela área de residência.

A amostra de meio rural é constituída na sua totalidade indivíduos residentes em meio rural uma vez que não há representantes da cidade e 82% residem na aldeia, 2% em lugar e de 17% em vila (fig. 1-A).

Por sua vez, a mostra de meio urbano é constituída na sua grande maioria (91%) por indivíduos de facto residentes na cidade, havendo apenas 6% residentes em lugar e 3% em vila (fig. 1-B).



Figuras 1. Distribuição dos inquiridos pela área de residência.

A - Amostra rural.

B - Amostra urbana.

O teste χ^2 confirma a diferença muito significativa, ao nível de 95%, entre as duas amostras.

4.1.3. Distribuição dos inquiridos de meio rural e de meio urbano por idades.

A distribuição etária dos sujeitos das amostras de meio rural e de meio urbano é muito idêntica (fig. 2). Na verdade o teste χ^2 demonstra não haverem diferenças estatísticas significativas, ao nível de 95%.

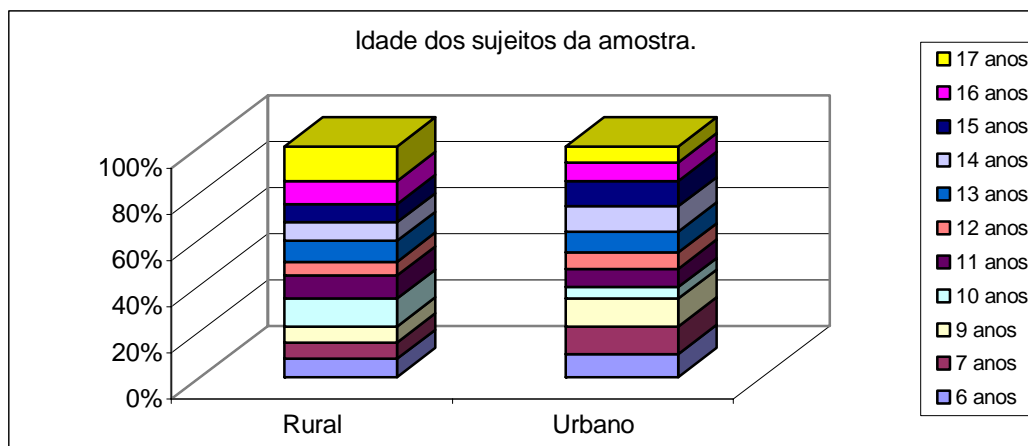


Fig.2. Distribuição etária dos sujeitos da amostra.

4.1.4. Distribuição dos inquiridos de meio rural e de meio urbano por sexo e ano de escolaridade.

A figura 3. apresenta a distribuição dos sujeitos das amostras do meio rural (A) e do meio urbano (B) em termos de género e anos de escolaridade. No conjunto das duas amostras (rural e urbana, com N=800) a frequência total de rapazes é de 395 (49,4%) enquanto a frequência total de raparigas é de 405 (50,6%). A amostra do meio rural é composta por 49% rapazes e 51% raparigas, enquanto que a amostra do meio urbano apresenta 52% de rapazes e 48% de raparigas (fig. 3).

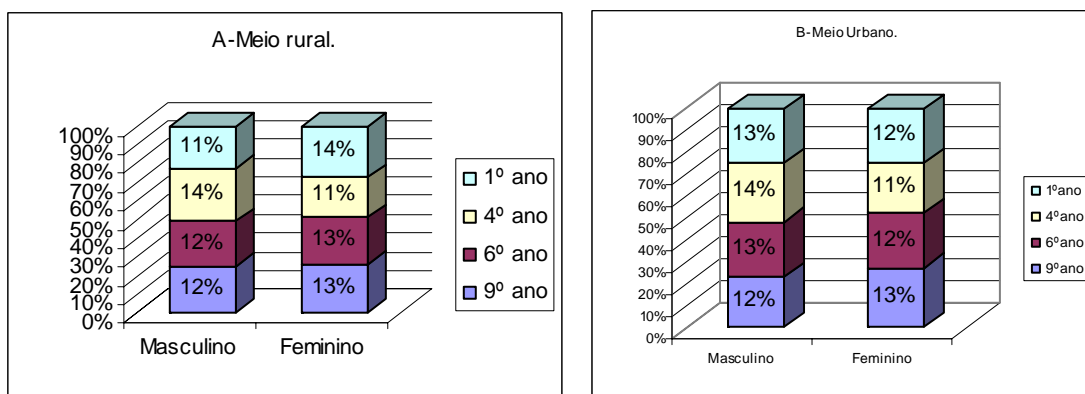


Fig.3. Distribuição dos inquiridos do meio rural (A) e do meio urbano (B) por sexo e ano de escolaridade.

Estatisticamente o teste χ^2 mostra que não há diferenças significativas a 95% entre as duas amostras (rural e urbana) nas duas variáveis independentes (sexo e ano de escolaridade).

4.1.5. Distribuição dos pais e das mães pelas categorias sócio-profissionais.

No tocante à profissão dos pais optou-se pelo seu agrupamento dentro de categorias sócio-profissionais, utilizando a tabela de Almeida, Costa e Machado (1988): AG= agricultor; OC= operário do comércio; OS= operário dos serviços; OI= operário da indústria; I/C= intelectuais e cientistas; PL= profissões liberais; DP= desportistas; DT= directores e PP= patrões e proprietários. Acrescentou-se a categoria NS= não sei, a qual inclui não só as respostas dos inquiridos que seleccionaram “não sei” mas também as situações de desemprego, reforma, emigração e ausência de respostas à pergunta.

As grandes maiorias (45%) dos pais dos alunos de meio rural são agricultores (fig. 4-A) enquanto na cidade são operários (56%): dos serviços (23%), do comércio (17%) e da indústria (16%) e imediatamente depois surgem os intelectuais e científicos com 15% (Fig.4-B).

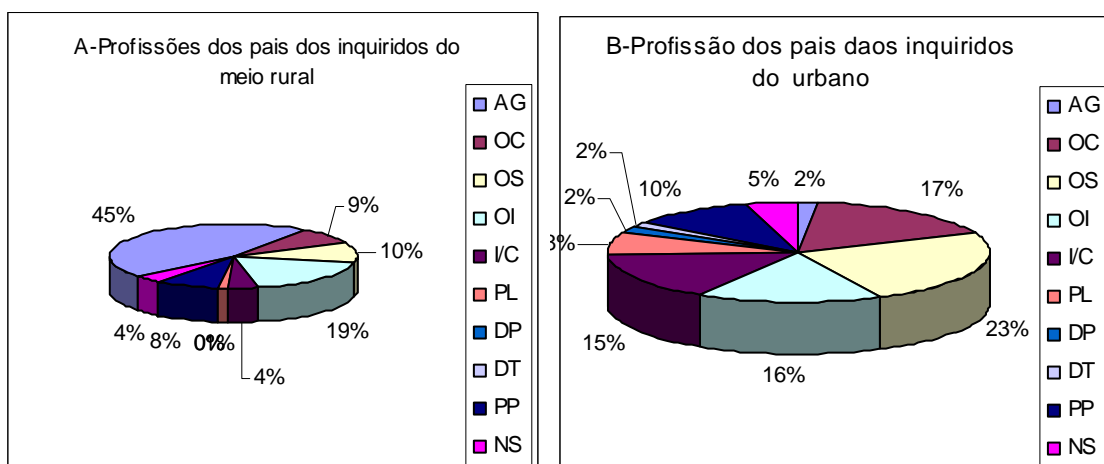


Fig.4. Profissão dos pais dos inquiridos da amostra rural (A) e da amostra urbana (B).

Neste aspecto, com a aplicação do teste χ^2 os resultados obtidos são estatisticamente significativos ($p < 0,05$ e com um $r = 0,60$).

De forma idêntica, a maioria (51%) das mães dos inquiridos do meio rural são agricultoras (fig. 5-A), enquanto as mães dos inquiridos de meio urbano (fig. 5-B) são essencialmente operárias (58%): dos serviços (27%), da indústria (17%) e do comércio (14%), logo seguidas de intelectuais e científicos com (15%).

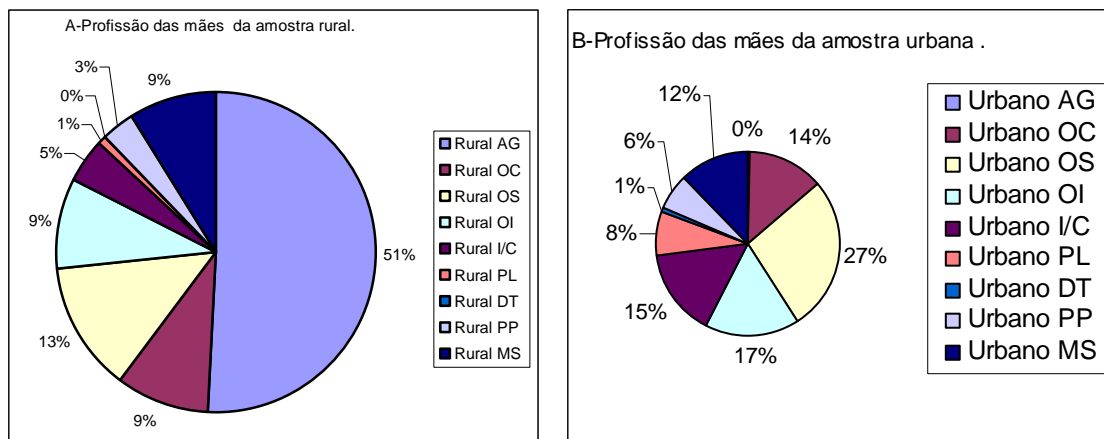


Fig.5. Profissão das mães dos inquiridos da amostra rural (A) amostra rural e da amostra urbana (B).

Também em relação à profissão das mães o teste χ^2 dá valores estatisticamente significativos ($p < 0,05$) e com uma correlação moderada ($0,40 < r < 0,60$) entre a amostra rural e a amostra urbana.

4.1.6. Estado civil dos progenitores dos sujeitos da amostra.

Em ambos os meios, predomina a situação de casamento (95% nos rurais e 87% nos urbanos) nos dos pais dos inquiridos (fig. 6). A sendo a situação de divórcio e separação mais frequente no meio urbano (5% nos dois casos) do que no meio rural (2% e 1% respectivamente). Há uma situação residual de viúvos (0,5% no meio rural e de (0,8%) no meio urbano, (fig. 6).

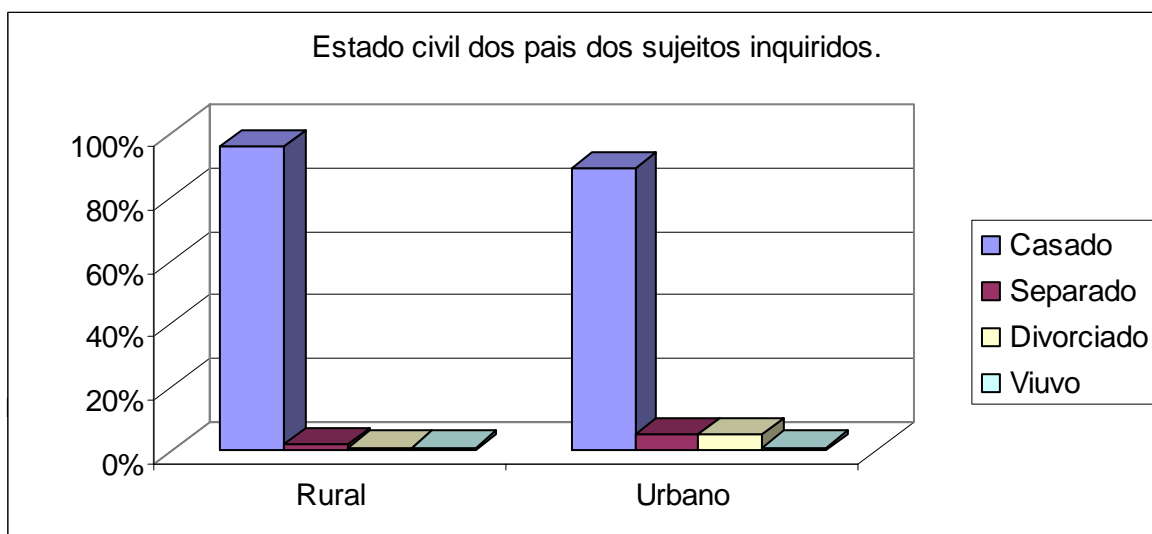


Fig.6.Estado civil dos pais dos inquiridos da amostra rural amostra rural e urbana.

A nível estatístico estes dados não traduzem uma diferença significativa entre o meio rural e o meio urbano ($p > 0,05$).

4.1.7. Fratria dos sujeitos da amostra.

Neste campo constata-se a existência de uma grande proximidade entre as duas amostras (fig. 7. A e B). Cerca de metade dos inquiridos rurais afirmaram ter zero irmãs (50%) e zero irmãos (51%). Situação semelhante se verifica a nível urbano, onde 52% têm zero irmãs e 53% têm zero irmãos.

Predomina nos dois meios a situação de uma irmã (43% nos rurais e 44% nos urbanos) e de um irmão (40% nos meio rural e 42% em meio urbano). Para o caso de duas irmãs os inquiridos rurais indicaram 7% e ou urbanos 4%, e para dois irmãos registaram-se 7% nos rurais e 5% nos urbanos. Os casos de referência a um maior número de irmãos são residuais, e os valores são muito próximos nos dois meios.

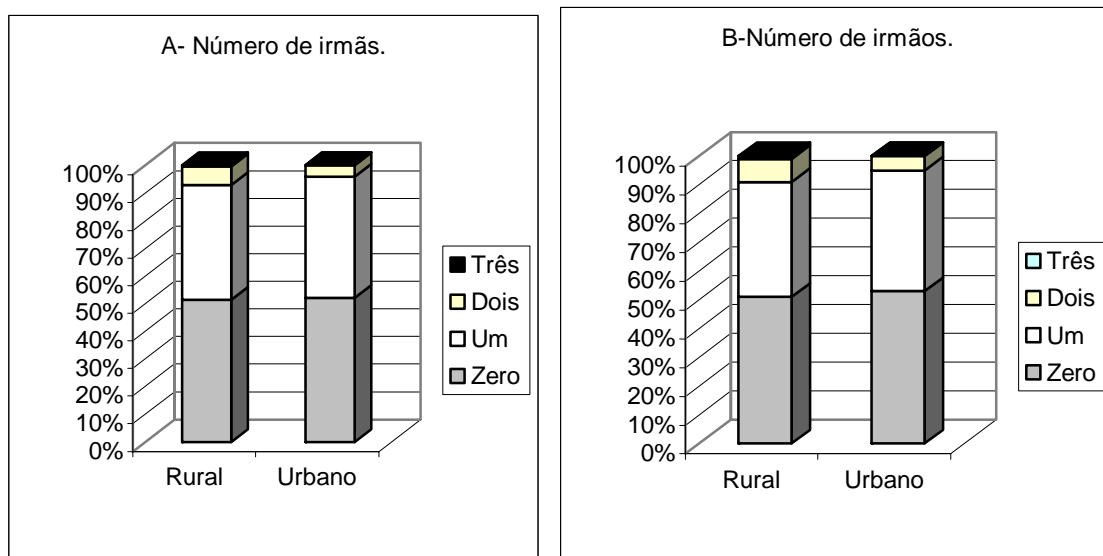


Fig.7. Número de irmãos dos inquiridos.

A - irmãs. B - irmãos.

Os resultados estatísticos obtidos com o teste χ^2 traduzem-se pela não existência de diferenças estatísticas significativas ($p > 0,05$) nem inter-anos, nem entre meios quer para os irmãos raparigas quer para os irmãos rapazes.

4.1.8- Características da fratria dos sujeitos da amostra.

Quanto a irmãos mais velhos e mais novos e irmãs mais velhas e mais novas as duas amostras apresentam valores muito aproximados (quadro 5) e não são diferenciadores ou influenciadores dos dados obtidos nos próximos sub-capítulos.

Quadro 5. Fratria dos sujeitos da amostra.

Meio \ Tipo de fratria	Rural				Urbano			
	Zero	Um	Dois	Três ou mais	Zero	Um	Dois	Três ou mais
Irmãos mais novos	60%	37%	2,5%	0,5%	60,5%	38%	1%	0,5%
Irmãos mais velhos	57%	37%	5%	1%	59%	37%	3%	1%
Irmãs mais novas	56%	40%	3,5%	0,5%	55%	41%	3%	1%
Irmãs mais velhas	66%	33%	1%	0%	62%	38%	1%	0%

Com a aplicação do teste χ^2 , os resultados obtidos não revelam diferenças estatísticas significativas ($p > 0,05$) em quaisquer umas das quatro situações anteriormente descritas.

4.1.9. Posicionamento religioso dos sujeitos da amostra.

A grande maioria dos indivíduos da amostra de meio rural (99%) e de meio urbano (90%) é católica. No meio urbano encontram-se alguns indivíduos que professam a religião muçulmana (8%), outras religiões não especificadas (6%) ou sem religião (1%).

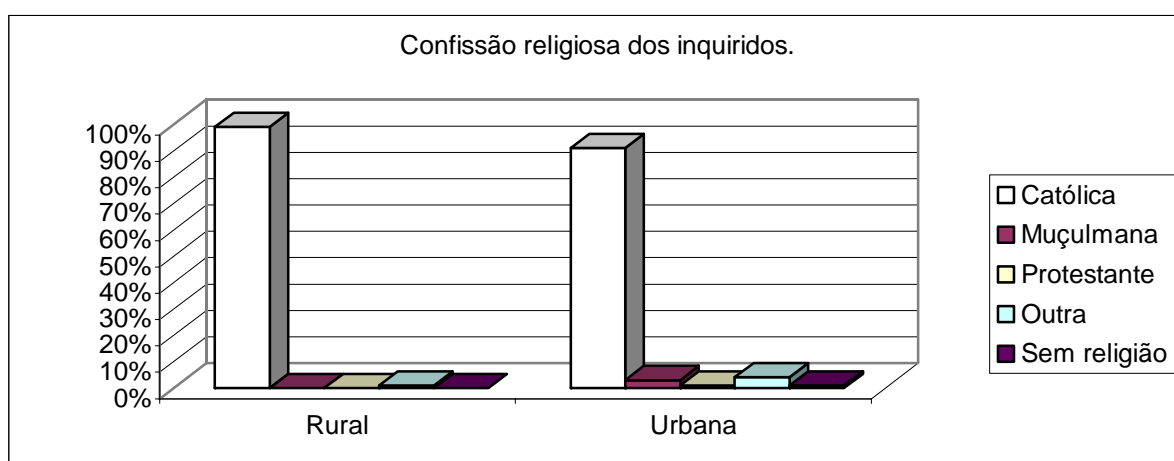


Fig.8. Opção religiosa dos sujeitos da amostra.

Os dados apresentados não são estatisticamente significativos ($p < 0,05$).

Capítulo IV-Resultados

Sub-Capítulo 2

Dados dos Eixos de Investigação

Na análise de dados deste sub-capítulo, para além dos recursos estatísticos de natureza descritiva, em virtude de se estar a trabalhar com variáveis independentes (vi) e variáveis dependentes (vd) nominais e ordinais, foram aplicados testes da estatística indutiva, nomeadamente o Qui – Quadrado (χ^2); (Field, 2000; Pestana e Gageiro, 2000). Para determinar a força da correlação ou grau de associação entre as variáveis, utilizaram-se os procedimentos anteriormente definidos

4.2.1. A hierarquia das necessidades humanas na definição dos estilos de vida.

Os resultados obtidos no primeiro eixo de investigação (hierarquia das necessidades humanas com base na pirâmide de Maslow), os resultados mostram em relação ao 1º nível de necessidades que a categoria dominante em todas as variáveis e para os dois meios é a de “nenhuma necessidade” (fig. 9-A).

Há, no entanto, diferenças significativas ($p < 0,05$; $r > 0,40$) entre a população rural e a população urbana no que diz respeito às necessidades de “casa” e de “vestuário”, sendo esta necessidade mais premente na população rural.

O grau de necessidade inverte-se na variável “ar/água”, onde a diferença entre os dois meios é significativa ($p < 0,05$; $r < 0,40$) mas em que são os urbanos a manifestarem maior grau de necessidade.

Os resultados da variável “**comida**” são muito semelhantes nos dois meios ($p>0,05$) não havendo diferenças estatisticamente significativas.

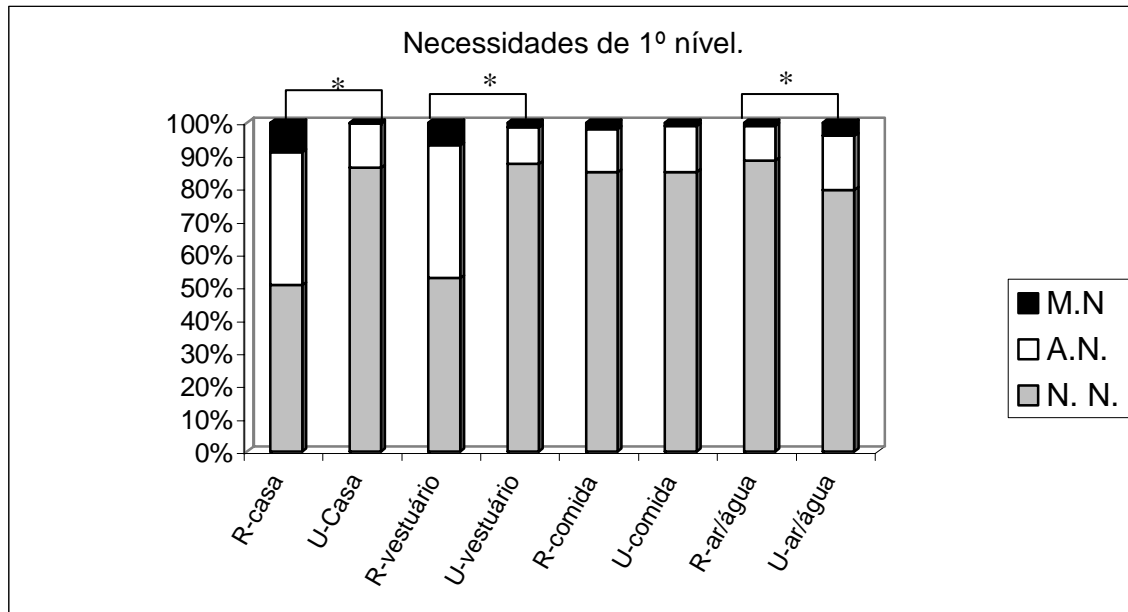


Fig.9-A. Valores das necessidades apresentadas para o 1º nível pela amostra Rural (R) e amostra Urbana (U).

Significância estatística (teste χ^2)

M.N. =Muita Necessidade.

* = $p<0,05$

A.N. = Alguma Necessidade

N.N.= Nenhuma Necessidade.

Relativamente ao 2º nível da hierarquia das necessidades humanas, o grau de necessidades inverte-se, passando em todas as variáveis a população urbana a ser a mais necessitada (fig. 9-B) tanto na categoria “alguma necessidade” como na categoria “muita necessidade”. A variável “**segurança**” para a população urbana quer ao nível da “muita necessidade (14%) quer ao nível de “alguma necessidade” (47%) constitui um elemento forte ($p <0,05$; $r > 0,4$) de distinção dos seus colegas rurais que para as mesmas categorias apresentam respectivamente 2% para “muita necessidade” e 33% para “alguma necessidade”.

De igual modo a variável “**justiça e equidade**” discrimina entre os dos meios ($p<0,05$; $r <0,4$), em que os urbanos manifestam ter maiores níveis de “muita necessidade” (12%) e “alguma necessidade” (29%) do que os rurais cujos valores para as mesmas categorias são, respectivamente, 5% e 20%.

A variável “**paz** “ sendo aquela que apresenta os maiores valores ao nível da “muita necessidade” é também aquela onde os valores dos dois meios estão muito próximos ($p > 0,05$) pelo que não se constitui como vertente discriminante.

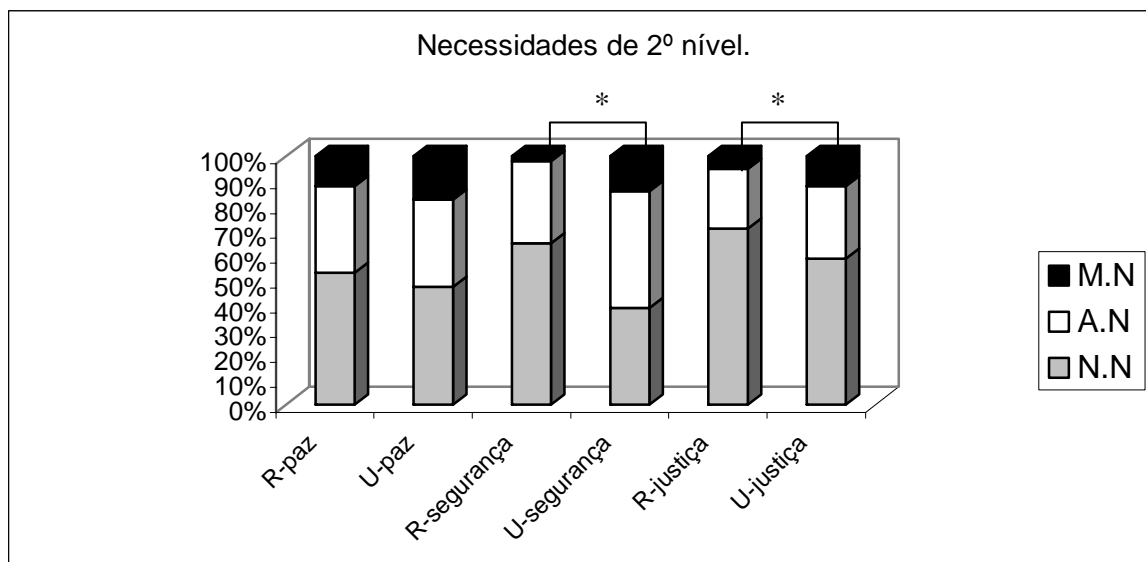


Fig.9-B. Valores das necessidades apresentadas para o 2º nível pela amostra Rural (R) e amostra Urbana (U).

Significância estatística (teste χ^2)

M.N. =Muita Necessidade.

*. $p < 0,05$

A.N.= Alguma Necessidade.

N.N.= Nenhuma Necessidade.

A categoria dominante para ambos os meios no 3º estrato da pirâmide de necessidades (fig. 9-C), é “nenhuma necessidade” com ressalva para as variáveis “**amor**”, “**amigos**” e “**tempos livres**” na população urbana em que prevalece a categoria “alguma necessidade”. A categoria “muita necessidade” tem uma baixíssima frequência em ambos os meios, podendo ter alguma significância no meio urbanos para a variável “**amigos**” (9%).

Verifica-se existirem diferenças significativas entre rurais e urbanos nas variáveis “**amor**” ($p < 0,05$; $r > 0,40$), “**amigos**” e “**tempos livres**” ($p < 0,05$; $r < 0,4$). Já na categoria “**família**” os dados indicam que as duas populações têm níveis de necessidade muito semelhantes em todas as categorias ($p > 0,05$).

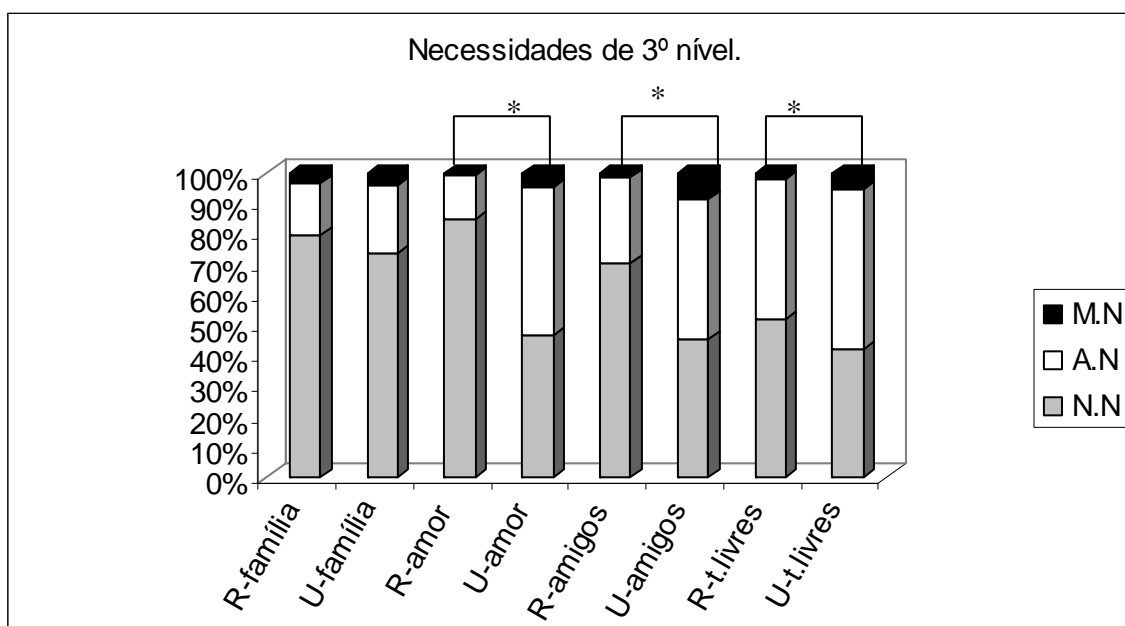


Fig.9-C. Valores das necessidades apresentadas para o 3º nível pela amostra Rural (R) e amostra Urbano

Significância estatística (teste χ^2)

M.N. =Muita Necessidade.

* $p < 0,05$

A.N.= Alguma Necessidade.

N.N.= Nenhuma Necessidade.

O 4º estrato da pirâmide em todas as variáveis a categoria dominante é “nenhuma necessidade”, e a que tem menor prevalência é a “muita necessidade”, tanto no meio rural como no meio urbano. Também em todas as variáveis é a população urbana (fig. 9-D) que apresenta maiores níveis de necessidades, tanto na categoria “alguma necessidade” como “muita necessidade”. Constata-se que só 18% dos rurais têm necessidade de melhorar a sua “**auto-estima**”, diferenciando-os ($p < 0,05$; $r < 0,40$) dos seus colegas urbanos, onde 34% sentem “alguma necessidade” e 6% “muita necessidade”.

De igual modo os rurais, que apresentam 2% de “muita necessidade” e 34% de a “alguma necessidade” na variável “**auto-confiança**” e 1% de “muita necessidade” e 24% de “alguma necessidade na variável “**aceitação**” diferenciam-se ($p < 0,05$; $r < 0,40$) dos seus pares urbanos.

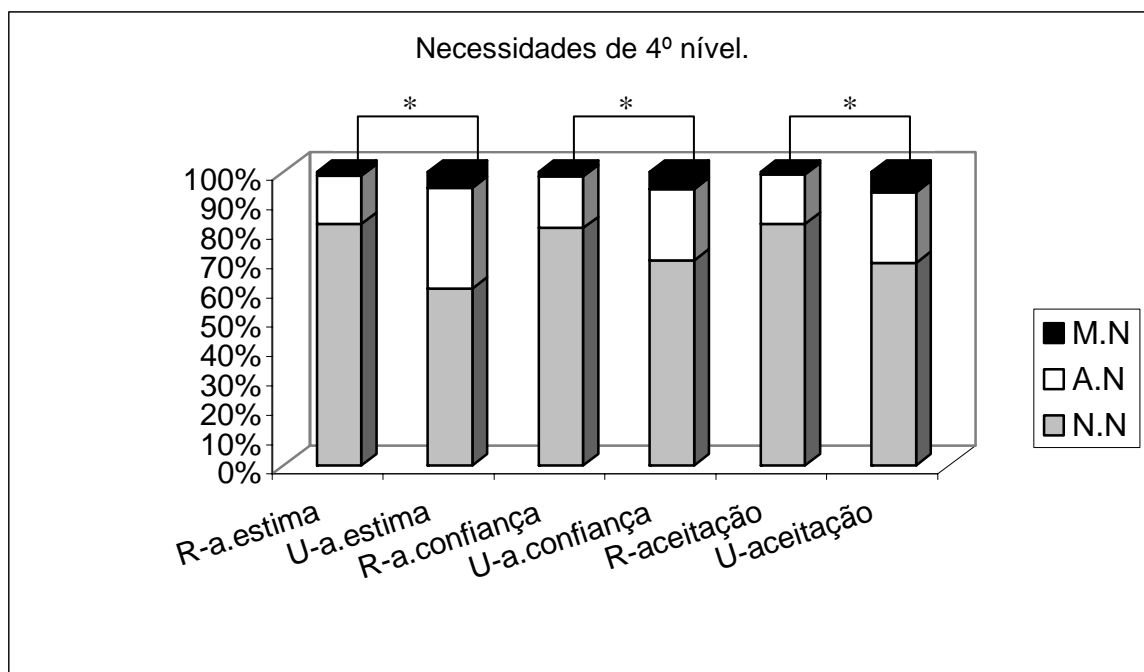


Fig.9-D. Valores das necessidades apresentadas para o 4º nível pela amostra Rural (R) e amostra Urbana (U).

Significância estatística (teste χ^2)

M.N. =Muita Necessidade.

*= $p < 0,05$

A.N.= Alguma Necessidade.

N.N.= Nenhuma Necessidade.

O 5º e último nível da pirâmide de necessidades refere-se à “**escola**” e ao “**saber**” (fig. 9-E).

Em relação à variável “**escola**” 35% dos rurais afirmam ter “alguma necessidade” e 5% muita necessidade. Estes valores distinguem-nos ($p < 0,05$; $r < 0,40$) dos colegas urbanos, que nas mesmas categorias apresenta respectivamente 24% e 4%. Já na variável “**saber**” foram os urbanos a manifestar maior necessidade, tanto na categoria “alguma necessidade” (52%) como “muita necessidade” (19%), distinguindo-se assim dos rurais ($p < 0,05$; $r > 0,41$) em que só 30% sente ter “alguma necessidade e 3% muita necessidade de melhorar neste capítulo.

Nos dois meios, a categoria dominante em todas as variáveis é a “nenhuma necessidade” excepto no “saber” para o meio urbano, em que a categoria dominante é “alguma necessidade”, sendo neste aspecto também relevante a categoria “muita necessidade”.

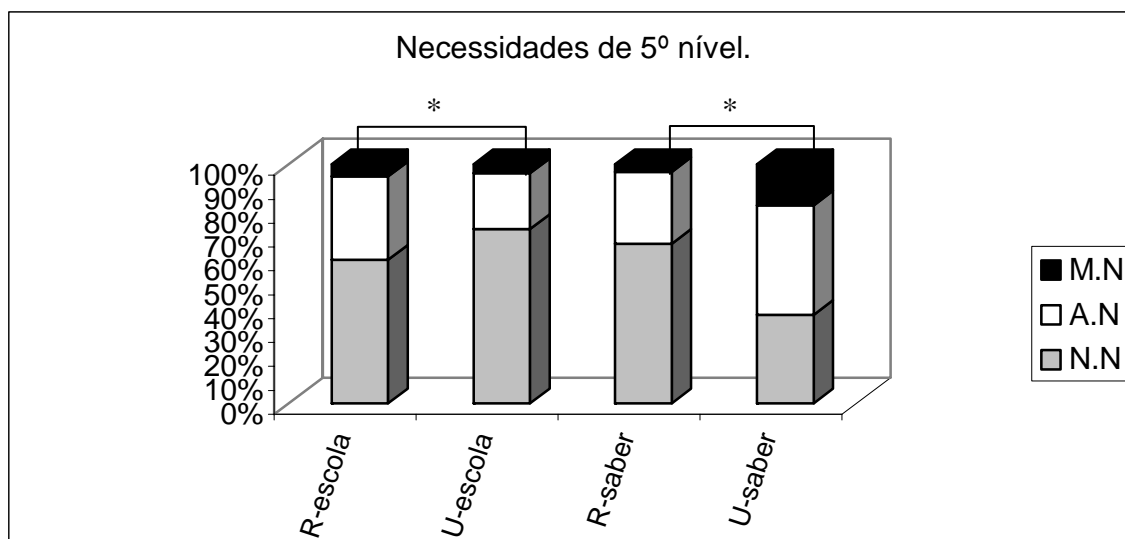


Fig.9-E. Valores das necessidades apresentadas para o 5º nível pela amostra Rural e amostra Urbana.

Significância estatística (teste χ^2)

M.N. =Muita Necessidade.

*= $p < 0,05$

A.N.= Alguma Necessidade.

N.N.= Nenhuma Necessidade.

Em resumo, estes resultados mostram que:

1-No 1º nível de necessidades da pirâmide de Maslow, constituem variáveis discriminantes entre o meio rural de Boticas e o meio urbano de Braga a “**casa/habitação**”, o “**vestuário**” e a “**água/ar**”, pelo que se rejeitam as hipóteses nulas (H0) e se validam as hipóteses teóricas (H1). Não é discriminante a variável “**alimentação**” o que invalida a rejeição da hipótese nula e validação da hipótese teórica (Anexo2).

2-No 2º nível da pirâmide são rejeitadas as H0 e validadas as H1 referentes às variáveis “**segurança**” e “**justiça**” por apresentarem diferenças significativas entre os dois meios. Já na variável “**paz**”, não é possível rejeitar a H0 e validar a H1 pois as diferenças não são significativas (Anexo 2).

3- No tocante ao 3º estrato da pirâmide de Maslow, por ausência de significância estatística, não se rejeita a H0 nem se valida a H1 na variável “**família**”. Nas restantes variáveis os resultados obtidos, permitem validar as H1 e rejeitar as H0 (Anexo2).

4-No 4º nível, existem diferenças significativas entre a população rural e a população urbana em todas as variáveis, pelo que se rejeitam as H0 e validam as H1 (Anexo2).

5-De igual modo no 5º estrado da pirâmide, existem diferenças significativas entre as duas populações nas variáveis que o compõem (**Escola e Saber**), pelo que se rejeitam as H0 e validam as H1 (Anexo2).

4.2.2.A Sexualidade na definição dos estilos de vida.

No eixo da sexualidade (fig. 10) os dados mostram que a categoria dominante nos dois meios é a “nunca”. Constata-se também que os jovens urbanos têm níveis superiores de conversação aos seus congéneres rurais sobre assuntos de sexualidade em todas as variáveis consideradas à excepção da variável “**padre**”.

Em relação às variáveis “**padre**”, “**toda a gente**”, “**psicólogo**”, e “**director de escola**” a categoria “nunca” atinge valores acima dos 70% tanto no meio rural como no meio urbano, não havendo diferenças entre as populações ($p > 0,05$).

Nas variáveis da saúde, os jovens falam em geral pouco com o “**psicólogo**”. Apenas 2% dos rurais falam “por vezes”, enquanto 11% dos urbanos falam “por vezes” e 2% sempre. Já a variável “**médico**” é discriminante ($p < 0,05$; $r < 0,4$) e apresenta níveis superiores de conversação quer nos jovens rurais que falam por vezes” (7%) e “sempre” (2%) quer nos jovens urbano que apresentam valores de (11%) para “por vezes” e (23%) para “sempre”.

A vertente educativa/escolar, é também pouco requisitada para tratar dos assuntos de sexualidade quer em termos de “**director(a) de escola**”, quer em termos de “**professor(a)**”. Contudo são os urbanos que falam mais com estas duas entidades educativas ($p < 0,05$, $r < 0,4$).

Constata-se que para abordar a sexualidade, as duas populações privilegiam os “**pais**” e “**irmãos**” e os “**amigos**”, constituindo-se estas também como as variáveis que mais diferenciam ($p < 0,05$; $r > 0,4$) as duas amostras. Em relação aos pais 40% dos rurais falam “por vezes” e 4% falam “sempre” enquanto nos urbanos 45% falam “por vezes” e 19% falam “sempre”. Com os irmãos os níveis de conversação são maiores pois 56% rurais e 28% urbanos falam “por vezes” e 14% rurais e 43% urbanos falam “sempre”. No tocante aos amigos 63% rurais e 39% urbanos afirmaram falar “por vezes” e 6% rurais e 32% urbanos disseram falar “sempre”.

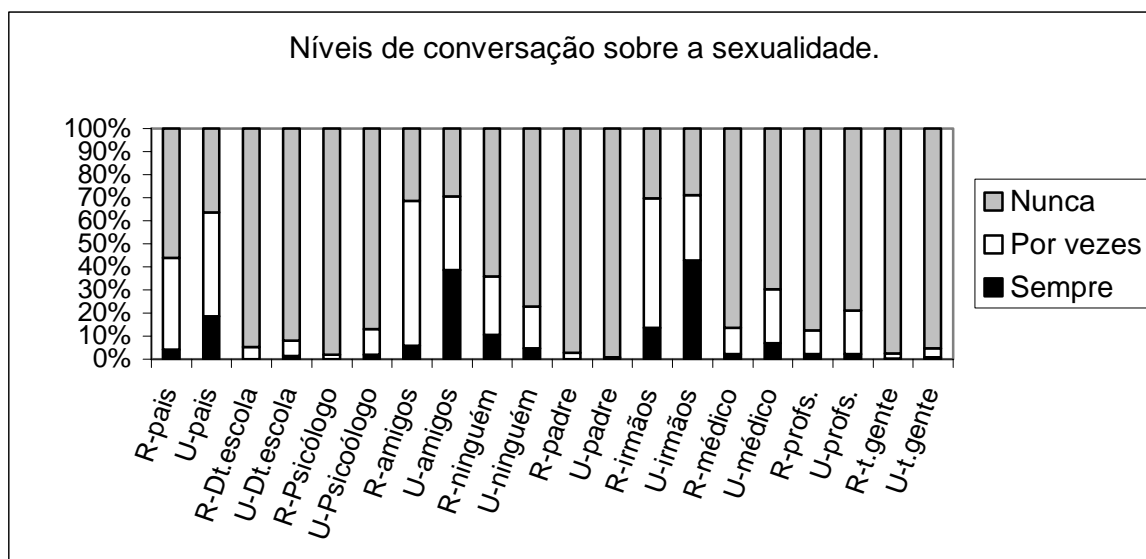


Fig.10. Valores sobre os níveis de conversação sobre a sexualidade na amostra Rural (R) e na amostra Urbana (U).

Em síntese, o eixo da sexualidade constitui-se como uma dimensão que diferencia grandemente os jovens rurais do concelho de Boticas dos jovens urbanos da cidade de Braga.

No plano estatístico (teste χ^2) as diferenças são significativas ($p < 0,05$) e com uma relação moderada ($r > 0,4$) nas variáveis “pais”, “amigos” e “irmãos”, o que permite rejeitar as H_0 e validar as H_1 .

As diferenças são igualmente significativas e permitem rejeitar as H_0 e validar as H_1 nas variáveis “médico”, “professor” e “ninguém”, todavia a força da correlação é fraca ($r < 0,4$).

Com os mesmos procedimentos estatísticos os dados obtidos impedem a rejeição das H_0 e a validação das H_1 ($p > 0,05$) nas variáveis “director de escola”, “padre”, “toda a gente” e “psicólogo” (Anexo2).

4.2.3. A ocupação dos tempos livres na definição dos estilos de vida.

Os tempos livres como dimensão importante na definição dos estilos de vida, apresentam-se como um eixo bastante discriminante entre o meio rural e o meio urbano como se pode observar na fig. 11.

Verifica-se que os jovens rurais ocupam bastante “por vezes” e “muitas vezes” do seu tempo livre a “jogar” (75%), a “ver televisão” (71%), no “ócio/lazer” (58%) e a “praticar desporto” (48%).

Por seu turno, os urbanos dedicam muito do seu tempo livre ao “**computador e à Internet**” (53%), a “**praticar desporto**” (60%), a “**ver televisão**” (60%), a “**tratar da beleza**” (45%) e a “**passar em centros comerciais**”.

Por outro lado jovens rurais declaram “nunca” ir ao “**jardim**” e “**explicações**” (92%), “**passar em centros comerciais**” (88%) ou “**ler e escrever**” (84%), enquanto os urbanos dizem “nunca” ir ao “**cinema**” (78%), “**jogar**” e “**jardim**” (64%) e “**lazer**” (61%)

Nos dois meios as actividades do domínio cultural, “**cinemas, museus, teatro**”, “**ler e escrever**” e “**explicações**” são as categorias com menos dedicação de tempo.

As áreas preferidas pelos rurais para ocuparem os seus tempos livres são a “**interacção com os amigos**”, a “**televisão**” e o “**lazer**”, enquanto que para os jovens urbanos essas áreas são o “**computador e Internet**” as das novas tecnologias, o “**desporto**” e o “**cuidar da si e da aparência**” (cuidar da imagem e da beleza).

Todas as variáveis em estudo apresentam diferenças significativas ($p < 0,05$) na ocupação dos tempos livres entre os jovens rurais e os jovens urbanos, sendo que nas que se prendem com “**computador e Internet**”, “**jogar com colegas e amigos**”, “**ver televisão**”, “**passar nos centros comerciais**”, “**cuidar da imagem e da beleza**” a força da correlação entre o meio e as variáveis é moderada ($p < 0,05$; $r > 0,40$).

Assim, por força das diferenças significativas existentes entre as duas populações em todas as variáveis, rejeitam-se as H_0 e validam-se as H_1 que compõem este eixo de investigação (Anexo2).

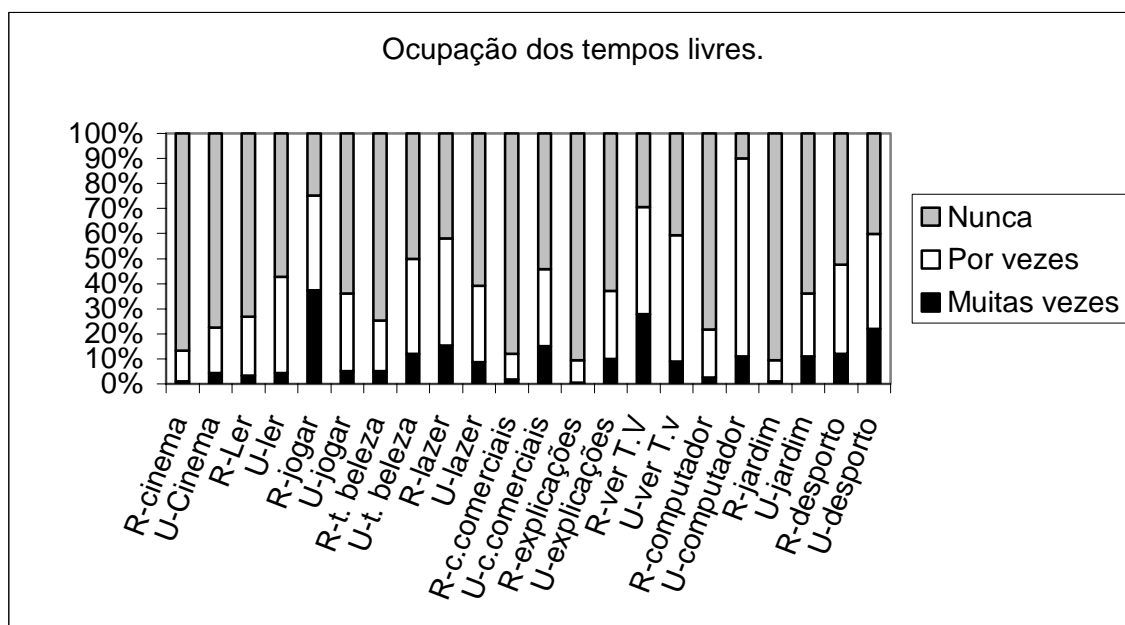


Fig.11. Ocupação dos tempos livres na amostra Rural (R) e na amostra Urbana (U).

4.2.4. Os valores (conservadores e liberais) na caracterização dos estilos de vida.

No campo dos valores, constata-se que tanto no meio rural como no meio urbano as categorias dominantes em todas as variáveis são “discordo plenamente” e “discordo”, e a menos destacada é “concordo plenamente, pelo que o grau de discordância prevalece sobre o de concordância (fig. 12).

Ao nível da concordância plena, sobressaem nos rurais o “**trabalho infantil**” (16%) e o “**divórcio**” (9%), enquanto nos urbanos o primeiro só atinge 1,5% e o segundo chega aos 12,3%.

Nos urbanos a concordância plena é mais marcante nas variáveis “**uso de pircing pelo homem**” (16%)”, “**mãe solteira**” (12%) e “**sexo antes do casamento**” (11%), aspectos que nos rurais atingem valores significativamente inferiores.

No domínio do “concordo”, o meio rural apresenta como categorias dominantes o “**trabalho infantil**” (26%), “**mãe solteira**” (19%) e “**sexo antes do casamento**” (17%), enquanto nos urbanos essas categorias são “**sexo antes do casamento**” (43%), “**uso de pircing pelo homem**” (25%), “**mãe solteira**” (18%) e “**homossexualidade**” e “**divórcio**” (17%).

Na categoria “ discordo”, as variáveis mais relevantes para o meio rural são: “**trabalho infantil**” (37%) “**aborto**” (23%) e “**mulher bater no homem**” (17%). Já para o meio urbano as variáveis que prevalecem são: “**sexo antes do casamento**” (43%), “**mãe solteira**”, (41%), “**mulher bater no homem**” (40%) e “**aborto**” (39%).

No campo da discordância plena, destacam-se nos rurais as variáveis “**mulher bater no homem**”(81%), “**homossexualidade**”(57%), “**prostituição**” (60%), “**uso de pircing pelo homem**” (59%), “**divórcio**” e “**homossexualidade**” (57%), enquanto os urbanos elegeram como aspectos de maior discordância o “**homem bater na mulher**” (70%), “**mulher bater no homem**” (58%) e o “**trabalho infantil**” (54%).

Na variável “**aborto**”, verifica-se que existe nos dois meios uma igualdade de valores nas quatro categorias, sendo que o nível de discordância é de 90% e o de concordância de 10%. Na variável “**pedofilia**”, rurais e urbanos apresentam resultados semelhantes e quase exclusivamente dos campos de “discordo” (9,2%) e “discordo plenamente” (91,5%) pelo que estas duas variáveis são aquelas que não discriminam ($p > 0,05$) entre rurais e urbanos.

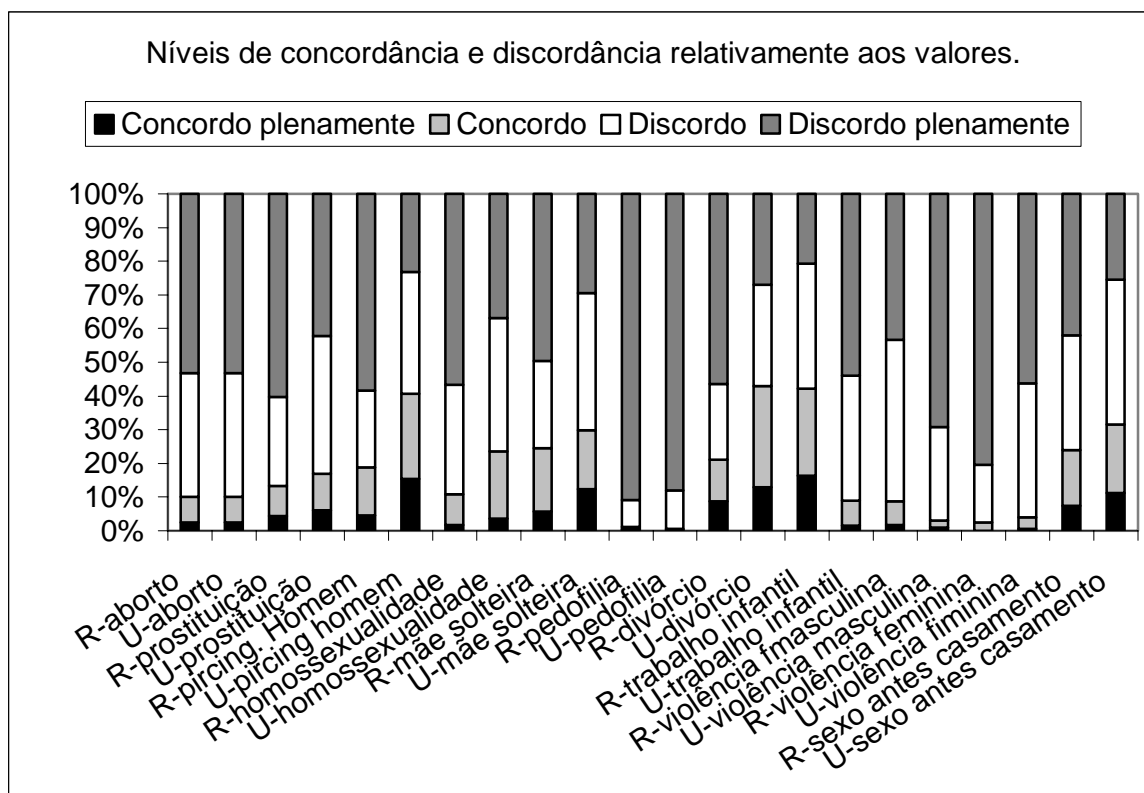


Fig.12. Os valores (conservadores e liberais) na amostra Rural (R) e na amostra Urbana (U).

4.2.5.O “ser “ e “o “parecer”, o “individual” e o “social”, o “ego “ e o “super-ego” na caracterização dos estilos de vida.

Neste eixo, as dimensões (indivíduo e sociedade) devem ser entendidas como a substância da vida de um povo (comunidades específicas) e o princípio da razão suficiente que justifica modos de ser, de pensar e de agir, em suma os seus estilos de vida (fig. 13; R= rural e U= urbano).

Assim, em ambos os meios, predomina a rejeição (totalmente mentira e mentira) em relação à aceitação (verdade e totalmente verdade) para os valores inscritos nos princípios apresentados aos sujeitos de meio rural e de meio urbano.

Nota-se existir similaridade nos valores obtidos para jovens rurais e jovens urbanos na variável “**esconder defeitos**”. Nas restantes variáveis, verifica-se que para as categorias “totalmente mentira” e “mentira” os jovens rurais apresentam valores superiores aos seus pares urbanos. Já para as categorias “verdade” e “totalmente verdade” foi registada a situação inversa.

Desta forma e pela análise comparativa dos dados, constata-se que existe uma maior permeabilidade e aderência da população jovem urbana a valores emergentes e

construídos com base no condicionamento, adaptação e na informação (individual). Estes enfrentam maior resistência na população jovem rural que evidencia maior fidelidade à tradição (social).

A obrigação e o formalismo dos princípios (alguns sobre regime de lei) como intenção ética, corresponde no plano da moral ao respeito por si, que atinge o seu significado maior quando o respeito pela norma valorativa desabrocha no respeito pelo outro, isto é os princípios são válidos quando contextualizados e socialmente aceites.

A análise estatística (Teste χ^2 ; Correlação V de Cramer) mostra que existem diferenças significativas ($p < 0,05$) em todas as variáveis excepto na “**escondes defeitos**” . Assim rejeitam-se todas as H0 e validam-se todas as H1 excepto para a variável “esconder defeitos” cujo $p > 0,05$ impede a rejeição de H0 e validação de H1 (Anexo 2).

Todavia a força da correlação em todas as variáveis com significado estatístico apresenta $r < 0,40$ o que se traduz por uma relação fraca. Desta forma, a relação entre valores e meio (rural e urbano) é ténue, e a diferença estatística poderá ter explicações em razões de casualidade.

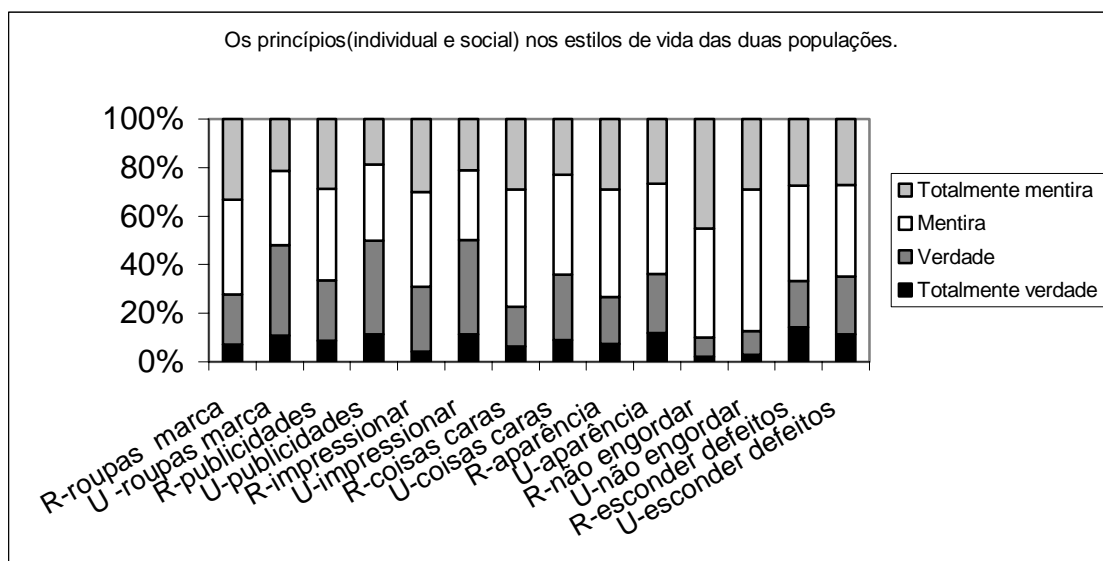


Fig.13. Dados da amostra rural (R) e da amostra urbana (U) sobre princípios.

4.2.6. A vivência do quotidiano na definição dos estilos de vida.

Esta dimensão distingue fortemente ruralidade de urbanidade (fig. 14). Neste eixo só não discriminam ($p > 0,05$) as variáveis “**deitas-te às horas que te apetece**”, e “**rezas**”. Na comunidade rural, a categoria “**muitas vezes**” atinge valores robustos nas variáveis “**passeias pelo campo**” (79%), “**conheces e falas a toda a gente**” (67%), “**assistes ao**

acasalamento de animais” (63%), **“matas animais para a tua alimentação”** (61%), **“brincas e jogas na rua com colegas e amigos”** (60%), e **“vês animais livres e a passear na rua”** (57%), enquanto os valores da comunidade urbana não ultrapassam neste aspecto os 10% em qualquer uma destas variáveis o que torna estas duas comunidades fortemente diferentes nestes aspectos.

Na categoria “algumas vezes” os valores são também muito diferenciadores entre rural e urbano, contudo não atingem a magnitude das outras duas categorias. Nesta categoria destacam-se nos rurais as categorias **“assistes a chegadas de bois”**, **“sais de casa e deixas chaves na fechadura”** e **“emprestas ferramentas aos vizinhos”** com 46% cada uma, **“tratas de animais** com 44% e **“ajudas os teus pais nos seus trabalhos”** com 42%, contra os 17% de **“ajudas os teus pais nos seus trabalhos”**, 14% para **“tratas de animais**, 13% **“emprestas ferramentas aos vizinhos”**, 7% para **“sais de casa e deixas chaves na fechadura”**, e 6% para **“assistes a chegadas de bois”**, apresentados pelos jovens urbanos.

Como variáveis menos dominantes para a categoria “muitas vezes” aparecem nos rurais **“frequentar café ou bar”** (39%), **“assistir ao nascimento de animais”** (37%), **“deitar às horas que apetece”** (34%), **“deixar a chave na fechadura”** (33%) e **“assistes a chegada de bois”** (17%), que são por seu turno as prevalentes na categoria “nunca”.

Nos jovens urbanos, as variáveis que apresentam maiores valores para a categoria “muitas vezes” são **“frequentar café ou bar”** (25%), **“deitar às horas que apetece”** (23%), e **“estudar sozinho em casa”** e **“rezar”** com 16%. Com os valores mais baixos surgem **“conhecer e falar a toda a gente”** (4%), **“assistes ao nascimento de animais”** (3,5%), **“assistir a acasalamentos de animais”** (3%) e **“deixar a chave na fechadura”** (0,8%).

Em síntese, os quotidianos considerados neste eixo de investigação são fortemente diferenciadores dos estilos de vida rurais e urbanos. Assim não estranha que em termos estatísticos (teste χ^2 , Correlação V de Cramer) existam diferenças significativas ($p < 0,05$) que levam à rejeição das H_0 e validação das H_1 em 14 das 16 das variáveis que compõem este eixo (Anexo2).

Verifica-se ainda que só nas variáveis **“brincar e jogar na rua com colegas e amigos”**, **“frequentar café, loja ou bar”**, **“rezar”** e **“deitar às horas que apetece”** a força da relação é fraca ($r < 0,40$) e por conseguinte com interesse teórico. Nas restantes variáveis,

a força da relação é moderada ($r > 0,4$), podendo-se explicar em percentagem (r^2) essas diferenças através do variável independente meio.

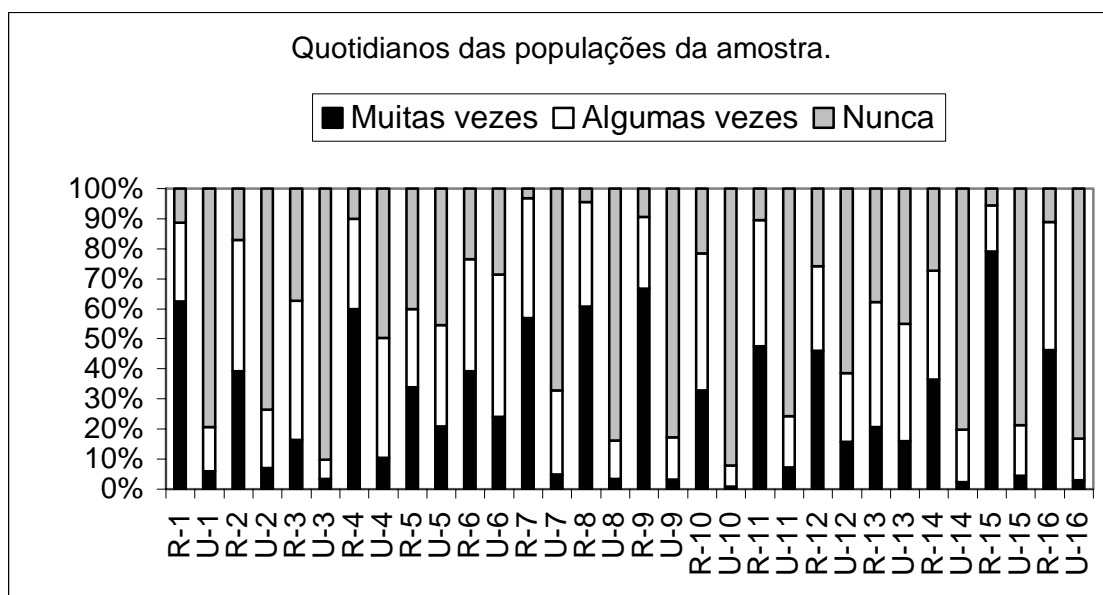


Fig.14. Dados da amostra sobre quotidianos rurais (R) e urbanos (U).

R1/U1=Acasalamento de animais; **R2/U2**=Tratar de animais; **R3/U3**=Chega de bois; **R4/U4**=Brincar na rua com amigos; **R5/U5**=Deitar a horas que apeteça; **R6/U6**=Frequentar loja, café ou bar; **R7/U7**=Ver animais livres na rua; **R8/U8**= Matar animais para alimentação; **R9/U9**=Conhecer e falar a toda a gente; **R10/U10**=Deichar a chave na fechadura; **R11/U11**=Ajudar os pais no trabalho; **R12/U12**=Estudar sozinho e sem ajuda; **R13/U13**= Rezar; **R14/U14**=Assistir ao nascimento de animais; **R15/U15**=Passera pelo campo; **R16/U16**= emprestar ferramentas aos vizinhos.

4.2.7.O conhecimento, o comportamento, as preocupações e a atitude crítica na definição dos estilos de vida.

Constata-se que os jovens rurais e os urbanos apresentam diferenças em vectores relacionados com o conhecimento, comportamentos e consciência crítica, sobre assuntos do *modus vivendus* (Fig.15).

Inferre-se da análise aos dados que a taxa percentual da categoria “não” em relação às variáveis **“consultar o médico não estando doente”** (86%), **“pedem esmola na tua localidade”** (96%), **“ assaltam casas e carros na tua localidade”** (93%), **“conheces homossexuais”** (98%) e **“conheces toxicodependentes”** (93%) é muito elevada na população rural.

Estes valores quando confrontados com os dos jovens urbanos indicam ser estas as variáveis que apresentam as diferenças mais acentuadas ($p < 0,05$; $r > 0,4$).

São também elevados os valores para a categoria “não” (superiores a 50%) nos dois meios, e com predominância dos rurais sobre os urbanos, onde os valores dos primeiros atingem os 80% em “**sabes para que serve a pílula**”, 77% em “**conversas sobre violência, sexo e droga**”, 77% em “**conheces pessoa com SIDA**”, 70% em “**sabes como se transmite a SIDA**” e 62% para “**a pobreza é uma das causas de doença**”. Na população urbana embora estes valores sejam menores, são contudo valores altos pois atingem-se os 72% em “**sabes para que serve a pílula**”, 58% em “**conversas sobre violência, sexo e droga**”, 54% em “**conheces pessoa com SIDA**”, 55% em “**sabes como se transmite a SIDA**” e 42% para “**a pobreza é uma das causas de doença**”.

As duas únicas variáveis onde o “não” urbano prevalece sobre o “não” rural são: “**sabes para que serve o preservativo**” com 67% nos urbanos e 60% nos rurais e “**ser gordo quer dizer que se tem saúde**” cujos valores são de 91% nos urbanos contra os 78% dos rurais.

Na categoria do “sim” aparecem com maior destaque para o meio urbano as variáveis “**a educação sexual deve começar no 1º CEB**” (68%), “**estar vacinado contra a hepatite e meningite**” (81%), “**não há bruxas nem diabo**” (89%) e “**praticas desporto e actividade física**” (75%). Estas são também as variáveis com maiores percentagens nos rurais, todavia com valores menos categóricos excepto em “**não há bruxas nem diabo**” onde 95% dos rurais afirmaram “sim”.

Os 66% de “sim” e 44% “não” dos rurais e 68% “sim” e 32% “não” dos urbanos obtidos na variável “**a educação sexual deve começar no 1º CEB**”, bem como os 52% de “sim” e 48% “não” dos rurais e 54% “sim” e 46% “urbanos obtidos na variável “**sabes como se faz um filho**” fazem destas duas variáveis as únicas deste eixo que não diferenciam ($p > 0,05$) as duas populações em estudo.

Resumindo, com a aplicação do teste χ^2 não foi obtida significância estatística nas variáveis “**Sabes o significado da palavra obesidade**”, “**A educação sexual deve começar no 1º CEB**”, “**Sabes como se faz um filho**”, “**Sabes para que serve a pílula**”, “**Sabes para que serve o preservativo**” e “**Ser belo é ser muito magro**”, pelo que nestes casos não se rejeitam as H_0 nem se validam as H_1 . Nas restantes variáveis, as diferenças são estatisticamente significativas pelo que se rejeitam as H_0 e se validam H_1 (Anexo 2).

Todavia a força da correlação dada por Phi em todas as variáveis com significado estatístico só atinge o valor de relação moderada ($0,40 < r < 0,60$) nas variáveis “

Consultas regularmente o médico mesmo não estando doente”, “Conheces ou há pessoa com SIDA na tua localidade”, “Na tua localidade há pessoas que pedem esmola”, “Assaltam casas e roubam carros na tua localidade”, “Conheces ou há homossexuais na tua localidade”, “Conheces ou há toxicodependentes na tua localidade” e “Estás vacinado contra a meningite e hepatite”.

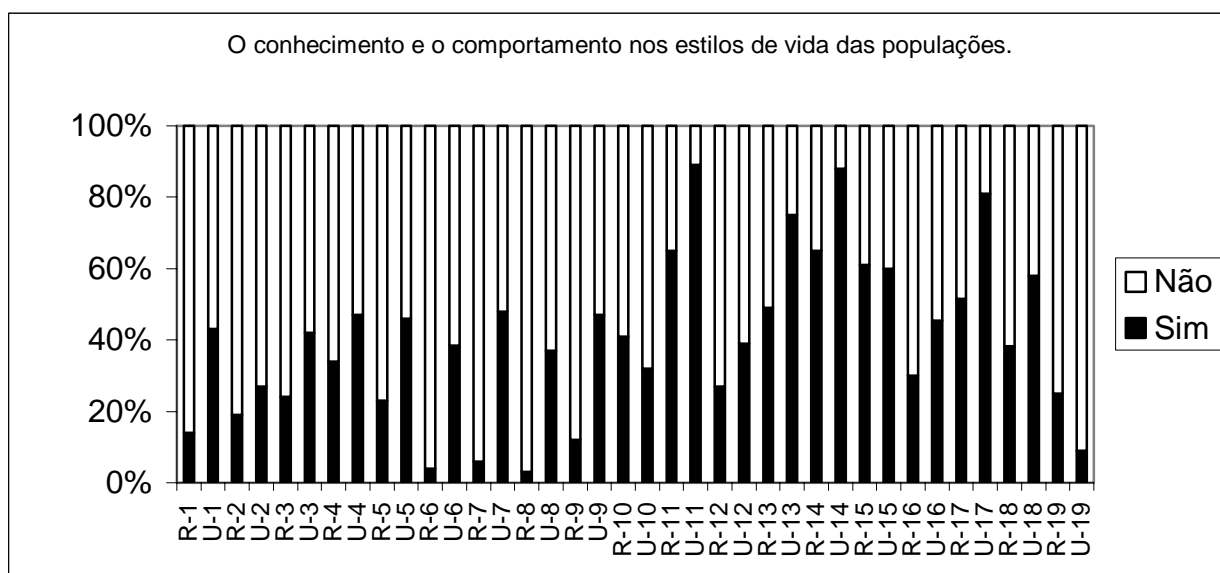


Fig.15. Saberes, comportamentos e atitude crítica dos jovens rurais (R) e urbanos (U).

R1/U1=Consultas o médico não estando doente; R2/U2=Sabes para que serve a pílula; R3/U3=Conversas sobre violência, droga e sexo; R4/U4=Sabes o significado de obesidade; R5/U5=Há pessoas com SIDA na tua localidade; R6/U6=Pedem esmola na tua localidade; R7/U7=Assaltam casa e roubam carros na tua localidade; R8/U8=Há homossexuais na tua localidade; R9/U9=Há toxicodependentes na tua localidade; R10/U10=Sabes para que serve o preservativo; R11/U11=Não há bruxas, diabo nem feitiços; R12/U12=Ser belo é ser magro; R13/U13=Praticas desporto regularmente; R14/U14=A educação sexual deve começar no 1ºCEB; R15/U15=Sabes como se faz um filho; R16/U16=Sabes com se transmite a SIDA; R17/U17=Estás vacinado contra a meningite e hepatite; R18/U18=A pobreza é causa de doença; R19/U19=Ser gordo quer dizer que se tem saúde.

4.2.8. Os hábitos de consumo na definição dos estilos de vida.

Os hábitos de consumo expressos neste eixo de investigação revelam a predominância da categoria “nunca” sobre as categorias “por vezes” e “sempre” em ambos os meios, excepto na variável “ **compras os produtos que consumes nos hipermercados e centros comerciais**” para os jovens urbanos (fig. 16). Na categoria “por vezes” ambos os meios apresentam valores próximos em todas as variáveis.

Verifica-se pois que, para a categoria “sempre”, os jovens urbanos fazem predominantemente as compras nos “**centros comerciais e hipermercados**” (36%) ou

numa **“loja chique e não na mais barata”** (12%) e têm níveis de **“separação do lixo”** para reciclagem (6%) que os diferencia significativamente ($p < 0,05$; $r > 0,40$) dos colegas rurais, cujos valores para as categorias referidas são menores. Ainda em relação à categoria **“sempre”**, os jovens rurais apresentam os seguintes valores nas variáveis **“preocupas-te em relação à água que consumes”** (5%), **“preocupaste com o ar que respiras”** (4%) e **“gastas dinheiro em livros que não sejam escolares”** (2%), pelo que se distinguem ($p < 0,05$; $r < 0,4$) dos jovens urbanos que para as mesmas variáveis apresentam valores ligeiramente maiores.

Nas variáveis **“procuras ver a validade dos produtos que consumes”**, **“lês a informação sobre os produtos que compras e consumes”**, **“reclamas quando o preço exposto não coincide com o que pagas”**, **“és influenciado pela publicidade”**, **“devolves ou vais trocar um produto deteriorado ou estragado”**, **“preocupaste em comprar produtos amigos do ambiente”** e **“compras produtos que não te fazem falta”**, os valores obtidos por via de serem muito aproximados, não diferenciam as duas populações ($p > 0,05$), pelo que não se pode atribuir ao factor meio (rural /urbano) as pequenas diferenças.

Concluindo, no campo estatístico não existem diferenças significativas ($p > 0,05$) que permitam rejeitar as H_0 e validar as H_1 nas variáveis **“procuras ver a validade dos produtos que consumes”**, **“lês a informação sobre os produtos que compras e consumes”**, **“reclamas quando o preço exposto não coincide com o que pagas”**, **“és influenciado pela publicidade”**, **“vais trocar um produto devolves ou deteriorado ou estragado”** e **“preocupaste em comprar produtos amigos do ambiente”**.

Nas restantes variáveis as diferenças são estatisticamente significativas ($p < 0,05$) e permitem rejeitar as H_0 e validar as H_1 , contudo só nos casos de **“compras os produtos que consumes nos hipermercados e centros comerciais”**, **“compras numa loja chique e não na mais barata”**, e **“separas o vidro e o cartão do outro lixo para serem reciclados”** é que se obteve uma força da correlação moderada ($r > 0,40$) que possibilita explicar as diferenças através da variável meio (Anexo 2).

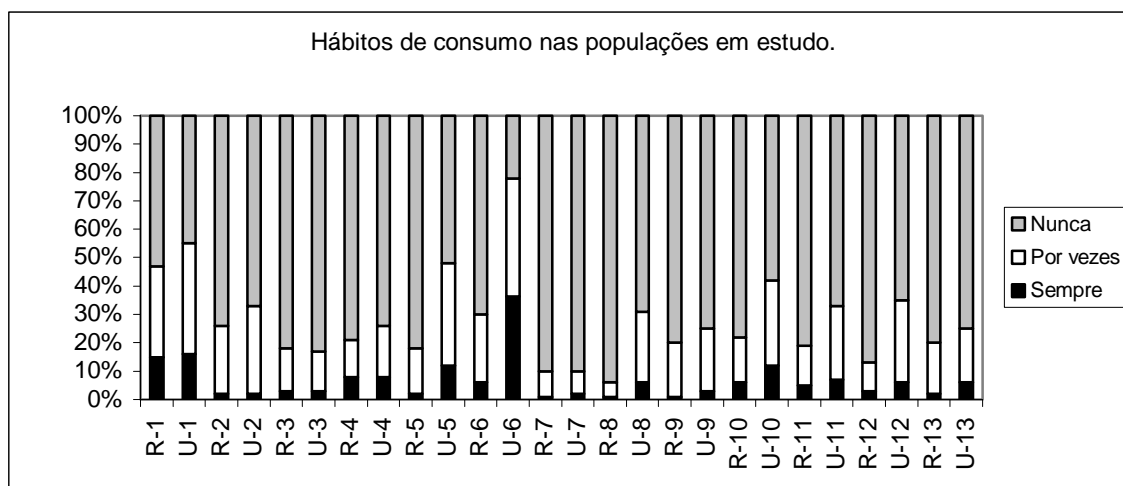


Fig.16. Hábitos de consumo dos jovens rurais (R) e dos jovens urbanos (U).

R1/U1=Procuras ver a validade dos produtos que compras e consumes; **R2/U2**=Lês a informação sobre a composição dos produtos; **R3/U3**=Reclams quando o preço exposto é diferente do que pagas; **R4/U4**=És influenciado pela publicidade; **R5/U5**=Compras numa loja chique e não na mais barata; **R6/U6**=Compras os produtos que consumes em centros comerciais e hipermercados; **R7/U7**=Devolves ou traças os produtos estragados; **R8/U8**=Separas o vidro e o cartão para reciclagem; **R9/U9**= Preocupas-te em comprar produtos amigos do ambiente; **R10/U10**=Preocupas-te com a água que consumes; **R11/U11**=Preocupas-te com o ar que respiras; **R12/U12**=Gastas dinheiro em livros não escolares; **R13/U13**=Compras produtos que não te fazem falta.

4.2.9. A alimentação, a higiene e a segurança na definição dos estilos de vida.

Neste eixo, constituem-se como aspectos não diferenciadores ($p > 0,5$) das populações rurais e urbanas em estudo o “ **fazer quatro refeições por dia**”, “ **colocar o cinto de segurança quando entram no carro**”, “ **verificar se o gás está desligado**”, “ **comer fruta à sobremesa**”, “ **fazer tantas refeições de peixe como de carne**” e “ **lavar sempre as mãos antes das refeições**” (fig. 17).

Quanto a “ **tomar medicamentos sem receita médica**” verifica-se uma maior frequência na comunidade rural (35%) em relação à comunidade urbana (25%). O mesmo se passa em ralação a “ **bebes sempre Coca-Cola às refeições**”, onde só 17% dos rurais responderam afirmativamente contara os 40% dos urbanos.

Já para a variável “ **tomas banho todos os dias**” a situação é inversa: apenas 16% dos urbanos a dizerem “sim” contra os 28% dos rurais.

Nas restantes variáveis, da população rural manifestou ser costume comer em “ **Pizzaria ou McDonald’s**” 14%, “ **mudar de cuecas todos os dias**” 38%, procurar “ **passadeiras para atravessar as ruas**” 43%, “ **procurar que de dia quer de noite os lugares mais**

movimentados” 39%, “desviar-se de animais soltos na rua” 26% e “ir regularmente ao cabeleireiro” 16%. Já na comunidade urbana os valores são de 49% para comer em “Pizzaria ou McDonald’s”, 76%, “mudar de cuecas todos os dias”, 77%, procurar “passadeiras para atravessar as ruas”, 68%, “procurar que de dia quer de noite os lugares mais movimentados”, 75%, “desviar-se de animais soltos na rua” e de 53% para “ir regularmente ao cabeleireiro”, o que torna estas variáveis fortemente discriminatórias ($p < 0,05$; $r > 0,40$) entre a população rural e a população urbana.

Sintetizando, neste eixo as diferenças são significativas ($p < 0,05$) pelo que se rejeitam-se todas as H0 e validam-se todas as H1 excepto nas variáveis “fazer quatro refeições por dia”, “colocar o cinto de segurança quando entram no carro”, “verificar se o gás está desligado”, “comer fruta à sobremesa”, “fazer tantas refeições de peixe como de carne” e “lavar sempre as mãos antes das refeições” cujo $p > 0,05$ impede a rejeição de H0 e validação de H1 (Anexo 2).

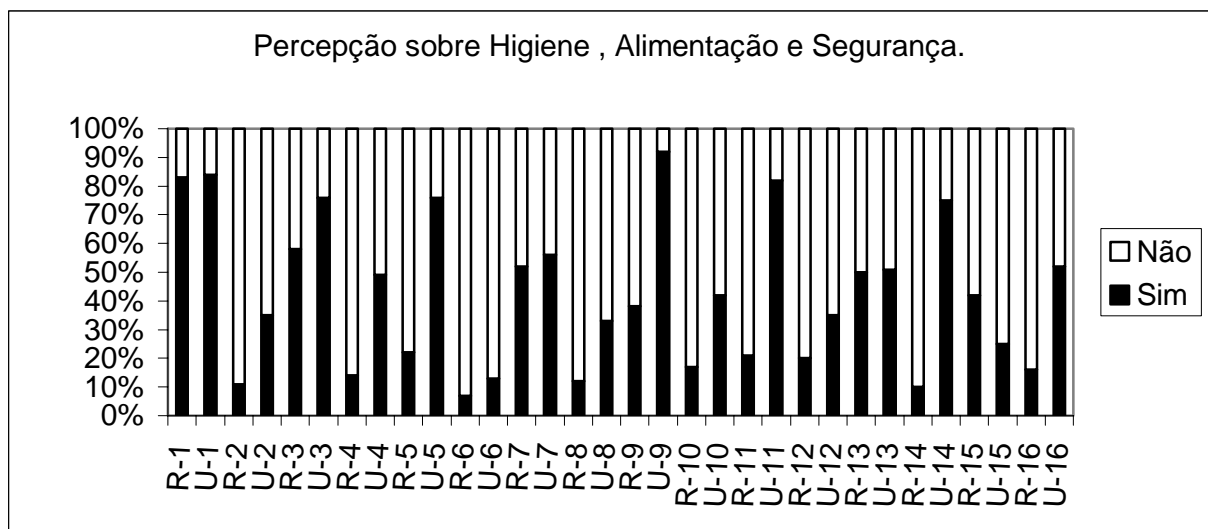


Fig.17. Hábitos de higiene, alimentação e segurança dos jovens rurais (R) e dos jovens urbanos (U).

R1/U1=Fazes pelo menos quatro refeições por dia; **R2/U2**=Tomas banho todos os dias; **R3/U3**=Pões o cinto de segurança sempre que entras no carro; **R4/U4**= Costumas comer na Pizzaria ou McDonald’s; **R5/U5**=Mudas de cuecas todos os dias; **R6/U6**= Quando saís de casa verificas se o gás está desligado; **R7/U7**=Comes sempre fruta à sobremesa; **R8/U8**=Lavas os dentes no fim de cada refeição; **R9/U9**=Procuras as passadeiras para atravessares as ruas; **R10/U10**=Bebes sempre Coca-Cola ou refrigerantes às refeições; **R11/U11**= Na rua de dia/noite procuras os lugares mais movimentados; **R12/U12**=Procuras fazer tantas refeições de carne como de peixe; **R13/U13**=Lavas sempre as mãos antes das refeições; **R14/U14**=Desvisas-te/proteges-te dos animais que andam soltos na rua; **R15/U15**=Tomas medicamentos não receitados pelo médico; **R16/U16**=Vais regularmente à(o) cabeleireira(o).

4.2. 10. A percepção da emigração na definição dos estilos de vida.

A emigração, uma realidade ainda marcante e presente no concelho de Boticas que em Agosto vê duplicar o número de habitantes com o regresso da população emigrada. Esta realidade tem reflexo nas populações jovens (fig. 18) rurais que os diferencia ($p < 0,05$; $r < 0,4$) dos seus pares urbanos, pelo que se rejeita H_0 e se valida H_1 . Os jovens rurais entendem a emigração como um meio de contornar a falta de trabalho/emprego e também os baixos níveis de competências académicas, tendo 46% manifestado intenção em emigrar. Nos urbanos a emigração é não tem esse carácter de recurso e encontra-se menos presente no horizonte futuro destas populações pelo que só manifestaram vontade de emigrar 14%.

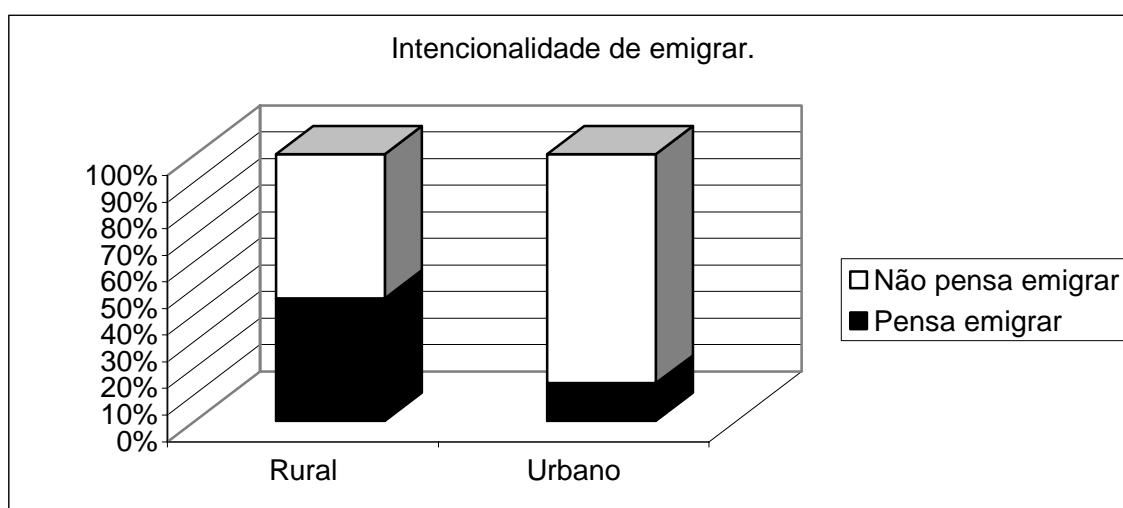


Fig.18. Dados da amostra rural e da amostra urbana sobre a emigração.

4.2.11. A percepção do emprego e do trabalho na caracterização dos estilos de vida.

Embora a categoria dominante em ambas as populações seja “sim”, o “**emprego e a profissão**” como dimensões estruturantes e definidoras dos estilos de vida são encarados pelas duas realidades em estudo de forma distinta (fig. 19-A), o que permite distinguir ($p < 0,05$; $r < 0,40$) rurais de urbanos.

Nos urbanos, a profissão e emprego são vistos e valorizados como elementos facilitadores no acesso a melhores condições de vida, pelo que consideram o emprego e o trabalho como determinante para o futuro 79% e só 21% lhe atribuem pouca importância. Nos jovens rurais esta percepção atinge valores menos significativos, onde só 61% a consideram determinante e 39% a acham irrelevante no seu provir.

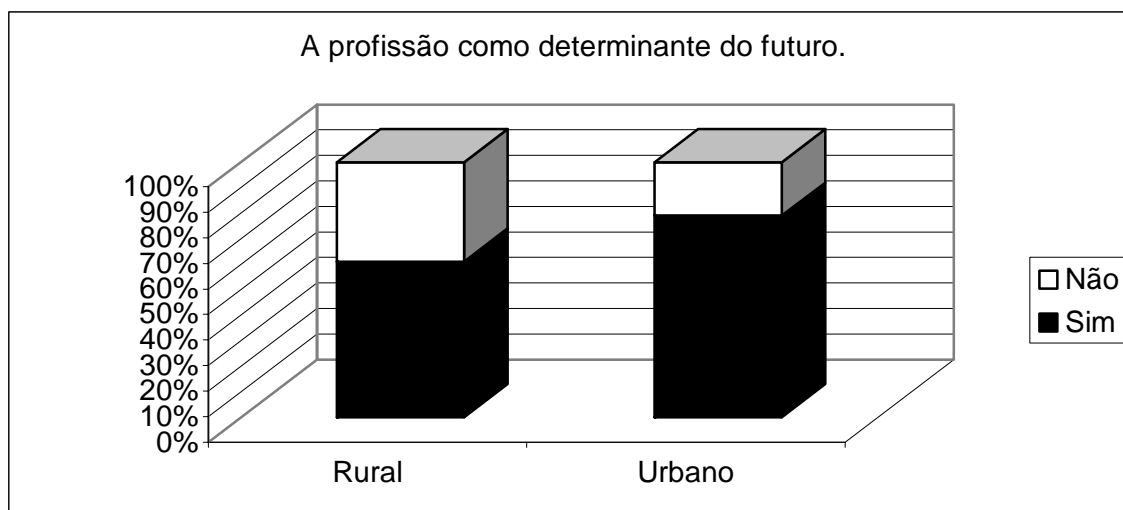


Fig.19-A. Dados da amostra rural e da amostra urbana sobre a profissão como determinante do futuro.

Acoplada à questão sobre a influência da profissão e do trabalho nos estilos de vida e no futuro dos jovens em estudo, foi colocada uma outra que pretendia saber em que ramo ou sector da actividade gostariam de vir a trabalhar (fig. 19-B)

Em virtude do grande leque de profissões referidas, optou-se pelo seu agrupamento dentro de categorias sócio-profissionais. Para tal foi tomada a tabela de Almeida, Capucha e Machado, (1988) à qual foi introduzida a opção “não sei “ para as situações de desemprego, reforma, emigração e ausência de respostas à pergunta e “artista “ para os casos de cantores, actores, palhaços etc. Assim temos (AG= agricultor; OC= operário do comércio; OS= operário dos serviços; OI= operário da indústria; I/C= intelectuais e cientistas; PL= profissões liberais; DP= desportistas; DT= directores; PP= patrões e proprietários, AR= artista e NS= não sei).

Constata-se pela análise aos dados que esta questão é bastante diferenciadora entre os dois meios (fig. 19-B). Tanto rurais (27%) como urbanos (24%) elegeram as profissões “**intelectuais e científicas**” como o ramo onde gostariam de exercer actividade, não sendo contudo uma variável discriminante ($p < 0,05$).

Diferenciam moderadamente ($p < 0,05$; $r > 0,40$) os rurais dos urbanos as variáveis: “**actividade agrícola**”, “**operário da indústria**”, “**directores**”, “**profissões artísticas**” e “**profissões desportivas**”.

As opções “**operário do comércio**” e “**operário dos serviços**” embora discriminantes ($p < 0,05$; $r < 0,40$) os valores entre rurais e urbanos estão próximos. Já nas variáveis

“patrões e proprietários “ e “não sei” não foram registadas diferenças entre as duas populações em estudo ($p > 0,05$).

No plano estatístico (teste χ^2 e Phi) as diferenças são estatisticamente significativas ($p < 0,05$) e há uma moderada correlação ($r > 0,4$) que permite rejeitar as H_0 e validar as H_1 nas situações “**atividade agrícola**”, “**operário da indústria**”, “**directores**”, e “**profissões artísticas**”.

As diferenças são igualmente significativas ($p < 0,05$) e permitem rejeitar H_0 e validar H_1 nas variáveis “**operário do comércio**”, “**operário dos serviços**” e “**profissões desportivas**” mas a força da correlação nestes casos é fraca ($r < 0,40$).

Nas restantes situações as diferenças não tem significância estatística ($p > 0,05$) pelo que impedem a rejeição da H_0 e validação da H_1 .

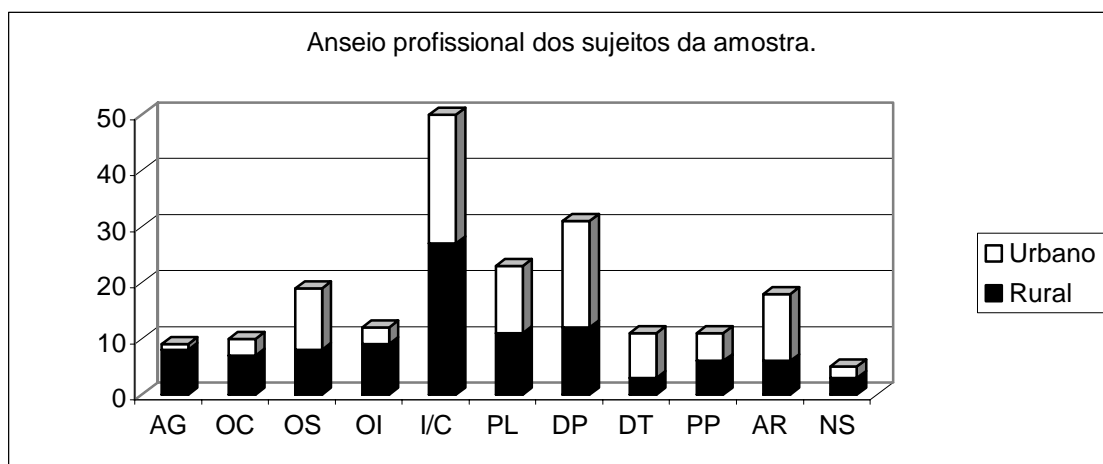


Fig.19-B. Dados da amostra rural e da amostra urbana sobre a profissão que gostariam de exercer no futuro.

Capítulo IV

Sub-Capítulo 3

Dados dos Temas de Investigação

Os indivíduos evoluem no seio de espaços sociais mais ou menos autónomos (rural e urbano) cuja estruturação obedece a regras e percepções das realidades vivenciadas. Desta forma, os dados dos temas de investigação objectivam fornecer elementos para a construção de uma conjectura que tendo por base a realidade sócio-geográfica onde as duas realidades exercem as praxis, permita diferenciar ou não os jovens rurais dos jovens urbanos, partindo da representação mental que têm das dimensões abordadas e da interpretação/conotação que fazem às imagens, com as quais se pretendeu simbolizar essas dimensões.

4.3.1. Tema 1-O amor na representação dos estilos de vida.

A imagem que põe em relevo os vínculos afectivos estabelecidos pela relação “**maternal-filial**”, foi a que mais se destacou nas populações inquiridas, sendo referida por 43% dos rurais e 38% dos urbanos como a que melhor representa simbolicamente o amor (fig. 20).

A sensibilidade das populações inquiridas às outras duas formas de amor apresenta valores inversos. Assim, a imagem do “casamento e da relação carnal” é discriminante entre o “meio rural” e o “meio urbano”, sendo preferida por 35% dos rurais e somente 30% dos urbanos para simbolizar o amor. Já a imagem de “assistencialismo e dedicação ao próximo” tem um valor acrescido na população urbana (31%) em relação à população rural (21%).

O teste estatístico χ^2 mostra que há diferenças significativas ($p < 0,05$; $r < 0,40$) entre a população “**rural de Boticas**” e a população “**urbana de Braga**” na sua concepção de “**amor**”, pelo que se rejeita a hipótese nula e se valida a hipótese teórica (Anexo 3).

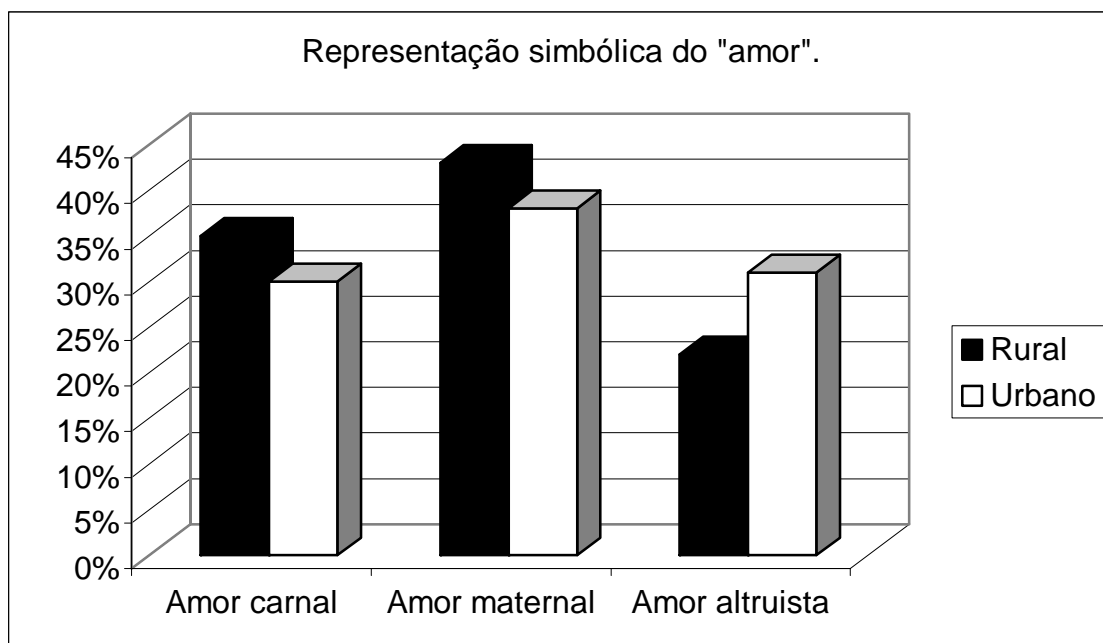


Fig.20. O conceito de amor na população jovem rural e urbana.

4.3.2.Tema 2-O poder na representação dos estilos de vida.

Se bem que esta componente da acção humana que permite o exercício do domínio e do controlo sobre outrem, atinja o primeiro plano na dimensão de “poder económico” em ambas as populações, é também este aspecto, aquele que mais distingue as duas populações, pois só 40% dos jovens rurais lhe atribuem essa conotação, contra os 50% dos jovens urbanos que vêem nos bens que cada um tem, no que cada um exhibe como o verdadeiro “**poder**” (fig. 21).

Referido por 31% rurais e 29% urbanos e conseqüentemente pouco discriminante entre as duas populações, aparece em segundo plano como símbolo do “**poder**” aparece “ a cultura e o conhecimento”.

O “**poder**” como resultante da força física e da massa músculo-esquelética é de todas a menos valorizada. Contudo é significativa na diferenciação dos jovens rurais que a valoram em 29% e dos jovens urbanos para quem só representa 21% como simbologia de “**poder**”.

O teste χ^2 mostra haver diferenças significativas ($p < 0,05$; $r < 0,40$) entre as duas populações, rejeitando-se portanto a hipótese nula e validando-se a hipótese teórica de que “ existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação às diferentes formas de poder” (Anexo 3).

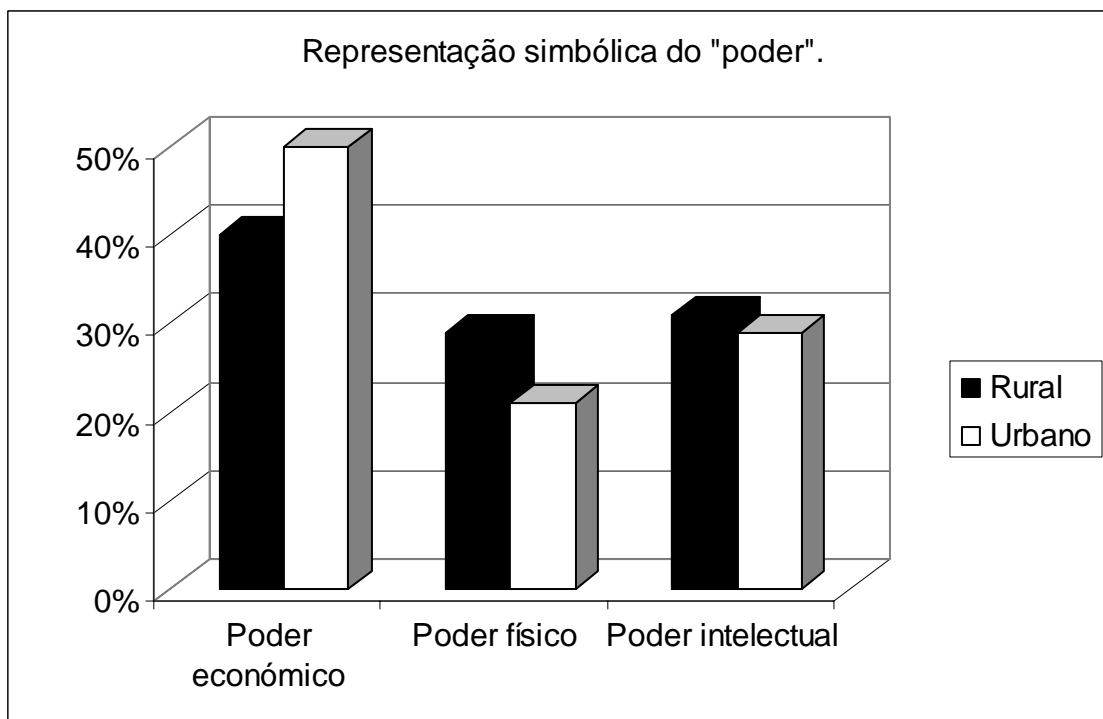


Fig.21. O conceito de poder na população jovem rural e urbana.

4.3.3 Tema 3-Os fármacos, a alimentação e o exercício físico na representação dos estilos de vida.

Neste tema regista-se que a “**saúde curativa**” (fármacos) é discriminante entre meios e prevalece no meio rural (42%) sobre a “**saúde preventiva**”: (alimentação 35% e exercício físico 23% (fig. 22).

Por seu turno, meio urbano a situação é oposta: é a “**saúde preventiva**” nomeadamente o exercício físico (40%) que é mais valorizado, seguido dos fármacos (31%) e por último dos aspectos alimentares (29%).

Assim, a dimensão que mais distingue as duas amostras é a “prática do exercício físico” e a menos discriminante são os aspectos alimentares.

Estatisticamente existem diferenças significativas com uma relação fraca ($p < 0,05$; $r < 0,40$) entre a população rural urbana duas populações, pelo que se rejeita a hipótese nula e se valida a hipótese teórica de que “existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação às diferentes formas de saúde” (Anexo 3).

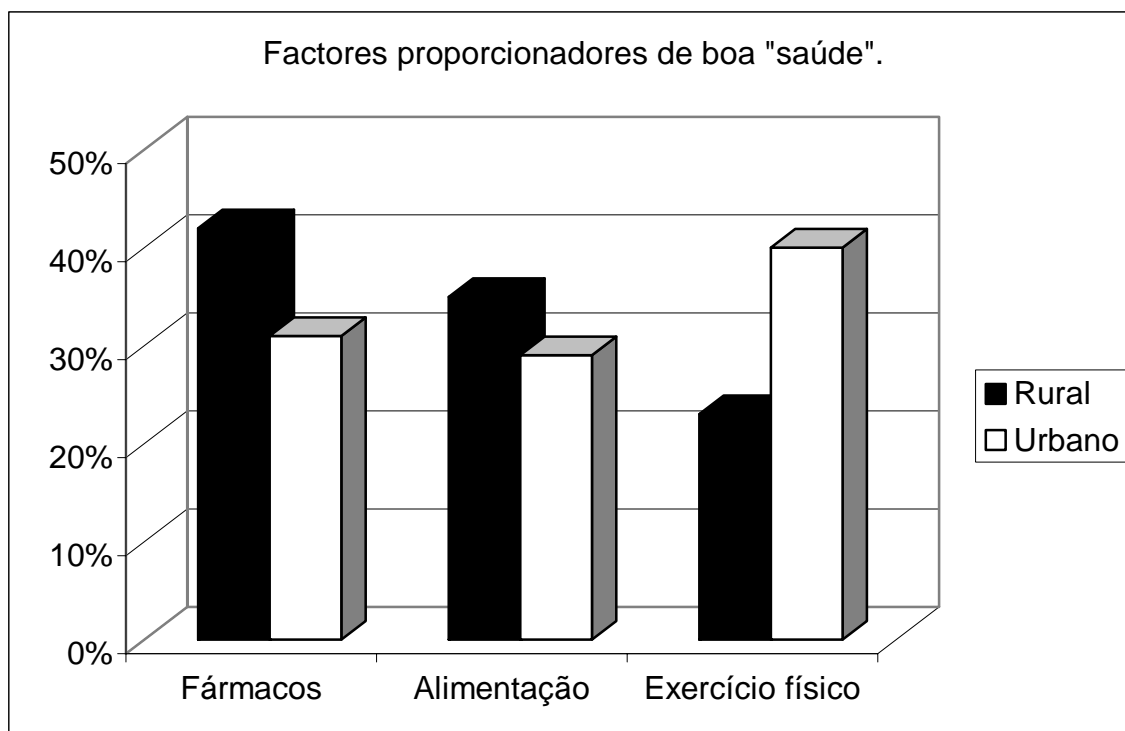


Fig.22. O conceito de boa saúde na população jovem rural e urbana.

4.3.4.Tema 4 -A liberdade na representação dos estilos de vida.

A simbologia dominante para a representação da “**liberdade**” foi encontrada por rurais (41%) e urbanos (42%) nas “aves”, pelo que esta categoria não é discriminante ($p < 0,05$) em relação aos dois meios (fig. 23).

Já o contacto com a “natureza” e a “imensidão oceânica” funcionam como elementos discriminantes entre jovens rurais e urbanos.

Assim, a “natureza” (montanha) é para os rurais (25%) a que menos representa a “**liberdade**”, enquanto o “oceano” foi valorizado em 34%.

Situação inversa ocorre na comunidade jovem urbana que encara como símbolo da “**liberdade**” a “natureza” (35%) e somente 23% indica o “oceano” como o mais ideal para esse fim.

Com o teste χ^2 verifica-se que há diferenças significativas ($p < 0,05$; $r < 0,40$) entre as duas populações, o que leva à rejeição da hipótese nula e validação da hipótese teórica que diz “existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à liberdade” (Anexo 3).

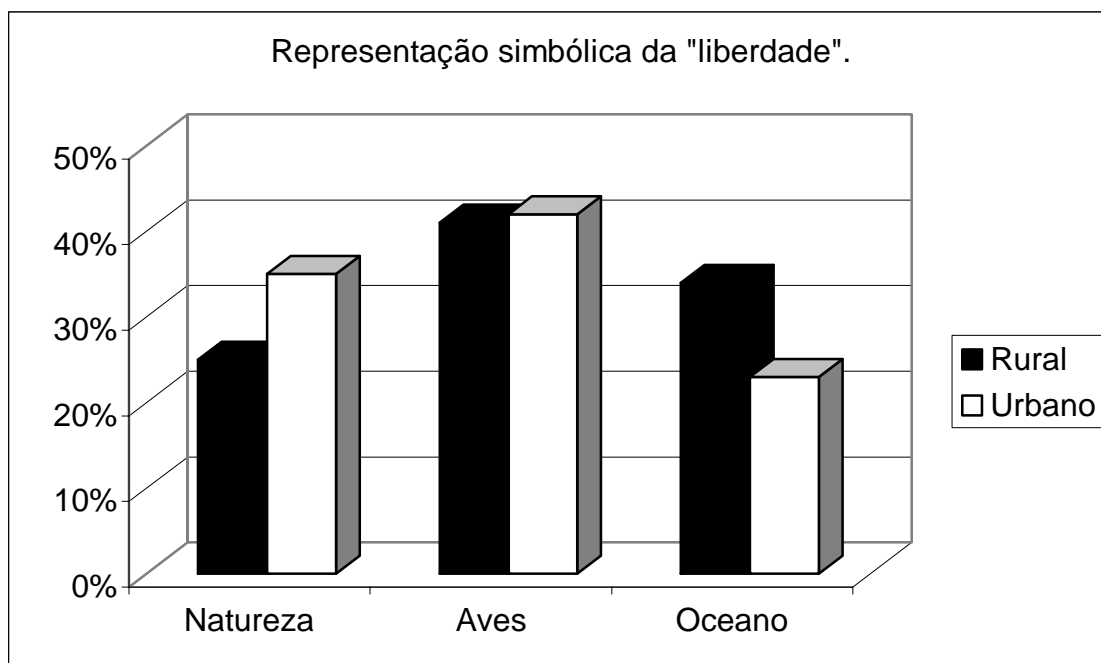


Fig.23. O conceito de liberdade na população jovem rural e urbana.

4.3.5.Tema 5-Os aspectos alimentares na representação dos estilos de vida.

O local favorito para comer fora de casa, é marcante na diferenciação entre ruralidade e urbanidade. Os três espaços considerados (Pizzaria, McDonald's e Restaurante Português) apresentam valores significativos em termos de discriminação dos dois meios (fig. 24).

O espaço “Restaurante Português”, muito valorizado pelos jovens rurais (59%) não tem a mesma correspondência nos jovens urbanos (34%), elegendo estes para comer os ambientes de “fast-food” como o “McDonald's” (51%) e a “Pizzaria” (15%). Por sua vez, os jovens rurais valorizam pouco a pizzaria (7%) e o McDonald's (20%).

Neste tema, o teste χ^2 mostra que há diferenças significativas ($p < 0,05$) entre as populações, e o teste de aderência “Correlação V de Cramer” demonstra ainda haver uma relação moderada ($r > 0,40$) entre cada população e as suas preferências de uso de locais de pasto.

Assim, rejeita-se a hipótese nula e valida-se a hipótese teórica de que” existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação aos aspectos alimentares” (Anexo 3).

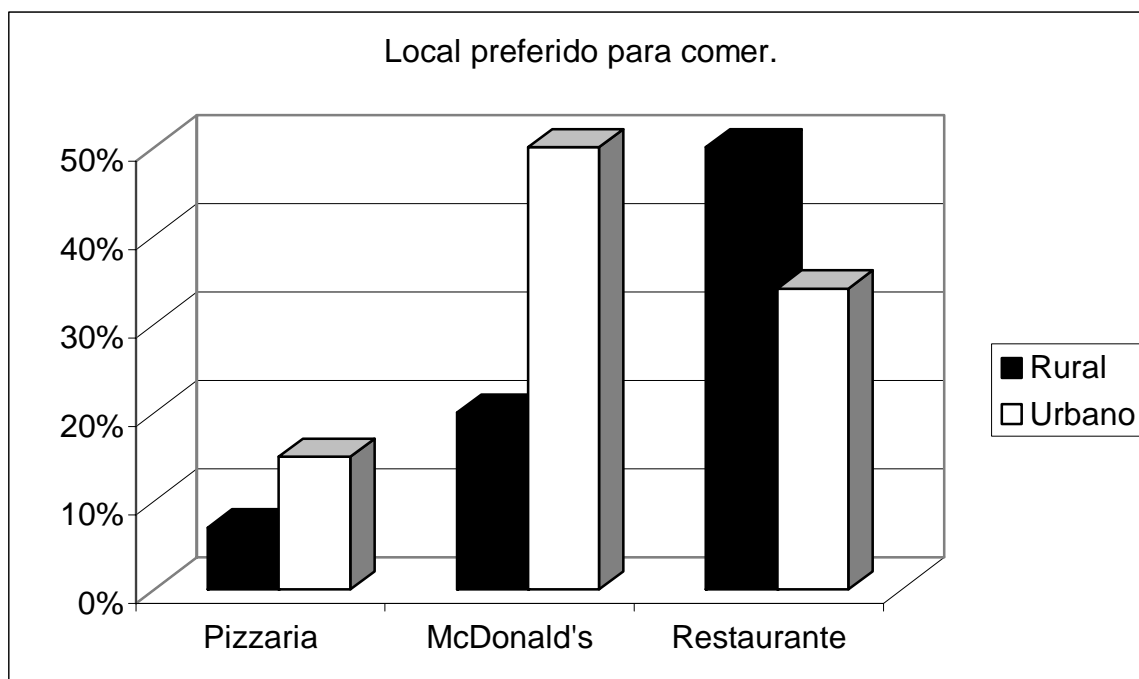


Fig.24. Espaços de comida predilectos da população jovem rural e urbana.

4.3.6.Tema 6-O futuro na representação dos estilos de vida.

O provir apresenta-se também como uma dimensão diferenciadora entre as duas populações investigadas (fig. 25).

As categorias que emergem com maior grau de discriminação são a “guerra” com 65% nos rurais contra 30% nos urbanos, e as “drogas” referidas apenas por 20% dos rurais para os 42% dos urbanos.

Nos dois meios a dimensão “fome” foi aquela que suscitou menor grau de **“preocupação quanto ao futuro”** das populações inquiridas, tendo sido invocada por apenas 15% dos rurais e 28% dos urbanos como a realidade que os preocupa no **“futuro”**.

Estatisticamente os valores obtidos ($p < 0,05$) permitem rejeitar a hipótese nula e validar a hipótese teórica de que “existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação a factores como a “fome”, a “guerra” e as “drogas” (Anexo 3). O teste de aderência Cramer V apresenta uma força de correlação fraca ($r < 0,40$).

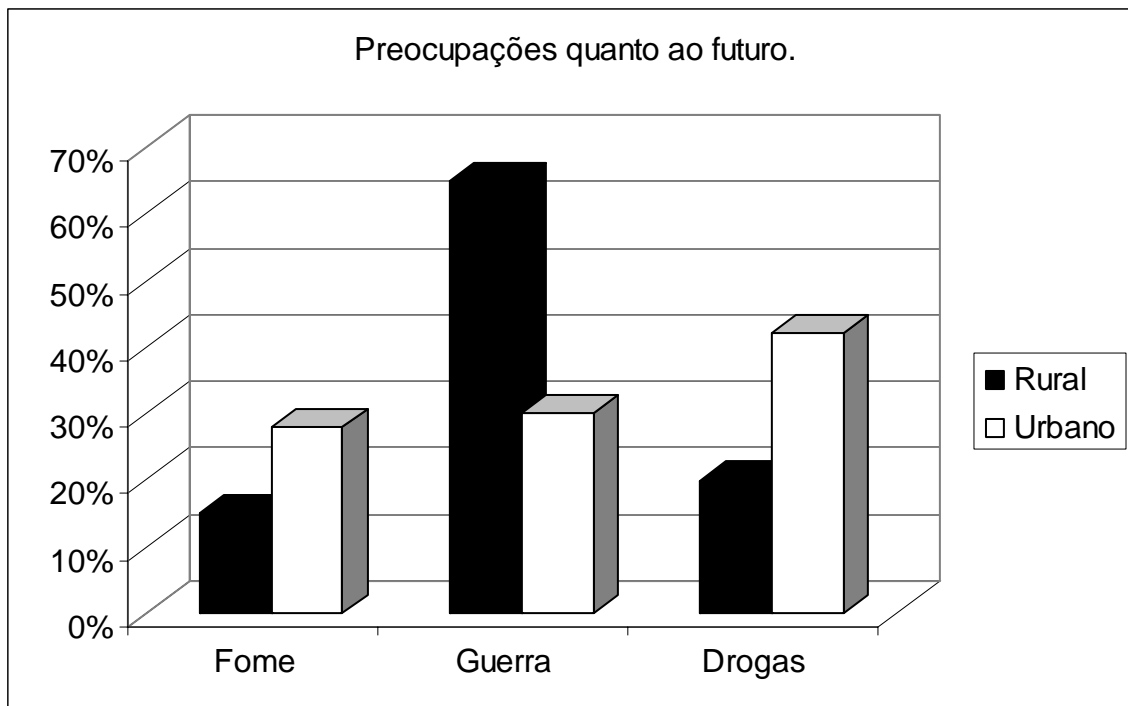


Fig.25. Preocupações com o futuro da população jovem rural e urbana.

Capítulo IV

Sub-Capítulo 4

A Sexualidade

Pretende-se com este sub-capítulo, fornecer alguns dados sobre a percepção que os alunos que constituem a amostra em estudo manifestaram em relação à temática da sexualidade e com eles encontrar possíveis e significativas diferenças existentes nos dois espaços (Boticas vs Braga) do quotidiano rural e urbano.

Na medida em que a forma como pensamos, sentimos e agimos na sexualidade e em todas as áreas influencia o nosso estilo de vida, porque este é produto de um processo de aprendizagem contínuo, em que participam múltiplos agentes oriundos de distintos contextos e que interferem nos nossos percursos de vida, os dados obtidos poderão ter algum interesse e desempenhar um papel com relevância nas formas como a escola, os pais e a família, os agentes sociais e a comunidade devem abordar a questão da educação sexual.

Apresentam-se a seguir os resultados sobre as questões levantadas pelos sujeitos de meio rural e de meio urbano acerca da sexualidade e saúde reprodutiva. Questões estas que se referem aos assuntos que eles gostariam de ver abordados nas aulas.

4.4.1-1º Ano de escolaridade.

Para o 1º ano do Primeiro Ciclo do Ensino Básico (fig. 26) tanto nas crianças rurais (73%) como nas urbanas (59%), a grande categoria emergente foi “bebé”. Esta foi constituída como designação congregadora de outras subcategorias: “Quem faz os bebés?”; “Como se faz o bebé?”; “De onde vem o bebé?”; “O que come o bebé?”; “Como nasce o bebé?”; “Quem põe o bebé na barriga da mãe?” e “Quem traz o bebé?”.

Num segundo plano, surgiu a categoria “**Diferenciação Sexual**” em que 12% dos rurais e 18% dos urbanos manifestaram o desejo de que nas aulas de Estudo do Meio este fosse o assunto tratado.

São ainda significativas para 10% dos rurais e 14% dos urbanos as questões relacionadas com os “**órgãos sexuais**” como “a pila e a pipi”, a “ratita”, a “parreca”, o “pirilau” e outros termos do calão português.

O “**parto**” ao revelar interesse só para 2% dos rurais e 8% dos urbanos e as “**doenças**” com interesse para apenas 1% dos jovens urbanos, foram as categorias menos representativas e com menos vontade de serem abordadas pelos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico.

No plano estatístico (teste χ^2) registaram-se diferenças significativas ($p < 0,05$; $r < 0,40$) entre rurais e urbanos nas categorias “**bebé**”, “**parto**” e “**diferenciação sexual**”.

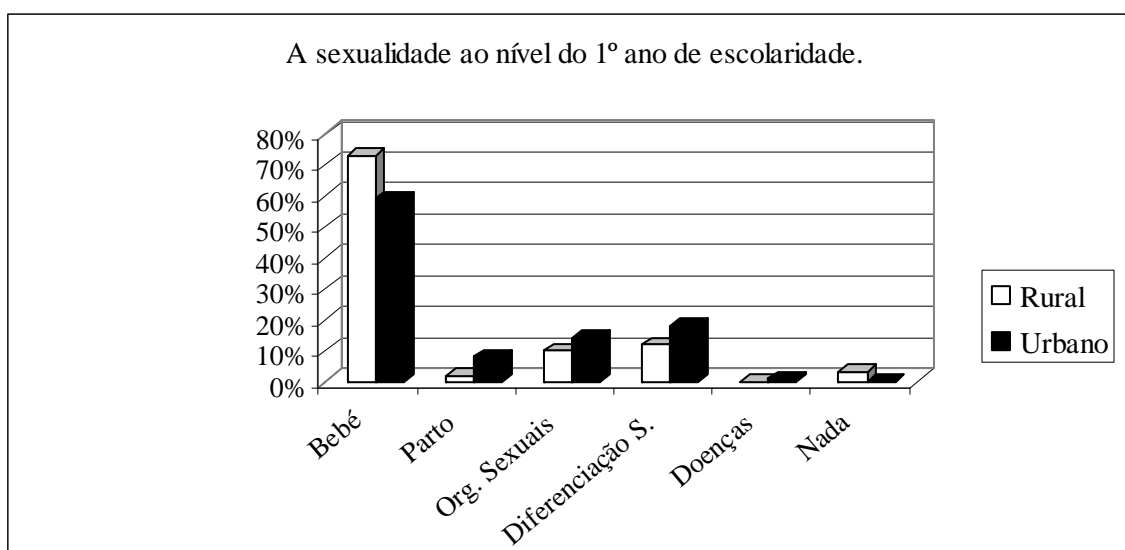


Fig.26 – Níveis de interesse sobre temas de sexualidade em alunos do 1º ano de meio Rural (R) e de meio Urbano (U).

4.4.2-4º Ano de escolaridade.

No 4º ano de escolaridade (fig. 27) as questões relacionadas com o “**bebé**” são ainda as dominantes, embora com valores menos robustos (44% R e 37% U), sendo as subcategorias essencialmente as seguintes: de concepção “Como se faz o bebé?”, de alimentação “Como se alimenta o bebé?”; de nascimento/parto “Como nasce o bebé?” e desenvolvimentais “Como cresce o bebé?”.

Neste nível de escolaridade surgiu uma nova e importante categoria “**o sexo**” (“o que é fazer sexo”, “estudar o sexo”) que foi sugerido por 19% dos rurais e 25% dos urbanos como a dimensão que gostariam de ver tratada.

Inerente às questões do sexo apareceu em terceiro plano a “**Diferenciação sexual**” com 16% dos rurais e 10% dos urbanos a quererem saber porque se nasce menino ou menina e se é rapaz ou rapariga.

A categoria “**Órgãos sexuais**” matem o interesse para 7% dos rurais e 9% dos alunos urbanos, contudo decresce nos dois meios em relação aos alunos do 1º ano.

Embora sem grande expressão surgem no 4º ano de escolaridade e em ambos os meios novas categoria como “**Gravidez**” (2% R e 3% U), “**Período**” (1% R e 3% U), e “**Aborto**” (3% R e 5% U).

Neste primeiro nível de escolaridade verifica-se que os interesses dos alunos do meio Rural estão mais ligados às concepções sobre “**Bebé**” (quer no 1º quer no 4ºano de escolaridade) do que os alunos do meio urbano. Por outro lado, o interesse pelos “**órgãos sexuais**” e “**sexo**” é maior nos alunos urbanos. Por sua vez, no que se refere à “**Diferenciação sexual**”, verifica-se que no 1º ano são os alunos urbanos os mais interessados, enquanto no 4º ano são os rurais os mais interessados para que este tema seja tratado nas aulas (fig. 26 e 27).

Diferenciam significativamente com relação fraca ($p < 0,05$; $r < 0,40$) entre rurais e urbanos as categorias “**bebé**”, “**sexo**” e “**diferenciação sexual**”.

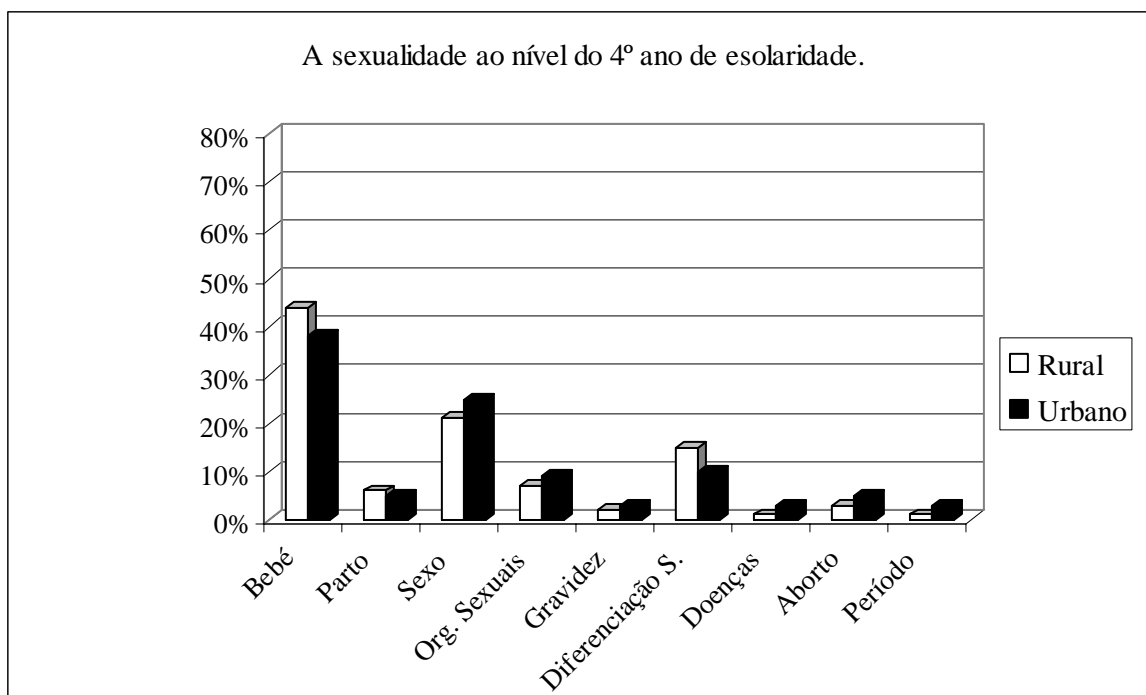


Fig.27- Níveis de interesse sobre temas de sexualidade em alunos do 4º ano de meio Rural (R) e de meio Urbano (U).

4.4.3-6º Ano de escolaridade.

No 6º ano de escolaridade (fig. 28) a grande categoria emergente é “**Sexo**” (“Como se faz sexo?”; “O que é fazer sexo?”, “O que acontece quando se faz sexo?”) com 28% dos jovens rurais e urbanos a manifestarem grande interesse pelo estudo deste assunto nas aulas de Ciências da Natureza.

Neste ano quer os sujeitos rurais que urbanos apresentam uma uniformização de interesse pelas diferentes categorias constituídas. Assim a categoria “**bebé**” vai-se esvaziando (16% R e 10% U) aparecendo de novo as categorias “**Contraceção**” (10% R e 13% U), “**Gravidez**” (5% R e 16% U), “**Doenças**” (2% R e 10% U), e “**Células sexuais**” (2%R e 3% U). É de notar que o interesse dos jovens urbanos por estas categorias é sempre maior que o demonstrado pelos jovens rurais.

Por seu turno, o interesse dos jovens rurais é superior ao dos jovens urbanos nas questões sobre “**Aparelho reprodutor**” (15% R e 9% U), “**Menstruação**” (11% R e 6% U) e “**Diferenciação sexual**” (2% R e 1% U).

As diferenças são estatisticamente significativas ($p < 0,05$; $r < 0,40$) entre rurais e urbanos nas categorias “**gravidez**”, “**doenças**”, “**bebé**”, “**menstruação**”, “**aparelho reprodutor**” e “**educação sexual**”.

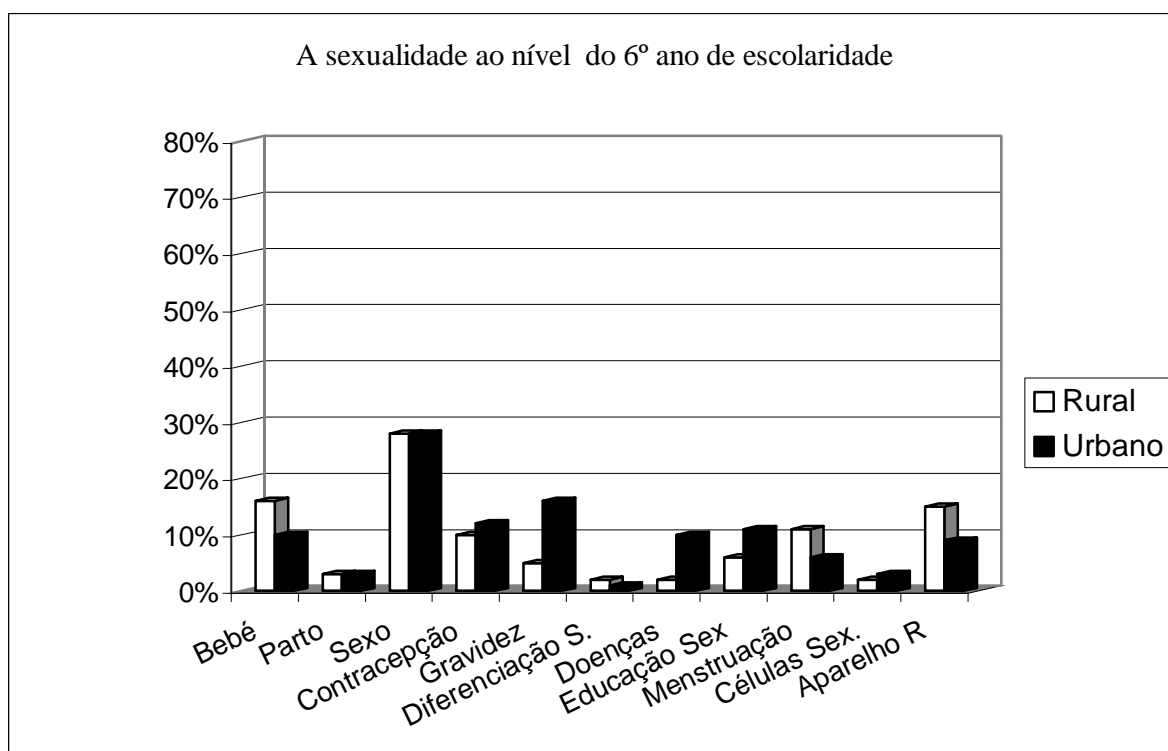


Fig.28- Níveis de interesse sobre temas de sexualidade em alunos do 6º ano de meio Rural (R) e de meio Urbano (U).

4.4.4-9º Ano de escolaridade.

No ano terminal do 3º Ciclo do Ensino Básico (fig. 29) surge (exceptuando a gravidez) um conjunto de categorias novas relacionadas com aspectos da saúde, do comportamento e da actividade sexual: “**Relações sexuais**” (42% R e 31% U), “**Saúde preventiva**” (19% R e 30% U), “**Contraceção**” (14% R e 20% U) e “**Saúde reprodutiva**” (9% R e 15% U).

Também no campo dos comportamentos, os alunos da cidade demonstraram níveis superiores de sensibilidade. Assim os “**abusos sexuais**” mereceram a consideração de 3% dos sujeitos urbanos em contraste com 0% dos urbanos. Da mesma forma, a “**violência sexual**” constituiu interesse para 3% dos alunos da cidade contra 1% dos alunos de meio rural e a “**pedofilia**” foi referida por 2% da amostra urbano contra o 1% da amostra rural.

Estatisticamente há diferenças significativas e uma força de relação fraca ($p < 0,05$; $r < 0,40$) entre rurais e urbanos as categorias “**relações sexuais**”, “**saúde preventiva**”, “**contraceção**”, “**saúde reprodutiva**” e “**gravidez**”.

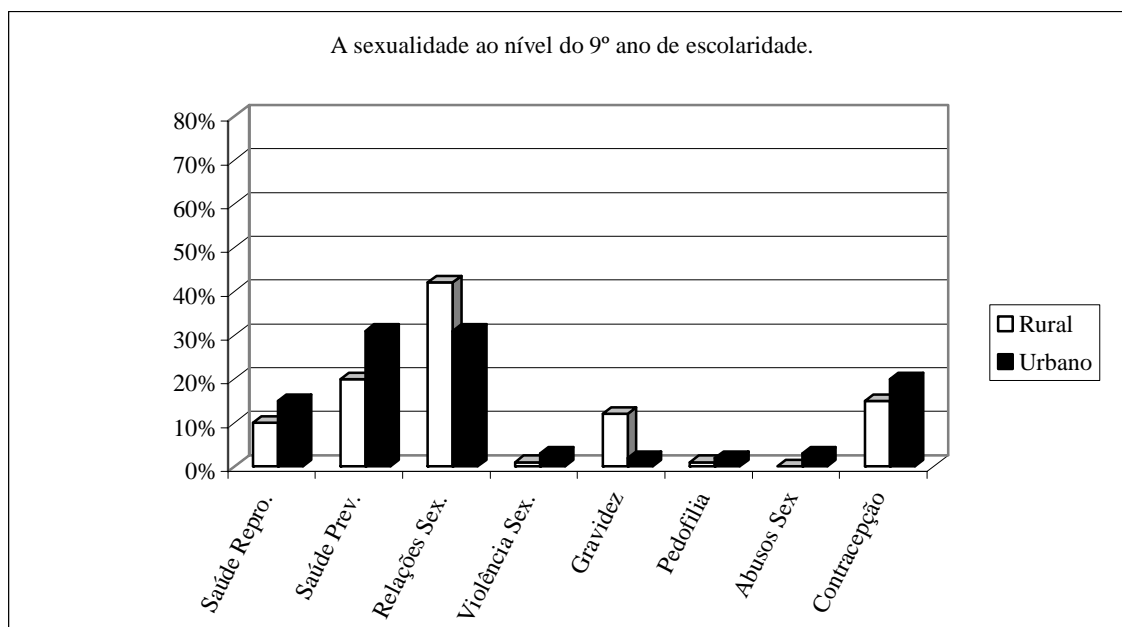


Fig.29- Níveis de interesse sobre temas de sexualidade em alunos do 9º ano de meio Rural (R) e de meio Urbano (U).

Após a análise das várias categorias construídas a partir das respostas dadas pelas crianças, jovens e adolescentes que constituíram a amostra, foram seleccionadas as mais

representativas em cada ano e procedeu-se à sua comparação tendo em vista compreender como estas populações evoluem em termos de interesses e preocupações sobre a sexualidade.

Assim, na fig. 30 pode ver-se que a categoria “bebé” é a mais frequente no 1º e 4º ano, contudo os seus valores vão decrescendo à medida que a idade avança, até se extinguir no 9º ano. Fenómeno similar se regista com a categoria “diferenciação sexual” cujos valores nos 1º e 4º anos são de interesse e significação para se tornarem irrelevantes nos anos posteriores.

Por outro lado é claro o aumento gradual ao longo dos anos da categoria “doença” que atinge grade expressão nos alunos de 9º ano tanto a nível rural como a nível urbano. Ainda mais evidente é a dimensão da “contraceção” sendo nula nos 1º e 4º anos, ganha importância crescente nos 6º e 9º anos.

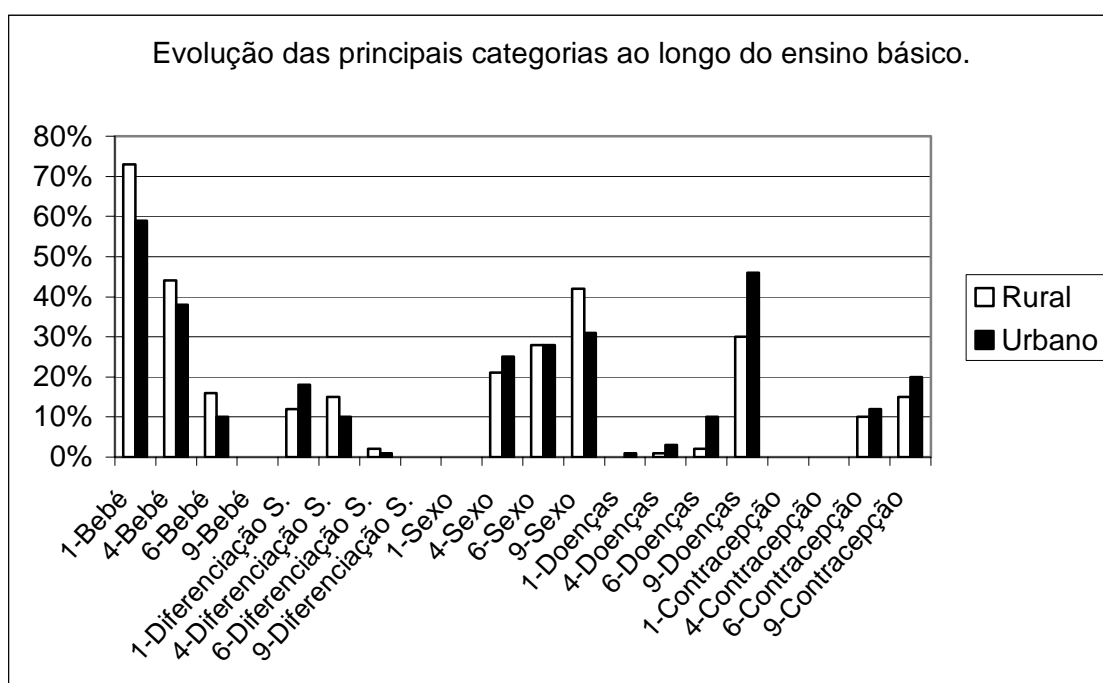


Fig.30-Evolução das categorias mais representativas no ano inicial e nos anos terminais do ensino básico.

Capítulo V – Discussão e conclusões

Discussão dos Dados

Os E.V. das populações jovens de meio rural (Boticas) e de meio urbano (Braga) foi o tópico desta investigação, cujo processo, metodologia e resultados se encontram organizados nos capítulos anteriores.

Seguidamente, procede-se à apreciação crítica dos resultados obtidos, confrontando-os sempre e quando possível com outros já realizados nos diferentes campos que a investigação aborda, bem como se evidenciarão algumas implicações que do estudo possam derivar.

5.1. Pirâmide de necessidades de Maslow.

Tomando o Modelo de Maslow (1970) para as necessidades humanas, quer elas sejam expressas, sentidas ou comparadas, a habitação e as condições de habitabilidade são reconhecidas pelas duas populações como factor que influencia grandemente na saúde das pessoas e conseqüentemente são determinantes dos E.V. adoptados. Este factor diferencia as duas populações com os **R** a sentirem mais necessidades de melhorar os aspectos da habitação e condições de habitabilidade que os **U**. A discrepância encontrada nos resultados, sustenta-se no facto de Portugal ser um país de baixos salários e existir ainda uma clivagem inter-regional de rendimentos (Instituto Nacional de Estatística, 2000 e Eurostat (2000). Verifica-se assim que são as famílias da região de Lisboa e Vale do Tejo as que apresentam maiores rendimentos, seguidas do Norte Litoral, e no final da lista aparecem as zonas deprimidas do interior como Trás –os-Montes, Alto Douro e Alentejo.

A capacidade económica dos **U**/litoral advém do trabalho dependente enquanto a dos **R**/interior tem origem em subsídios e pensões.

Acresce também que o indicador per capita (IpC) do INE (2000) mostra que os concelhos em confronto, se encontram em pólos opostos. Enquanto Braga se situa nos 20 concelhos com maior rendimento per capita (IpC =122) ou seja, 22 pontos acima da

média nacional, Boticas no total dos 308 concelhos portugueses, ocupa a 304^a posição com um IpC=39,22 ou seja 59,78 pontos abaixo da média nacional.

O mesmo panorama se verifica ao nível do investimento, do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) no triénio de 1996 a 1999, no distrito de Braga foi na ordem dos “800.000.000 de contos” (4000.000.000 Euros) enquanto o distrito de Vila Real recebeu para investimento do PIDDAC cerca de “150.000.000 de contos” (750.000.000 euros).

Outros dois factores que contribuem para as diferenças verificadas são o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) que tenta medir “o nível de vida integrado das populações” recorrendo a três indicadores sectoriais (educação, longevidade e conforto) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que engloba os três sectores do IDS acrescidos do PIB per capita Mourão (2003).

Nestes dois domínios Boticas (Região Tamêga) apresenta um IDS e IDH abaixo da média enquanto os de Braga (Região Cávado) estão acima da média.

Como o elemento que diferencia a amostra **R** da amostra **U** é a condição sócio-económica e geográfica, induz-se que o aspecto económico-financeiro seja o elemento preponderante nas diferenças encontradas para a variável da habitação, já que a maior capacidade financeira apresentada pelas famílias **U**, permite-lhes aceder a habitações planeadas, estudadas e edificadas de acordo com as condições climáticas, dimensionadas para elevados padrões de funcionalidade, de fruição e de adaptabilidade que proporcionam conforto e bem-estar. Em contrapartida, a matriz agropecuária da amostra de Boticas, os baixos rendimentos das famílias impede o acesso a habitações com as características atrás referidas. A estes dois factores é necessário adicionar um outro de ordem cultural: o Barrosão subvaloriza a casa e sobrevaloriza a terra, como se encontra expresso no Rifoneiro Popular Barrosão: “terra quanta vejas, casa só quanta caibas”.

Se a habitação constitui um grande peso no orçamento das famílias e a falta de rendimentos coíbe o acesso a este bem essencial, o mesmo fenómeno se passa ao nível do vestuário em que são outra vez os **R** a apresentarem maior necessidade de melhorar nesse aspecto.

O Eurostat que utiliza como indicadores para definir as diferenças e as semelhanças nos hábitos de consumo e E.V. de países e sexos o dinheiro gasto em vestuário e calçado pelos cidadãos, afirma que os portugueses gastam 4% do orçamento familiar anual em

roupa e 2% em calçado, o que corresponde respectivamente a 647,5 Euros e 327,78 Euros.

Inferese dos valores apresentados pelo organismo da União Europeia, ser necessário usufruir de recursos financeiros para satisfazer essas necessidades (vestuário e calçado) e que nesse domínio ao **R** estão em desvantagem aos **U**, pelo que será mais o constrangimento orçamental que a matriz cultural a influenciar as diferenças registadas entre as duas amostras.

Já a alimentação como dimensão da base da pirâmide de necessidades não constitui um factor de diferenciação entre **R** e **U**.

Do ponto de vista da variedade de produtos e do raciocínio económico, os resultados podem parecer discrepantes, já que a alimentação é um factor importantíssimo nos orçamentos das famílias (INE, 2002 e Eurostat, 2002), e como já foi referido, os recursos económicos são maiores nas zonas **U**/ litoral do que no **R**/interior. Contudo a discrepância desaparece se a análise for deslocada para o campo da produção, ou seja, o meio agro-pecuário da amostra **R**, é fonte geradora de grande quantidade e variedade de alimentos, e a eventualmente maior variedade existente em meio **U** é compensada em meio **R** pela quantidade e qualidade.

Neste domínio terá pesado certamente na resposta dos sujeitos da amostra, toda a problemática que se verificou nos últimos tempos à roda da qualidade e controlo dos alimentos, como foram os casos da encefalopatia espongiforme bovina (BSE), nitrofuranos nas aves, antibióticos nos suínos, problemas do gasóleos no aquecimento das panificadoras e os riscos que daí decorrem para a saúde.

5.2. A sexualidade na definição dos estilos de vida.

No campo da sexualidade como dimensão da genitalidade e dos afectos **R** e **U** apresentam diferenças substanciais, visto que os valores obtidos diferem significativamente para esta natureza humana que para ser entendida por cada cidadão sexuado como uma expressão e necessidade saudável requer o contínuo aprender a ser e também o aprender a viver em comum.

Com todas as consequências para a saúde e bem – estar, a proficiência dos princípios atrás expostos não é fácil obter na medida em que a sexualidade humana esbarra em ambos os meios (**R** e **U**) e na generalidades das sociedades de matriz sionista em tradições culturais, princípios religiosos e todo o acervo moralista.

De facto, tanto **R** como **U** disseram que falam pouco de sexualidade. Parece que o sexo e os aspectos com ele relacionados constituem assunto “tabu”, facto que se compreende pelas associações que ao sexo são feitas: poder, virilidade e domínio traduzidos em agressividade, comportamentos provocatórios, humilhação e marginalização social associados ao sexo (*e.g.* cabra, p..., vaca, cadela, cabrão, paneleiro, maricas, corno, vai-te f..., vai para o c.....) ou associados à família (filho da p..., filho de um cabrão....). Estes comportamentos de domínio e provocação sexual têm a sua contextualização cultural e social muito específica e limitada, pois cometidos marginalmente ao contexto podem redundar em extrema violência e homicídio (*e.g.* O barrosão tolera algumas das provocações à família, mas não tolera as provocações ao sexo).

Essa espécie de conspiração silenciosa contra o sexo e contra a educação sexual é mais evidente em meio **R**, o que justifica os maiores níveis de conversação obtidos em meio **U** acerca da sexualidade e dos aspectos com ela relacionados como o dimorfismo sexual, a concepção, a reprodução, a gravidez, medidas e técnicas contraceptivas, puberdade, masturbação, orientação sexual e infecções de transmissão sexual (IST).

As diferenças obtidas incorporam certamente razões de ordem religiosa e moralistas, com certeza que aceitam as explicações baseada na cultura princípios e valores (Silva, 1994; Klein e White, 1996), onde se sustenta que o homem continua a enfrentar e a resistir ao desafio de alterar a sua “dignidade” e essa resistência torna-se mais evidente em meio **R**.

Todavia, as diferenças parecem encontrar maior eco na educação. Em 1962 Sartre afirmou “É necessário mudar o Homem”. Em 1898 Kant tinha dito “O Homem não pode tornar-se Homem senão pela educação.”

Parafrazeando estes dois sábios parece-nos que humildemente poderemos dizer “É necessário mudar a educação porque é urgente educar o Homem” para que este faça entendimento de que a sexualidade é uma dimensão que também necessita de ser educada, tendo em vista a capacidade de amar a si e ao outro.

Esta ideia de uma nova forma de educar para a sexualidade ganha sustentação quando se analisa o relatório Le Moal (1969) ou os dados da OMS (2002) para se concluir que as medidas e estratégias educativas levadas a cabo neste campo durante os últimos 30 anos em países como os EUA, Inglaterra, Canadá, Dinamarca, Itália, França, se revelaram ineficazes.

Os baixos níveis de conversação sobre sexualidade obtidos nos dois meios, mas principalmente em meio **R** contrastam com a explosão sexual que caracteriza os tempos

modernos, nomeadamente os relatórios Kinsey (1970 e 1972), os graffiti do Maio de 1968 em Paris (“*Juis sans entrave*”. “*Fais des tes désirs des réalités...*”) ou os anos 70 em Lisboa (*A virgindade é um cancro social, vacina-te*”. *Abaixo a repressão sexual*”) e agora toda a publicidade baseada na exploração do sexo.

As diferenças encontradas entre **R** e **U** para as questões da sexualidade podem ainda ter justificação em factores sócio-económicos (INE, 2002 e Eurostat, 2002), pois os jovens oriundos de famílias de desempregados e de trabalhadores manuais são mais retraídos, têm mais problemas de saúde, percentualmente são também mais resistentes à mudança para E.V. mais saudáveis e após programas de reabilitação da saúde e alteração dos hábitos apresentam maior taxa de reincidência nos comportamentos não saudáveis (Townsend, Wilkes, Haines e Jarvis, 1992).

Os factores atrás invocados para a sustentação das diferenças encontradas nas duas amostras no eixo da sexualidade também são válidos e permitem justificar as diferenças obtidas ao nível das categorias constituídas com a caixa de respostas. Neste caso as categorias encontradas nos diferentes anos de ensino básico estão em concordância com resultados obtidos por Carvalho e Anastácio (2002) no estudo sobre “*Interesses de Crianças e Adolescentes no Domínio da Sexualidade*”.

5.3. Tempos livres, recreio e lazer na definição dos estilos de vida.

Os condicionamentos impostos pela pertença a classes sociais diferentes, parece ser o factor que determina as diferenças encontradas ente os jovens **R** e os jovens **U** no domínio da ocupação dos tempos livres, do ócio, do recreio e do lazer.

Tomando com base comparativa o estudo de Bordieu (1979) sobre os E.V. da população francesa conclui-se pela convergência e concordância nos resultados. Verifica-se assim que são os sujeitos das classes sociais mais economicamente favorecidas (**U**) aqueles tinham maiores percentagens de participação em actividades de maior exigência económica e que o meio **U** proporciona também a existência de mais recursos infraestruturais adequadas a essas actividades.

Já os **R** apresentam maior percentagem nas actividades não estruturadas. As diferenças parecem pois ter justificação nas diferenças socioeconómicas dos sujeitos e nos recursos infraestruturais disponibilizados pela sociedade para a implementação e desenvolvimento das actividades estruturadas (Pereira et al., 2002).

Em abono desta ideia e dos resultados obtidos, Bruzos (1991:78) afirma que para de determinarem os “interesses” de uma população sobre ocupação de tempos livres,

devem ser considerados entre outras variáveis o sexo, a idade, o ambiente (rural, urbano), a situação sócio-económica....

Se bem que por acção da comunicação social, da movimentação populacional, dos costumes e da difusão das modas, os E.V. tendem a homogeneizar-se, mas no caso em estudo, tempos livres, recreio e lazer de jovens **R** e **U** apresentam diferenças significativas que se baseiam e se explicam essencialmente:

- 1- Maiores possibilidades económicas dos segundos (ter computador, acesso a Internet, dinheiro para frequentar cinemas, teatros e museus, comprar produtos de beleza).
- 2- Maiores recursos infraestruturais disponibilizados pela comunidade aos sujeitos das comunidades **U** (parques infantis, parques radicais, jardins, piscinas, campos de ténis e todas as outras infra-estruturas desportivas e culturais) enquanto os **R** se encontram grandemente arredados desses bens (Pereira et al., 2002).

A partir dos indicadores apresentados, poder-se-à pressupor que os tempos livres, o recreio e o lazer como factores fundamentais dos E.V. e estes, como dimensão importante da saúde da qualidade de vida, estão em muitos dos seus aspectos sujeitos aos condicionamentos impostos pelo capital económico e cultural de que os cidadãos dispõem.

5.4.Os valores na definição dos estilos de vida.

Em termos de valores mais liberais e permissivos ou mais conservadores e repressivos, cada vez mais **R** e **U** tendem a não se distinguirem senão em termos de planos muito macro, porque no plano dos modos de vida, hábitos e vícios, quer no da própria actividade laboral, assiste-se a uma inter-penetração crescente entre os dois meios. No campo dos modos de vida, escolarização, informação, hábitos e vícios, **R** e **U** tendem para uma crescente aproximação que é favorecida pela denominada “*urbanização sem sair do lugar*” (Lopes et al., 1989) pois a população **R** tem mudado de actividade e alterado os seus hábitos, comportamentos e consumos, urbanizando-se progressivamente, e tal deve-se sobretudo à educação, aos meios de comunicação, às migrações e a todo um conjunto de ajustes.

Por outro lado, na actividade laboral regista-se a complementaridade da actividade agrícola com outras, que redundam no fenómeno da pluriactividade, bem como se assiste a deslocações quotidianas que se realizam entre as zonas rurais e os centros

urbanos mais industrializados, e com maior actividade comercial de serviços e de recursos tecnológicos.

Todavia, no confronto entre as duas populações estudadas para o aspecto dos valores, os dados contrariam a tendência defendida por Cavaco (1993) e Lopes (1999), pois nas variáveis em estudo e nas categorias que as constituem, os **R** expressam níveis superiores de resistência na adesão às novas tendências e mantêm-se num plano mais tradicionalista, conservador e de censura ao incumprimento da norma, enquanto os **U** são mais flexíveis e apresentam maior grau de aceitação e de adesão ao novo.

Não se tendo encontrado estudos específicos que confirmem ou infirmem os dados obtidos, tomou-se o indicador político: Boticas em toda a história democrática eleitoral votou sempre, maioritariamente e com valores sempre próximos (70%) no Partido Social Democrata (PPD/PSD), em contrapartida na cidade de Braga se autarquicamente votou sempre e maioritariamente Partido Socialista (PS), para os restantes actos eleitorais regista-se uma proximidade entre estas duas forças políticas, com alteração nos vencedores e flutuações nas percentagens.

As diferenças registadas e as suas implicações nos E.V. e na saúde podem ainda encontrar ancoradouro na rarefacção demográfica generalizada, no desequilíbrio da estrutura etária, na queda da natalidade e da fecundidade, na intensa saída para o exterior, na decadência económica ligada a carências infraestruturais, na ausência de investimento produtivo, na falta de diversidade nas actividades, na agricultura pouco rentável e atractiva, na rarefacção da mão-de-obra, no envelhecimento da população, na incerteza na sucessão e na perda de dinamismo e de vigor da vida social registada em Barroso (Boticas) como factores que conduzem a uma maior fidelidade à tradição social. As diferenças encontradas entre **R** e **U** podem ter aqui uma explicação (Ribeiro, 1992), visto Braga contar como uma das cidades mais jovens a nível da velha Europa, ser dinâmica em termos comerciais e de serviços, ter registado um grande crescimento populacional e possuir recursos educacionais (Universidade), de saúde (Hospital Distrital, vários centros de saúde e clínicas privadas), recreativos (cinemas, teatros, parques infantis, campos de jogos, estádios) etc.

5.5.Os princípios na definição dos estilos de vida.

Na questão dos princípios como estruturas grandemente implicadas no desenvolvimento da personalidade e da conduta, por pressão da informação e da modelação, os jovens tendem a desenvolver um elevado recurso à imaginação sobre ícones, imagens ou

mensagens exteriores que os condicionam nas suas formas de pensar, agir e sentir com as respectivas repercussões no plano da saúde e do bem-estar.

A modelação tornou-se mais evidente a nível **U**. A amostra **R** apresenta-se como menos permeável a este estereótipo de jogos organizados à roda de “ser” tendo em vista “o parecer”. Nas diferenças registadas jogam certamente o plano dos valores (Ribeiro, 1992) e o plano económico (INE, 2000 e Eurostat, 2000).

O conhecimento e a formação pedagógica tendem a realçar a dimensão do “saber” e a prática e a inter-acção social no seio da massificação e da impersonalização fazem sobressair o “parecer” em detrimento do “ser” (Jones e Bloomfield, 1996), razão pela qual as sociedades como conjunto das pessoas se sentem incompletas e inadequadamente equipadas para os desafios e para as exigências que lhe são solicitadas.

Assim, o “saber” e o “parecer” traduzidos na aquisição de conhecimentos e competências formais, no pensamento convergente e no pensamento de acção, expressos em comportamentos e realizações viradas para o exterior, encontram-se mais evidentes em meio **U**. Já em meio **R** os E.V. parecem estar mais ligados ao “knowing about being” em que o factor determinante é mais o aspecto humano, a personalização, a procura da felicidade com base na saúde interior, no conhecimento interpessoal, na intuição e na emoção, o que pode explicar as diferenças encontradas no estudo.

As diferenças registadas vão ao encontro dos dados contidos no estudo de Townsed, Wilkes, Haines e Jarvis (1992) sobre saúde, etilo de vida e medidas físicas, publicado no British Medical Journal pelo facto de em ambas as situações: “saber” e “parecer” mais evidentes em meio **U** e o “ser” mais expressivo em meio **R**, denotarem a ausência de uma espécie turbulência cultural ou de tradição que pode advir no primeiro caso da agitação e do burburinho da moda em que o seu cariz neurótico é indutor da imprevisibilidade e excentricidade nos pontos de apoio e de referência, enquanto no meio **R**, a rigidez imposta ao conjunto das acção por uma visão consuetudinária pode emperrar o avanço nas concepções e provocar o marasmo.

Como o futuro exige flexibilidade, adaptabilidade e acertividade é fundamental que as sociedades proporcionem “capacitação” aos seus cidadãos para que estes através do “ser”, do “saber” e do “parecer” (Whitaker, 1999) evoluam da dimensão do estado do ser para o processo do tornar-se.

5.6. Quotidianos e estilos de vida.

O eixo dos quotidianos foi aquele onde se obtiveram as mais expressivas diferenças entre a amostra **R** e a amostra **U**.

Se bem que não fossem encontrados na literatura estudos com valores quantitativos que permitam fazer o cruzamento de dados para a sua confrontação nas 11 variáveis que compõem este eixo, encontrou-se contudo um vasto leque de autores que referem como factores subjacentes a essas diferenças o economicismo, o quantitativismo, o industrialismo, o produtivismo, o tecnologismo, o consumismo, o urbanismo e o individualismo (Amaro, 1990).

Deste modo, pode-se dizer que os quotidianos estão intimamente ligados à endogenia das classes a que as amostras pertencem (Townsend, Wilkes, Haines e Jarvis, 1992), pelo que estes se processam pela medição entre as estruturas da classe (*e.g.* pastor, lavrador, trolha, comerciante, professor, médico, advogado, engenheiro...) e as práticas sócio-laborais.

A mediação é um sistema de disposições denominado “habitus”, (Tones e Tilford, 1999; Daykin, 2001 e Rapley, 2003) ou seja, **R** e **U** desenvolvem os seus quotidianos da maneira como tendem a pensar e a agir nas mais variadas circunstâncias para a obtenção de saúde, bem-estar, prosperidade, auto-satisfação, poder, domínio, prestígio, autonomia e auto-suficiência.

O “habitus” ou quotidiano resulta pois da interiorização progressiva pelos indivíduos das condições objectivas da classe a que pertencem, nomeadamente através da sua socialização no âmbito do micro e meso-sistema. É no seu meio vivencial que **R** e **U** experienciam as práticas dos restantes elementos da comunidade a que pertencem e na qual são sujeitos activos.

Contribuem ainda para justificar as diferenças encontradas no eixo dos quotidianos o distinto património ambiental, cultural, sócio-económico, as suas características endógenas, as relações individuais e institucionais (Orme, 2001) que **R** e **U** conseguem estabelecer, a dimensão e interesse institucional sobre elas tidas, os cruzamentos sócio-culturais efectivados com agentes e instituições exógenos e o grau de interacção com indivíduos de estratos sociais distintos dos seus.

5.7.Os Hábitos de consumo na definição dos estilos de vida.

A sociedade ocidental da qual Portugal faz parte, é marcadamente consumista. Contudo, os dados obtidos tornam claro que dentro de uma mesma sociedade, se constituem comunidades mais restritas e que pela sua natureza intrínseca têm comportamentos de consumo diferentes perante as fortes pressões impostas pela máquina publicitária, as ferinas campanhas de consumo e os apelativos slogans que em conjunto conduzem à padronização simbólica do status e à definição de estilos de vida.

As diferenças encontradas entre jovens **R** do Concelho de Boticas e jovens **U** da cidade de Braga tornam evidente que as características da sociedade de consumo cujas bandeiras são a abundância, a homogeneidade e a massificação podem ter concepções distintas sobre o consumo e conseqüentemente proporcionarem E.V. diferentes em comunidades que embora geograficamente próximas (distam 70km) mas são económica e socialmente afastadas.

Deste modo, para além do efeito da publicidade que chegando à generalidade dos cidadãos, atinge em maior escala e influencia em maior grau os E.V da população **U** por esta ter à sua disposição um grande leque de locais de compra enquanto a população **R** dispõe de menos locais de compra.

Todavia, as diferenças encontradas no eixo do consumo como factor diferenciador dos E.V., parecem assentar fundamentalmente nos indicadores económicos, pois Boticas faz parte do “País pobre”, ocupando o 304º lugar no ranking do poder de compra entre os 308 concelhos que compõem Portugal enquanto Braga pertence ao “País rico” situando-se nos 20 concelhos com maior poder de compra (INE, 2002).

Também nos indicadores fornecidos pelo Índice de Desenvolvimento Social (IDS), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Produtividade (IP), a região do Tâmega à qual pertence o Concelho de Boticas perde estatisticamente para a região do Cavado à qual pertence a cidade de Braga. Nos domínios atrás referidos Boticas apresenta todos os seus indicadores abaixo da média nacional enquanto Braga tem-nos todos acima da média nacional (INE, 2002 e Mourão, 2003).

5.8.Conhecimento, comportamento, preocupações e atitude crítica na definição dos estilos de vida.

Os resultados deste eixo traduzem o anel cognitivista e comportamentalista presente nos E.V dos sujeitos perante os problemas sanitários actuais. Consta-se que esse anel é

mais estreito a nível **R** do que no meio **U**, o que está em conformidade com os dados dos pontos 5.4 e 5.5.

As diferentes concepções e grau de informação apresentados pela amostra em tópicos como função da pílula, do preservativo, meios de propagação da SIDA, ou em aspectos relacionados com a concepção torna evidente a existência de um défice informativo a nível geral, mas particularmente premente em meio **R**. A este facto estarão presumivelmente associados factores de natureza educativa no plano formal bem como aspectos de natureza ética, religiosa, dos sistemas de acção, organização e estrutura familiar e organização sócio-gregária.

Outro aspecto demonstrativo de que o meio **R** traduz um círculo mais fechado, conservador e menos permissivo relativamente meio **U**, é que os **R** percentualmente são menos favoráveis a que a educação sexual seja iniciada no 1º CEB, sendo também mais reservados nas conversas sobre homossexualidade, droga, sexo, violência... Todavia incorporam e expressam em termos percentuais maior sensibilidade e apego aos valores e ditames tradicionais como “gordura é formosura”, “o homem é que usa calças”, “ tudo o que não mata engorda”, “bicho que eu coma não me come a mim”, “a água não custa dinheiro”, “ a boa vida é meia manutenção” ...

Os fenómenos da homossexualidade, toxicoddependência, SIDA, bem como os problemas sociais relacionados com assaltos, violência e mendicidade têm pouca representatividade na amostra **R** quando comparado com o meio **U**, e tal pode estar ligado aos quotidianos, E.V. e ao tipo de organização social das pequenas comunidades, onde há uma grade pessoalização e fulanização.

O meio **R** tem ainda uma rede muito reduzida de interações e as relações estabelecidas passam pela espessa malha dos crivos valorativo, sensurativo e recriminativo. Estes crivos têm a malha mais rara em meio **U**, onde as relações assentam indiferenciação pessoal, na massificação, na maior tolerância e permissividade.

Também ficou claro que no campo da assistência médica os **R** comparativamente aos **U** assentam maioritariamente a sua ideia de saúde nos aspectos curativos, pois 82% afirmaram que só consultam o médico quando estão doentes e, têm também menor taxa de vacinação no campo da imunidade não gratuita (meningite e hepatite). Ainda assim, a taxa de vacinação atingida pelos **R** (49%) nestes dois campos deve-se ao facto de em 2001 a Câmara Municipal de Boticas ter financiado a vacinação de todas as crianças até aos 10 anos.

Assim as diferenças encontradas neste eixo, para além de toda a gama de factores discriminantes, têm certamente ancoradouro na origem sócio- económicas da amostras como demonstram os dados do INE (2002) e o Índices de Desenvolvimento Social (IDS), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Produtividade (IP).

5.9. Alimentação, higiene e segurança na definição dos estilos de vida.

Nesta tríade dos E.V. que tem forte impacto na saúde dos indivíduos, **U** e **R** apresentam diferenças significativas na generalidade das 16 variáveis em estudo.

As diferenças são menos evidentes no campo alimentar, o que vai de encontro aos valores obtidos no eixo da pirâmide de necessidades de Maslow. Todavia, torna-se claro que há uma maior cedência à pressão publicitária, assim como uma maior aculturação dos regimes nórdicos e norte americanos por parte da amostra **U**. Esta constatação é reconfirmada no “tema de investigação” que questiona sobre o local onde preferiam comer e onde os **U** têm percentagens superiores aos **R** na Pizzaria e no McDonald’s, enquanto os **R** preferem o Restaurante Típico Português.

Os resultados obtidos neste eixo encontram paralelismo justificativo nos estudos sobre a diabetes Almeida (2002), onde se conclui que a prevalência da obesidade infantil que conduz à doença diabética é maior nas comunidades em que as crianças e adolescentes passam substancial quantidade de tempo a jogar jogos em frente ao computador e a comer fast-food, com a conseqüente ausência de actividade física, factores mais evidentes em meio **U**.

Quanto à higiene e segurança os dados dizem que são os **U** que têm níveis superiores de preocupação nestes dois domínios. O cruzamento dos dados obtidos neste estudo com os dos estudos sobre “*Teenagers and Their Health*”(Macfarlane, McPherson, A., McPherson, K. e Hhined ,1989) e “*Young People*” (Balding ,1989) torna-se claro que as diferenças encontradas assentam no contexto circunstancial de lugar, no diferente padrão socioeconómico da amostra e na capacitação dos sujeitos.

O ambiente **R** que pela sua natureza e sistema produtivo exige maiores cuidados higiénicos, apresenta contudo valores inferiores ao meio **U**. Tal prende-se certamente com os maiores recursos económicos de meio **U**, mas também com a heterogeneidade social da cidade, que exige mais uma atitude de parecer (confirmada no eixo dos princípios), enquanto em meio **R** se verifica uma homogeneidade social quase total.

Homogeneidade essa que evita a necessidade de dissimular distintas condições sociais e económicas, visto que quase todos pertencem à mesma classe.

Nas variáveis da segurança os menores cuidados revelados pela amostra **R** para além da justificação atrás apresentada e que impede a obtenção de bens e serviços em igual número e grau aos **U**, concorrem ainda para as diferenças encontradas a inexistência de práticas rotineiras na vida diária (*e.g.* andar diariamente de carro, ausência de passeadeiras nas ruas...), os quotidianos de vida (*e.g.* cuidar dos animais, contacto diário com animais...) e menores níveis de iluminação nas vias públicas devido ao menor investimento da sociedade no ambiente **R**.

5.10. Emigração, emprego e trabalho na caracterização dos estilos de vida.

Boticas é um pequeno concelho que exporta inegavelmente gente singular, pois segundo o relatório da Câmara Municipal (2003) durante o Verão com o regresso dos emigrantes a população do concelho mais do que duplica. Já o Minho sento também uma região com forte componente migratória, o fenómeno tem contudo pouca representatividade ao nível da cidade.

É opinião geral e consensualmente aceite de que a diáspora constitui o resultado da existência de objectivos motivacionais bipolares (Neto, 1984:328): *“demo-sociológicos e psicológicos e razões de cariz político, religioso ou de ordem económica consoante os contextos situacionais”*.

A maior opção pela emigração evidenciada pela amostra **R**, está mais ligada com a razão económica do que com quaisquer outras, pois os **R** assistem ao fenómeno de por esse meio, muitos dos seus vizinhos, familiares e amigos conseguiram dar resposta aos seus problemas económicos e sociais, atenuando por via da emigração os defeitos ou perturbações da sua sociedade que não lhe proporcionou emprego e trabalho com os quais pudessem suprir as suas carências e satisfazer as suas necessidades e anseios.

A maior intenção de procurar trabalho no exterior por parte dos **R** assenta fundamentalmente nas assimetrias regionais e nos desequilíbrios geoeconómicos que são as principais causas da emigração. Estes factores apontados permanecem actualmente válidos (Peneda, 2003; Mourão, 2003) pois os desequilíbrios entre regiões ricas e regiões pobres continuam a agudizar-se.

Os argumentos atrás aduzidos e a origem geoeconómica das amostras permitem justificar as diferenças encontradas nas profissões que **R** e **U** gostariam de vir a desenvolver. Os **R** concebem o domínio intelectual e científico e a grande distância a

indústria e a agricultura como sendo aqueles que lhe permitiriam aceder a E.V. de qualidade enquanto os **U** vêm nas áreas intelectual e científica, logo seguida da artística e da desportiva, os domínios onde gostariam de vir a exercer a sua profissão.

5.11. Concepções Rurais e Urbanas sobre o amor na definição dos estilos de vida.

O amor supõe um atracção, mas nem sempre a atracção física exprime amor, pelo que o amor assume-se nas respostas de **R** e **U** mais como um processo de desenvolvimento de si, do outro e da relação estabelecida entre ambos.

Deste modo, as respostas de **R** e **U** traduzem distintas concepções que as relações interpessoais despertam pela vivência de sentimentos e estes condicionam e determinam os E.V. e influenciam positiva ou negativamente a saúde das pessoas a todos os níveis.

Se bem que **R** e **U** tenham escolhido preferencialmente a imagem da relação maternal-filial para simbolizar o amor, exprimem contudo opinião oposta relativamente às outras duas imagens (amor carnal, e amor fraternal). As sensíveis diferenças verificadas entre **R** e **U** podem dever-se ao facto de o amor não ser entendido como um bloco de afectividades, mas sim como um conjunto de manifestações ricas e complexas que englobam sentimentos de três níveis:

1-Sentimentos elementares como as emoções, paixões e afectos.

2-Sentimentos complexos como sentimentos de valor pessoal, sentimentos de valor alheio, sentimentos espirituais (éticos, estéticos, místicos, religiosos...).

3-Estados de ânimo (elevado, eutímico ou deprimido).

A diferente abordagem e distribuição de **R** e **U** pelas três formas de amor apresentadas encontram eco na filosofia grega que distingue três qualidades no amor: o **Eros** (o amor erótico e libidinal) mais vincado nos **R** através da sua maior opção pelo símbolo carnal; o **Phylos** (amor-amizade) muito evidente em ambas as amostras com a opção pela imagem da relação maternal-filial e o **Agapê** (amor doação) a que a amostra **U** é mais sensível, com a opção pela imagem de assistencialismo e doação ao seu semelhante.

5.12. Concepção Rurais e Urbanas sobre a liberdade na definição dos estilos de vida.

A liberdade como génese do livre arbítrio e conseqüentemente da definição dos modos de pensar, sentir e agir de cada pessoa, é maioritariamente para **R** e **U** simbolizada pelas aves, por traduzir a natureza sem o Homem, a ausência de normativos jurídicos, valorativos ou sociais.

Já a montanha e o oceano implicam em ambos os casos a orientação humana quer do animal quer do veleiro.

Para a pouca valorização da montanha e a maior opção pelo oceano por parte dos **R** para símbolo da liberdade, parece lógico embora não tenham sido encontrados estudos que comprovem estas ideias, que o facto se deve eventualmente ao uso e contacto diário com ela. Os **R** poderão ainda entender a montanha como o elemento que lhes cerceia o futuro pelo esforço que lhe exige para dela retirarem sem grande gratificação os bens de que necessitam, enquanto o oceano lhes é um elemento estranho, distante, raro e desconhecido e que lhes permite o espriar da imaginação e a construção do provir no plano onírico.

Já os **U** deram primazia à montanha sobre o oceano para representar a liberdade. A maior valorização da montanha pelos **U** deve-se de ao facto desta conotar tudo o que é natureza selvagem (Forissier, 2003) e logo estar livre das peias estabelecidas pelos códigos de normatização e socialização.

5.13. Concepção Rurais e Urbanas sobre fármacos, alimentação e exercício físico na definição dos estilos de vida.

As diferentes concepções de poder expressas pelos resultados obtidos traduzem evidentes diferenças nas classes sociais a que as amostras pertencem

As relações e concepções de poder entre classes, passam não só pela desigualdade de capital económico, cultural, social ou físico, mas também pela manifestação de E.V. distintos, cuja hierarquização social faz com que uns confirmem mais prestígio do que outros e os critérios de hierarquização são também formas de poder.

Assim se compreende que os **U** pela sua evidente supremacia económica, vejam como principal símbolo (50%) para definir o poder, a imagem do carro desportivo, enquanto os **R** pela ausência de experienciação e por ser um símbolo difícil de alcançar apenas o valorizam em 40%.

Já o símbolo do poder físico (a imagem do boi, menos valorizado pelas duas comunidades) muito mais requerido aos **R**, é por estes mais valorizado, pois é o poder físico exigido pelos seus quotidianos que lhes define os E.V. e lhes permite aceder aos bens de que necessitam a obtenção dos recursos necessários.

O poder do saber e do conhecimento (imagem da biblioteca) como poder mais “adulto” ocupa o segundo lugar das preferências em ambas as amostras com resultados muito

próximos o que vai de encontro ao que os sujeitos expressaram para as profissões (intelectuais e científicas).

5.14. Concepção Rurais e Urbanas sobre o poder na definição dos estilos de vida.

No campo das estratégias preventivas primárias (prevenção primária) e estratégias preventivas secundárias (prevenção secundária), os E.V. surgem como as principais e mais adequadas medidas (Corr, 1999) a serem desenvolvidas para uma melhor efectivação da saúde e prevenção da doença.

A investigadora apresenta ainda um quadro de factores de risco “*modificáveis*”, “*modificáveis mas de benefício não comprovado*” e “*não modificáveis*”. Nestes últimos incluem-se a “*origem geográfica e a classe social baixa/desfavorecida*” como dois factores que obstaculizam à modificação de hábitos, de concepções e à implementação de E.V. saudáveis.

Por analogia às conclusões do estudo de Corr, as diferenças entre **R** e **U** relativamente à prevenção primária e prevenção secundária, tendo pouco a ver com a origem geográfica, têm certamente fundamentação na classe social. Isto porque 42% dos **R** ainda concebem a saúde como a ausência da doença e quando esta aparece, cabe aos médicos e aos fármacos a resolução do problema. Em contrapartida, só 31% dos **U** têm essa visão da saúde.

A assinalável diferença obtida para a imagem da actividade física, ela encontra significado nas práticas diárias (mais activas em meio **R** e mais sedentárias em meio **U**), bem como na ausência de infraestruturas desportivas e recreativas que motivem os **R** para as práticas desportivas, lúdicas e recreativas, enquanto os **U** que dispõem desses recursos, vêm no exercício físico a forma saudável de combater o stress, o sedentarismo, a impessoalidade cidadina...

No plano alimentar, para além das justificações apresentadas nos pontos 5.1 e 5.9, tem algum significado para explicar as diferenças encontradas e para a grande importância dada pelos **R** a este factor, um adágio popular de Barroso “*Comida e boa vida é saúde garantida*”.

Conclusões

Homem no seu espaço e na sua vida quotidiana origina formas específicas de entendimento e de construção da realidade em termos de dimensão física, dos contextos, da sua importância relativa, do suporte psíquico e da sua irradiação e influência sobre todas as outras dimensões que resultam em estilos de vida próprios e ajustados aos diferentes sistemas de interacção.

Deste modo, pela análise dos resultados obtidos conclui-se que no âmbito das necessidades humanas hierarquizadas por Maslow (1970), jovens rurais (**R**) e jovens urbanos (**U**) apresentam níveis de necessidades diferentes e com significância estatística em 13 das 16 variáveis que compõem o eixo.

Os jovens **R** manifestaram maior de necessidade de melhorar os aspectos físico-ambientais que correspondem essencialmente ao primeiro patamar do modelo teórico, enquanto os **U** disseram ter maiores necessidades de melhorar nos domínios sócio-ambientais e psico-emocionais que fazem parte dos níveis superiores da pirâmide de necessidades.

Os resultados obtidos neste eixo cumprem o preceituado pelo modelo teórico de Maslow (1970) para as necessidades humanas e o de Piaget (1975) para o desenvolvimento cognitivos em que os seus autores postulam que não é possível aspirar e aceder a níveis superiores de necessidades e de conhecimento sem que primeiro se tenha satisfeito as necessidades dos níveis anteriores.

No eixo da sexualidade, para além de se concluir ser este um domínio em que a sua abordagem continua a causar algum desconforto nos dois meios, verifica-se que apesar dos baixos níveis de conversação e discussão encontrados serem os jovens **U** aqueles que apresentam maiores valores de conversação e discussão em todas as variáveis, exceptuado “padre” e “com ninguém”, cujos valores são irrelevantes nos dois meios. Pelos resultados obtidos conclui-se que este domínio influencia diferentemente os estilos de vida (E.V.) de **R** e **U** já que em 10 da 16 variáveis em estudo foram encontradas diferenças estatisticamente significativas.

Conjugando os valores dos eixo de investigação com os da pergunta aberta pode verificar-se que a sexualidade e os aspectos com ela relacionados apresentam uma evolução mais lenta no meio **R** isto porque as categorias referidas nos níveis etários

mais baixos dos **U**, tendem a manter-se, a reforçar-se ou a aparecer nas idades maiores de meio **R**.

Também o eixo dos tempos livres se revelou fortemente diferenciador dos estilos vida de **R** e **U** já que os resultados obtidos são estatisticamente significativos nas 11 variáveis que o compõem.

Pode-se ainda concluir que os tempos livres dos **U** se encontram mais fortemente agregados a actividades de maior exigência económica e recursos infraestruturais, enquanto os tempos livres dos **R** passam essencialmente por actividades espontâneas e não estruturadas.

Relativamente à influência dos valores na definição dos E.V. conclui-se que os **R** são menos sensíveis a alterações, inovações ou mutações valorativas. Apresentam maior fidelidade à linha valorativa veiculada pela ancestralidade, a qual lhe atribui um carácter mais conservador. Por seu turno, os **U** mostram-se mais receptivos, sensíveis e tolerantes a novos princípios e situações, facto pelo qual se lhes pode conferir o epíteto de mentalidade mais liberal.

Estas conclusões sustentam-se nos resultados obtidos que se traduzem por diferenças estatisticamente significativas em 9 das 11 variáveis que compõem o eixo.

De igual modo, no eixo do “ser” e do “parecer”, do “individual” e do “social”, pode inferir-se que a urbanidade, a massificação, a indiferenciação pessoal e os fenómenos a elas associados, tendem a criar nos **U** a necessidade de dar primazia aos aspectos do “parecer” e do “individualismo”, enquanto os **R** pela maior homogenia da classe social de origem, pelos laços estabelecidos e pelas mais intensas relações a nível comunitário assentam o seu registo nos campos do “ser” e do “social”, fenómenos que tem explicação nas dinâmicas psicanalíticas freudianas.

Conclui-se pois que **R** e **U** apresentam concepções diferentes sobre a influencia do “ser” e do “parecer”, do “individual” e do “social” na definição dos E.V., e que se traduzem por diferenças estatisticamente significativas em 6 das 7 variáveis que constituem este eixo.

No mesmo sentido, os quotidianos dos jovens **R** são na generalidade bastante diferentes das dos seus pares **U**, tendo-se obtido valores diferentes e com significância estatística em 14 das 16 variáveis que constituem este eixo de investigação.

Verifica-se assim que os E.V. tendo por base os quotidianos, nos **R** se encontram muito ligados a actividades do sector primário, são bastante marcados por uma cultura comunitária e inserem-se num ambiente natural. Por seu turno, os E.V. tendo por

referência os quotidianos nos **U** pautam-se mais pelo individualismo, desenvolvem-se em ambiente específicos onde os aspectos económicos e os espaços lúdico-recreativos têm papel importante.

Quanto ao eixo do conhecimento, comportamento, preocupações e atitude crítica, verifica-se que o fenómeno da mendicidade, toxicodependência, furto, homossexualidade e IST, são menos referidos pelos **R** como aspectos que interferem nos seus E.V., comparativamente aos seus pares **U**.

No campo da prevenção são os **U** que apresentam os valores mais elevados, e o mesmo se verifica no domínio da discussão e da atitude crítica perante as questões colocadas neste âmbito.

Verifica-se desta forma que os E.V. de **R** e **U** são influenciados de forma diferente pelo conhecimento, comportamento, preocupações e atitude crítica como se pode verificar nos resultados expressados pelas duas comunidades e nos quais foram obtidas diferenças significativas em 13 das 19 variáveis que formam este eixo de investigação.

No eixo dos hábitos de consumo obtiveram-se valores que têm diferenças estatisticamente significativas em 7 das 13 variáveis. Verifica-se serem os **U** aqueles que tem maiores preocupações com os aspectos ambientais (ar, água, solo, reciclagem), que são ligeiramente mais influenciados pela publicidade e tendem a ter níveis superiores de consumo e de preocupação com a validade e composição dos produtos. Por sua vez os **R** gastam menos dinheiro em produtos não essenciais, em livros não escolares, mas reclamam mais quando o preço exposto não coincide com o efectivamente quebrado.

No mesmo sentido, no eixo da alimentação, higiene e segurança são os **U** que apresentam nos seus E.V. níveis superiores de cuidados na maioria dos aspectos estudados, tendo sido encontradas diferenças estatisticamente significativas em 10 das 16 variáveis.

Verifica-se também que as evidentes desvantagens económicas, as reduzidas oportunidades de emprego e a ausência de uma remuneração gratificante apresentadas pelo meio **R** estão na base da maior intencionalidade de emigrar por parte dos jovens deste meio comparativamente aos seus colegas **U**. Constata-se ainda que estes *handicapes* têm repercussão na profissão como determinante de futuro em que os **R** lhe atribuem uma menor importância. Quanto aos **U** vêem na profissão um elemento facilitador de acesso a melhores condições de vida.

Ainda em relação à profissão, os **U** manifestam preferência por aquelas que actualmente se encontram mais bem remuneradas (desportistas, artistas, directores) enquanto os **R** se inclinam para profissões de menor exigência intelectual e menos bem pagas (actividade agrícola, operário de comércio e operário da indústria).

Assim, tanto a percepção sobre a emigração como sobre a profissão como determinante do futuro e dos E.V. são variáveis que diferenciam significativamente **R** de **U**.

Quanto aos 6 temas de investigação em todos eles os valores obtidos discriminam significativamente jovens **R** dos jovens **U**.

Verifica-se relativamente ao primeiro tema que os **R** tem a sua concepção de amor predominantemente alicerçada na relação maternal-filial e relação carnal/matrimonial (família), enquanto nos **U** sobressai a relação maternal-filial e relação altruísta (o outro), ao qual pode estar subjacente a impessoalidade cidadina.

No campo do poder conclui-se que os **R** relacionam mais os seus E.V. com a força física e o conhecimento, enquanto os **U** fazem depender em grande medida os seus E.V. do poder económico.

No tocante aos aspectos proporcionadores de saúde verifica-se que os **R** vêem a saúde curativa (fármacos) e a alimentação como as áreas que melhor saúde podem proporcionar, enquanto que para os **U** esses factores se encontram predominantemente na actividade e exercício físico.

Em relação à representação simbólica da liberdade e a sua implicação na construção de E.V., ambos os meios a concebem e associam preferencialmente à vida não sujeita a normas, regras ou códigos (aves). Contudo expressam opinião oposta para o ambiente natural com os **R** a elegerem o oceano como símbolo da liberdade e por sua vez os **U** identificam-se mais com a montanha.

Para local preferido para comer, os rurais demonstram outra vez o seu maior conservadorismo e optam pelo restaurante típico português. Pelo contrário os seus colegas **U** também neste aspecto evidenciam a sua maior abertura e aderência a novas a suas situações e elegeram para esse fim o McDonald's e a Pizzaria.

Relativamente às preocupações quanto ao futuro verifica-se que os **R** estão muito ligados e apreensivos com a(s) guerra(s) e só a grande distância aparecem as drogas e a fome. Já os **U** tiveram uma distribuição mais uniforme pelas três categorias com ligeira preponderância dos aspectos relacionados com as drogas.

Capítulo VI -Considerações finais.

O sistema de necessidades, valores, mentalidades, cultura, de acção, de cidadania, de responsabilidade, de comportamentos, podem ser um meio válido para se fazer entendimento do conceito dos E.V., já que as pessoas (rurais, urbanos) constroem os seus sistemas de acção ou simbólicos tendo em vista manejar e apropriar-se do mundo o mais feliz e saudavelmente possível, ou seja, formula hipóteses segundo as suas experiências e prediz o futuro de acordo com estas.

As construções mentais variam segundo as pessoas, as quais somente reagem aos estímulos que são capazes de imaginar como actuantes, mas que executam em conformidade com o princípio social vigente no espaço construído pela relação social.

Qualquer intento de análise às inter-relações do Homem com o seu semelhante e com a natureza para a definição dos E.V, implica necessariamente analisar a realidade social dos usuários em termos da aplicação das capacidades desenvolvidas pelo “*Homo Habilis*” como produtor de instrumentos para domínio da natureza; do “*Homo Sapiens*” que aplica a inteligência aquando da utilização dos produtos fabricados; e do “*Homo Sapiens Sapiens*” que fazendo uso da metacognição tem consciência de que sabe que sabe. Deste modo, os estilos de vida implicam necessariamente as áreas complementares do fazer, do conhecer e do sentir, ou seja, a área cognitiva que inclui o perceber, o conhecer e o pensar; a área psico-afectiva das sensações, dos sentimentos e das emoções (incorporadas em imagens mentais) e a área conotativa, a qual inclui a acção sobre o físico, o social, e sobre o psíquico como resposta às duas áreas anteriores. O ignorar desta complexa teia pode redundar em que alguns E.V. hoje, enquadrem um tipo de analfabetismo processual, quando do ponto de vista da análise se traduzem por incapacidade do uso das competências pelas pessoas para lidarem com conceitos emergentes de uma sociedade em convulsão e transformação histórica, social e moral. Podem mesmo configurar um tipo de iliteracia, por incapacidade do processamento da informação em situações da vida quotidiana, daquilo que aprenderam.

A evolução das concepções sobre os E.V. abordados nas diferentes variáveis que compõem o estudo, pode conduzir a situações em que, um cidadão que ontem aprendeu a sê-lo em plenitude ético-valorativa, seja hoje confrontado com um quadro de valores e de práticas de cidadania, perante os quais se sente desajustado e evidencia manifestas dificuldades em saber como lidar.

Perante estas concepções, os E.V. devem ser regras de conduta que a sociedade estabelece, mas nas quais a exigência da consciência interventiva de cada cidadão encontra eco, e por conseguinte, segue, procura e dá sentido.

Por um lado, é desejável que os distintos enfoques dados aos E.V. na investigação enquadrem os contornos da moral tradicional, com ênfase para os comportamentos e normas social saudavelmente desejáveis, por outro lado apelam a que o Homem faça uso das suas competência de afirmação como actor socialmente interveniente e se questione (independentemente do meio) sobre o histórico, o normativo e o valorativo.

Assim, estas dimensões dos E.V. enquadram-se e trabalham-se quer a nível **R**, quer a nível **U**, no conceito de educação como processo intencional e de democratização, bem como no de educação para a cidadania tendo por base os direitos e as responsabilidades de cada cidadão.

As evidentes e estatisticamente comprovadas diferenças encontradas entre a amostra rural de Boticas e a urbana de Braga, explicam-se de forma resumida através da fórmula encontrada em Forissier (2003:10) e que é: $E.V.=f(C.V.P)$. A mesma pode assumir uma representação figurativa (fig.31). Em ambos os casos, E.V= estilos de vida como modos de vida ou maneiras de ser pensar e agir nos distintos contextos da acção; f= função como operação/propriedade que determina os estilos de vida pela interacção de C.V.P, ou seja E.V. tem o seu valor dependente de C.V.P; C= conhecimento traduzido em metacognição, literacia, capacitação, empowerment; V= valores entendidos como princípios e normas tidos como bons pelo conjunto da sociedade ou por comunidades particulares e restritas e que regem a conduta; P= práticas como processo de aplicação a vida social, profissional, condutual, física, psico-afectiva e emocional de todo o background granjeado pelo indivíduo.

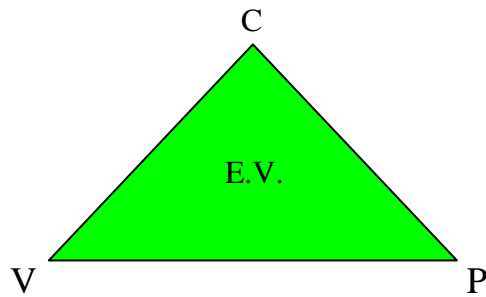


Fig.31.Os estilos de vida em função dos valores, do conhecimento e das práticas.

O estudo torna claro que, nestas duas comunidades em que são bem evidentes diferenças de ordem económica, sócio-organizativa, infraestrutural, cultura, valorativa, recursos e interesse político, os resultados se traduzem por valores estatisticamente significativos na grande maioria (122) das variáveis consideradas no estudo, às quais estão subjacentes concepções e práticas de estilos de vida distintas.

Recomenda-se pois, para que cada pessoa possa obter ganhos de saúde, desenvolver uma adequada gestão da sua vida, da relação consigo próprio, com as outras pessoas, com o ambiente e atingir o completo bem-estar físico, mental e social, se proceda ao repensar da acção educativa, da acção política, da justiça tributária, da distribuição de recursos e da solidariedade inter-regional de forma a dotar todos os cidadãos de “empowerment” e capacitação, visando que cada indivíduo possa de forma consciente e crítica construir a sua saúde através de E.V. adequados.

Como os dados traduzem de forma global os resultados estatísticos das concepções, práticas, conhecimentos e valores sobre estilos de vida dos jovens rurais e dos jovens urbanos do 1º, 4º,6º e 9º anos de escolaridade do ensino básico, sugere-se que em próximo(s) estudo(s), a análise comparativa desça ao nível dos diferentes anos de escolaridade contemplados na amostra, para verificar se existem níveis etários onde as diferenças encontradas são mais evidentes, ou se pelo contrário, essas diferenças se traduzem por uma constante desde o 1º ao 9º ano do ensino básico.

Bibliografia

Amaro, R.R. (1990) Desenvolvimento e Injustiça Estrutural, *Communio*, 5: 448-459.

Allen, P.(2001) Health Promotion, Environmental Health and Local Authorities. In, Scriven, A. e Orme, J. (Ed), *Health Promotion:Professional Perspectives* (2001). London: Palgrave.

Almeida, J. (2001) Ucrânianos em Portugal, *Mulher Moderna*, 648:9-12.

Almeida, J. F., Machado, F. L., Capucha, L. e Torres, A.C. (1994) *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.

Almeida, L. (2002) Combate à Obesidade: Prevenção na Diabetes Tipo 2, *UPDATE*: 155: 16-17.

Almeida, L. S. e Freire, T. (2000) *Metodologia de Investigação em Sociologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios.

Andrade, J. V. (1992) *Os Valores na Formação Pessoal e Social*. Lisboa. Texto Editora.

Avilez, F. e Martingo, C. (2002) Crenças, Tabus e Mitos dos Africanos Dificultam Combate à SIDA, *CONTRASIDA*, 2-11.

Azevedo, C. (1999) *Biologia Celular e Molecular*. Lisboa. Lidel Edições Técnicas, Lda.

Badinter, E. (1991) *Existe el Instinto Maternal? História do Amor Maternal*. Barcelona: Paidós.

Ballestros, G. A. (1986) *Teoria de la Geografía*. Madrid: Alhambra Universidad.

Ballesteros, R. F. e Carroble, J. I. (1989) *Evaluación Conductual*. Madrid: Ediciones Piramide S.A.

Balding, J. (1989) Young People:HEA Schocols Health Education, *Community Medicine*: 6: 64-72.

Bel, J. (1998) *Como Realizar um Projecto de investigação: Um Guia para Pesquisa em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.

Bellamy, R. e Freedman, A. (2000) HIV e SIDA: Avanços Recentes, *UPDATE*, 134: 38-42.

- Beltrão, L e Nascimento, H. (2000) *O Desafio da Cidadania na Escola*. Lisboa: Editorial Presença.
- Biman, A. E Cramer, D. (1990) *Análise de Dados em Ciências Sociais: Introdução às Técnicas Utilizando o SPSS*. Oeiras: Celta Editora.
- Bisquerra, R. (1995) *Metodos de Investigacion Educativa: Guia Pratica*. Barcelona: Ediciones CEAC.
- Bjorell, H. e Rossier, P. (1999) Long-term treatment of severe obesity:four year follow up of results of combined behaviour andmodification programe,*Medical*: 291: 82-106.
- Bogdan, R. e Biklen, S. (1994) *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e Métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bologne, J. C. (1995) *História do Casamento no Ocidente*. Lisboa: Temas e Debates.
- Bourdieu, P. (1979) *La Distinction – Critique Social du Jugement*. Paris: Minuit.
- Bourdieu, P. (1994) *Raisons Pratiques: Sur la Théorie de L'action*. Paris: Seuil.
- Bronw, A. L. e Deloach, J. S. (1985) Metacognitive Skills. In Donalson, M.,Grieve, R. E Pratt, C. (eds.) *Early Childhood Development and Education*. Oxford: Blackwell LTD:
- Bruer, J.T. (1995) *Escuelas para Pensar : una ciencia del aprendizaje en la aula*. Madrid: Paidós.
- Bruzos, S.C. (1991) *Educacion para a Salud en la Escuela*.Madrid: Ediciones Díaz de Santos, S.A.
- Buron, R. (1993) *Le Plus Beau de Matiers*. Paris: Plon.
- Caballero, D.(1995) *Nuevas Técnicas Sexuales*. Barcelona: Europam, Lda.
- Cabanas,J.M.Q. (1995) *Pedagogia Mora:El Desarrollo Moral Integral*: Madrid. Dykinson.
- Cabeza,M.C. (2000) *Ocio Humanista: Dimensiones e Manifestaciones Actuales del Ocio*: Bilbao: Universidade de Duesto.
- Capucha, L. M.(1998) Pobreza, Exclusão Social e Marginalidade. In Viegas, J. M. L. e Costa, A. F.(Org). Portugal que Modernidade. Oeiras: Celta Editora.
- Carles, J.(1965) *A Sexualidade*. Lisboa: Publicações Europa – América.
- Carvalho, G.S. e Anastácio, Z. C. (2002) Interesses e de Crianças e Adolescentes no Domínio da Sexualidade. *Actas do II Encontro Nacional da Prevenção e Educação para a Saúde*, Beja, 21-25.10.2002.

- Carvalho, G. S. (2003) Literacia Para a Saúde: Um Contributo Para a Redução das Desigualdades Em Saúde. In Lendro, M. et al. (org.) *Saúde. As teias da discriminação social*. Braga: Instituto de Ciências sociais, Universidade do Minho.
- Cassier, E. (1953) *The Philosophy or Symbolic Forms*. Nova Yorque: Yale University Press.
- Cavaco, C. (1993) *Do Desenvolvimento Rural ao desenvolvimento Local*. Lisboa: Programa de artes e Ofícios Tradicionais.
- Coehn, J. (1999) Obesidade, *UPDATE*: 123/124:12-16.
- Cohen,L. e Manion, L. (1990) *Metodos de Investigacion Educativa* .Madrid: Editorial
- Collins, P. e Williams, G. (2001) Obesidade: uma nova abordagem, *UPDATE*: 140:38-44.
- Comellas, M. J. (1993) La Eucacion de los Valores en el Seno de la Família. In Quintana, M. J.(coord.). *Pedagogia Familiar*. Madrid: Ediciones Narcea.
- Conde, I. (1996) Contextos, Culturas e Identidades. In Viegas, J. M. L. e Costa, A. F.(Org). *Portugal que Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Corr, L. (1999) Alterações dos Estilos de Vida na Prevenção da Coronariopatia, *UPDATE*, 120: 72-74.
- Correia, E. e Pinho, O. (1988) *Construir Saúde*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Correia, J. A. (1996) Formação e Trabalho para uma Transformação dos Modelos de Pensar na sua Articulação. In Estela, A., Canário, R. e Ferreira J. (Coord). *Formação, Saberes Profissionais e Situações de Trabalho*. (Vol.1). Lisboa Universidade de Lisboa.
- Correia, J. C. (2001) Sexualidade e afecto, *Fórum Estudante*, 117:12-15.
- Coquet, E., Laranjeiro, H. e Pereira, B. (2000) Estudo Descritivo dos Espaços Culturais na Sub-Região de Trás - os- Montes. In Pereira, B. (Coord), *Espaços de Lazer para a Infância na Região Norte: Minho – Lima e Alto Trás – os -Montes*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN) e Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.
- Coster, M. e Bawing-Legros, B. (1998) *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Editorial Estampa Lda.
- Dahl, R. A. (1957) The Concep of Power, *Behavioral Sciences*,II,201-215.
- Daykin, J. (2001) Overview of Health Promotion in the Workplace. In, Scriven, A. e Orme, J. (Ed), *Health Promotion:Professional Perspectives* (2001). London: Palgrave.
- Damon, W. (1983) *Social and Personality Development*. London. W.W. Norton & Company.

- Darlington, C. D. (1974) *Evolucion del Hombre yde la Sociedad*. Madrid: Aguilar.
- Doly, A. (1999) Metacognição e Mediação na escola. In Gargeate, M. (eds.) *A Metacognição, um Apoio ao Trabalho dos Alunos*. Porto: Porto Editora.
- Duvigneaud, P.(1997). *A Síntese Ecológica*. Lisboa: Ed. Instituto Piaget.
- Durkehim, P. (1963) *L'Education Morale*. Paris: PQF:
- Dias, J. (1986) *Antropologia Cultural*. Maia: Castoliva Editora Lda.
- Elias, N. (1991)*La Sociétè des Individus*.Paris:Fyard.
- Engels, F. (1963) *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Lisboa: Editorial Presença.
- Espanha, P. (1993) Das Palavras aos Actos: Para uma Elegia do Amor Camponês à Terra. In Santos, B. S. (org.) *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento.
- Faiburn, C. G., Doll, H., Welch, S. L. et al. (1997) Risk factors for bulimia nervosa: a community-based case-control study, *Arch Gen Psychiatry*: 17-54.
- Ferrarotti, F. (1986) *Sociologia*. Lisboa: Edições Teorema.
- Field, A. (2000) *Discovering Statistics.Using SPSS for Windows*.London:SAGE Publications.
- Flavell, J. H. (1976) Metacognitive aspects of problem – solving. In L. B. Resmick (Eds.), *The nature of intelligence*. Hillsdale, N. J: Lawrence Erlbaum Associates.
- Floch,T. e McClearn, G. (1990) *Genetics, bodi-weight and obesity*. Philadelphia: W. Saunders.
- Frade, A., Marques, M. M., Alverca, A. e Vilar, D. (1999) *Educação Sexual na Escola: Guia para Professores, Formadores e Educadores*. Lisboa: Texto Editora.
- Friedberg, E. (1993) *O Poder e a Regra: Dinâmicas da Acção Organizada*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Fontes, L. (1992) *Etnografia Transmontana: O Comunitarismo de Barroso (Vol II)*. Lisboa: Editorial Domingos Barreira.
- Forissier, T. (2003) *Les Valeurs Implicites dans L'Educationà L'Enviornment* ;Tese de Doutoramento, Universidade Claude Bernard 1.
- Garrow, J. (1988) *Obesity and related diseases*. London: Churchil Livingstone.
- Gaspar, J. (1993) Geografia e Ordenamento do Território: Dos paradigmas aos novos mapas, *Revista de Cultura Científica*, 13:51-56.

Genis, O. F. (1989) *Os Nossos Filhos: Educação Sexual e Função Educativa da Família*. Lisboa: Verbo Editora.

Eorge, D. e Mellary, P. (1999) *SPSS for Windows-step by step: a simple guide and reference*. Boston: Allin and Bacon.

Gilbert, J.K. e Swift, D.J. (1985) Towards a Lokatosian Analysis of the Piagetian and Alternative Conceptions Research Programs, *Science Education*, 69:681-696.

Gonçalves, O. F. (1990) *Terapia Comportamental: Modelos Teóricos e Manuais Terapêuticos*. Braga: Edições Jornal de Psicologia.

Gonçalves, M. G. (1996) Que Educação, Formação para ao Emprego? In Estela, A., Canário, R. e Ferreira J. (Coord). *Formação, Saberes Profissionais e Situações de Trabalho*. (Vol.1). Lisboa Universidade de Lisboa.

Guiddens, A. (1987) *La Constrution de la Sociétè. Élèments de la Théorie de la Struturation*. Paris: Presses Universitaires de France.

Guillespie, R. (1998) Helath Bihaviour and the Individual. In Guillespi, R. E Moon, G. (Eds.) *An Introdtion To Social Sience for Health Profissionals*. London : Rout Ledge.

Gillespie, R. e Prior, R. (1998) Health Inequailities. In Guillespi, R. E Moon, G. (Eds.) *An Introdtion To Social Sience for Health Profissionals*. London : Rout Ledge.

Goldman, L. (1964) *Por une Sociologie du Roman*. Paris :Gallimard.

Guillopé, J. E. S. (1965) *Educação Sexual: Primeiros Passos*. Lisboa: Editorial Pórtico.

Halford, P. (1998) *100% Health*. London: Judy Piatekus.

Hamonet, C. e Magalhães, T. (2001) *Systeme D'Identification et de Mesure dès handicaps: Manual Pratique*. Paris : Editions ESKA.

Hartman, D. (1993) Effect on dietary fat absorption of orlistat ,administered at different times relative to meal intake, *Clin Pharmacol*, 266: 36-70.

Instituto Nacional de Estatística (2000 e 2002) *Estatísticas económicas*. Lisboa: INE.

Ireland, R. (2001) Promoting Phisycal Activity with Local Authorities. In, Scriven, A. e Orme, J. (Ed), *Health Promotion:Professional Perspectives* (2001). London: Palgrave.

Jones, I. e Bloomfield, A. (1996) Promoting Health Through Social Services, in Scriven, A. e Orme, J. (eds.) *Health Promotion: Professional Perspectives*. London: McMillan Press LTD.

Jones, L. e Rose, W. (2001) Social Services and Health Promotion:Towards Independence and Empowerment. In Scriven, A e Orme, J. (Ed.) *Health Promotion: professional perspectives* (2001). London: Palgrave.

- Kant, E. (1998) *Crítica da Razão Prática*. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Kemn, J. e Close , A. (1995) *Health Promotion: The Teory & Practice*. London: McMillan Press LTD.
- Kent, A. e Bowyer, C. (1992) When weight gets out of control, *Medical*: 9: 48-56.
- Klein, D. M. E White, J. M. (1996) *Family Theories: an Introdotion*. London:SAGE Publications.
- Kluckhohn, S. (1978) *La Personalidade: En la naturaleza, la sociedad y la cultura*. Barcelona: Grijalbo.
- Kohner, N. (1999) *Como falar de Sexo às crianças*. Mem Martins: Lyon Edições.
- Kenway, J. E. e Bullen, E. (2001) *Consuming Children: Education-Enterteiment-Adverting*. London: Openn University Press.
- Kinsey, A. C. (1970) *O Comportamento Sexual da Mulher*. Lisboa: Editora Meridiano.
- Kinsey, A. C. (1972) *O Comportamento Sexual do Homer*. Lisboa: Editora Meridiano
- Larrauri, J. L. (2000) *Guia Elementar: Calorias*. Lisboa: Círculo de Leitores -Ed.
- Lecoq, M. (1978) *Estratégia para uma educação sexual em ambiente estudantil*. Lisboa: Edições Paulistas.
- Le Moal, P. (1969) *Etude sur la Prostitution de Mineurs: Problèmes Sociaux, Psychologiques e Psichiatriq*. Paris: Les Editions Sociales Françaises.
- Lopes, E., Grilo, E.M., Nazareth, J. M., Aguiar, J., Gomes, J. A. e Amaral, J.P. (1989) *Portugal: O Desafio dos anos 90*: Lisboa: Editorial Presença.
- Lopes, F. e Fuertes, A. (1999) *Para Compreender a Sexualidade*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- Lopes, J. C. (1999) A Moda dos Desportos Radicais, *O Consumidor*, 89:12-15.
- Loureiro, M. A.S. (1999) *Agora que já não sou Criança*. Lisboa: Secretariado nacional para a reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Macedo, T. (2001) Escravatura, *Jornal de Notícias*, 3 de Junho de 2001.
- Macfarlane, A., McPherson, A., McPherson, K. e Ahined, L. (1989) Teenargers and Their Health Education, *Arch Dis Child*: 62:12-19.
- Magurran, A.E.(1989).*Diversidade Ecológica y Su Medición*. Barcelona: Ed. Vedral.
- Malthus,T.R.(1982) *Ensaio sobre o Princípio da População*. Mem Martins. Publicações Europa América.

Maredith, P. e Devem, F. (1989) *Shifts in the Knowledge Base of Sex Education. The Other Curriculum: European Strategies for School Sex Education*. London: IPPF.

Markwell, S. e Speller, V. (2001) Partnership Working and Interprofessional Collaboration: Policy and Practice. In, Scriven, A. e Orme, J. (Ed), *Health Promotion: Professional Perspectives*. London: Palgrave.

Marques, M. (1996) Educação, Formação e Emprego. In Estela, A., Canário, R. e Ferreira J. (Coord). *Formação, Saberes Profissionais e Situações de Trabalho*. (Vol.1). Lisboa Universidade de Lisboa.

Marques, M. e Baptista, C. (2002) *Guia do Autarca 2002-2006*: Lisboa: Diário de Notícias.

Marquezi, D. e Gomes, L. (1984) *Guerra Nuclear*. São Paulo: Editora Três Lda.

Marx, K. (1971) *Contribution à la Critique de la Philosophie du Droit de Engels*. Paris: Aubier Montaigne.

Maslow, H. A. (1970) *Motivación e Personalidad*: Madrid: Ediciones Diaz de Santos.

Master, W. e Jonhsons, V. (1984) *Psicologia Moderna: Os 10 Grandes da Psicologia*. Lisboa: Verbo.

Mattews, M. R. (1992) Constructivism and Empiricism: an Incomplete Divorce. *Review of Education Research*, 22: 229-307.

Matos, M. G., Simões, C., Carvalhosa, S. F. e Reis, C. (1998) A Saúde dos Adolescentes Portugueses: *Estudo Nacional da Rede Europeia HBSC/OMS*: Faculdade de Motricidade Humana/Programa de Educação para Todos -Saúde.

McCre, C. e Yaffe, M. (1986) The Obese, Eating and their Bodies: mind over matter? Treating overweight, *Servier Laboratories*, 1, 15-45.

Mcdonald, G. (1997) Innovation, Difusion and Health Promotion: A case study, in Sidel, M.; Jones, L.; Katz, J. e Peberdy, A. (eds.) *Debates and Dilemmas in Health Promotion: A Reader*. London: McMillan LTD:

McLuhan, M. (1964) *Understanding Media*. Londres: Routledge.

Menezes, I. (1999) *Desenvolvimento Psicológico na Formação Pessoal e Social*. Porto: Edições ASA:

Monford, L. (1952) *Technique e Civilization*. Paris: Le Seuil.

Morgan, L.H. (1971) *Ancient Society*. London: McMillan.

Moscovici, S. (1988) *Psicologia Social: Influencia e Cambio de Atitudes Individuos e Grupos*. Barcelona: Ediciones Paidós.

- Mourão, P. R. (2003) Fosso entre regiões ricas e regiões pobres não para de aumentar, *Jornal Públicos*, 8 de Setembro.
- Navarro, (1976) *Emigração e Crise no Nordeste Transmontano*. Lisboa Prelo Editoras, SARL.
- Neto, F. (1984) A Migração Portuguesa Representada. *Revista de Psicologia e Ciências da Educação*, 1:43-67.
- Nikerson, R. S., Perkins, D. N., Smith, E. E. (1990) *Enseñar a pensar: aspectos de la Aptitude Intelectual* (2ª ed.). Madrid: Narcea.
- North, N. (1995) Economics and Health Care. In Gillespi, R. E Moon, G. (Eds.) *An Introduction To Social Science for Health Professionals*. London : Rout Ledge.
- Odum, E. P. (1982). *Fundamentos de Ecologia*. Lisboa: Ed. Fundação Kaloust Gulbenkian.
- Orme, J. (2001) Workplace. In, Scriven, A. e Orme, J. (Ed), *Health Promotion: Professional Perspectives* (2001). London: Palgrave.
- Osborn, J. E Freyberg, P. (1991) *El Aprendizaje de las Ciencias: Implicaciones de la ciencia de los alumnos*. Madrid: Narcea
- Pacheco, J. (2000) *O Sexo Por Cá*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pakianathan, M. R. (1999) Doenças Sexualmente Transmissíveis: Controlo através da educação, *UPDATE*, 119: 25-30.
- Pearson, T. e Shils, E. (1995) *Toward e General Theorie of Action*. Cambridge: Harvard University Press.
- Peneda, S. J. (2003) Últimos Dados do INE Mostram que se Acentuou o Fosso entre Regiões, *Jornal de Notícias*, 14 de Janeiro.
- Pereira, B., Falé, P. e Carmo, M.G. (2002) Estudo Descritivo dos Espaços Lúdicos da Sub-Região Minho – Lima. In Pereira, B. (Coord), *Espaços de Lazer para a Infância na Região Norte: Minho – Lima e Alto Trás – os – Montes* (2002). Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN) e Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.
- Pereira, J. (2001) Imigrantes Legalizados em Portugal, *Público*, 6 de Agosto.
- Pestana, M. A. e Gageiro, J. N. (2000) *Análise de Dados Para Ciências Sociais: A complementaridade do SPSS* (2ª Ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Piaget, J. (1975) *Seis Estudos de Psicologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pike, S. e Foster, D. (1995) *Health Promotion for All*. London: Churchill Livingstone

- Piot, (2002) SIDA no Mundo Ultrapassa as Piores Previsões, *CONTRASIDA*, 2: 12-15.
- Poirier, J. (1998) *História dos Costumes: o tempo, o espaço e o ritmo*. Lisboa: Editorial Estampa Lda.
- Prédali, D. (2001) *La Santé aux Moins des Predateurs*. Paris : Alias etc.
- Rapley, M.(2003) *Quality of Life Research: a critical introduction*. London: SAGE Publications.
- Rastan, M., Gilberg, C. e Garton, M. (1989) Anorexia Nervosa in a Swedish Urban Region: a population study, *Br Psychiatry*: 12-21.
- Ribeiro, M.(1992) A Condição do Idoso no Contexto das transformações Sócio-Económicas Recentes em região de Montanha – O Caso do Barroso. *Economia e Sociologia*, 53: 448-459.
- Ribeiro, O. (1987) *Ensaio de Geografia Humana e Regional*. Lisboa: Sá da Costa Editores.
- Rocher, G. (1989) *Sociologia Geral. Acção social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rodrigues, H. (1995) *Emigração e Alfabetização: O Alto-Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo.
- Rutherford, R. e Lopes, J. (1993) *Problemas de Comportamento na Sala de Aula: identificação, avaliação e modificação*. Porto: Porto Editora.
- Saint-Exupery, A. (1959) *O Príncipezinho*. Lisboa: Aster.
- Sanmartí, C. S. (1990) *Educación Sanitária: Princípios, métodos e aplicaciones*. Madrid: Imprenta Calero, S.A.
- Santos, B.S. (1993) O Estado, as Relações Sociais e o Bem-Estar Social na Semi-Periferia. In Santos, B. S org. *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, C. e Silva, C. (2002) *Formação Cívica: Um guia prático de aprendizagem*. Porto: Edições ASA.
- Sarte, J. P. (1962) *O Testamento de Sartre*. Lisboa: D. Quixote.
- Schultz, W. T. (1967) *O Valor Económico da Educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Scriven, A. (2001) The Influence of Government Policy on the Provision of Health Education in Schools. In Scriven, A. e Orme, J. (Ed), *Health Promotion: Professional Perspectives* (2001). London: Palgrave.

- Sedhouse, D. (1997) *Health Promotion: Prejudice and Practice*. London:Wiley.
- Smith, A. (1992) *Unemployment an Health*. London: Geenpeace.
- Soares, J.A.S. (1977) *Moral sexual*. Braga: Editorial Franciscana.
- Sousa, M.R. e Alexandrino, J.M. (2000) *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa: Lex.
- Silva, A. C. (2002) Campanhas não chegam aos Imigrantes, *CONTRASIDA*, 2:11
- Silva, A. S. (1994) *Tempos Cruzados: Um estudo investigativo da cultura popular*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Soppard, M.(1998) *Os Jovens, o Amor e o Sexo*. Lisboa: Edições Civilização.
- Sorokin, P. (1947) *Society, Culture and Personality: Their Struture and Dinamics*. Nova Iorque: Harper.
- Stancreu, J., Zaccagnini, J. L. e Marquez, M.O. (1992) *El Problema de la Droga: Uma analisis desde la Psicología de la salud*. Valencia:Promolibro.
- Stewart, A. (2001) Distúrbios Alimentares na Adolescência, *UPDATE*: 140:58-60.
- Taylor, S. (2002) *Etnographiq Research: AReader*. London: SAGE:
- Terr, L. (2000) *El Juego:Por qué los adultos necesitan de jugar*. Barcelona: Paidós.
- Toffler, A. (1991) *Os Novos Poderes*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.
- Tompson, J. M. (1998) *Nutritional Requirements of Infants and Young Children: Pratical Guidelines*. Oxford: Blackwel Science LTD.
- Tones, K. e Tilford, S. (2001) *Health Promotion: effectiveness, efficiency and equity* (3ª edição). Leeds: Nelson Thornes.
- Townsed, J., Wilkes, H., Haines, A. E Jarvis, M. (1992) Adolescentes Fumadores Observados em Clínica Geral: Saúde, Estilo de Vida, Medidas Físicas e Respostas ao Aconselhamento Antitabágico, *British Medical Journal* (BMJ), 1: 17-21.
- Uslander, A.S. e Weiss, C. (1997) *Como Responder às Perguntas Sobre Sexo: Programas para conversas informais com crianças de pouca idade*. Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Valleman, G. e williams, E. (2001) The Role of the Primary Care Group in Promoting Health . In Scriven, A. e Orme, J. (Ed), *Health Promotion:Professional Perspectives* (2001). London: Palgrave.

Van der Stel, J. (1998) *Manual de Prevenção: Alcool, Drogas e Tabaco*. Lisboa: Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT).

Wieck, K.E. (1988) Educational Organizations as Loosely Culped Systems. In Westoby, A. (ed) *Culture and Power in Educational Organizations*. London: Open University Press.

Whitaker, P. (1999) *Gerir a Mudança nas Escolas*. Lisboa: Edições ASA.

Wober, J. M. (1988) *The use and Abuse of Television*. London: Laurence Erlbaum.

Diferenças de Estilos de Vida Entre Populações de

Meio Rural e de Meio Urbano.

ANEXOS

Artur Gonçalves

Diferenças de Estilos de Vida Entre Populações de

Meio Rural e de Meio Urbano.

Anexo 1

Questionário

Questionário
UNIVERSIDADE DO MINHO
INSTITUTO DE ESTUDOS DA CRIANÇA

Mestrado em Estudos da Criança –
Promoção da Saúde e do Meio Ambiente
I.E.C./U.M
Investigador-Artur Gonçalves
Rua José Afonso 194- 4º Trás
4700-392 Braga
Telef. 253618306

1-Este inquérito faz parte de um estudo de investigação para o Mestrado de Estudos da Criança -Promoção da Saúde e do Meio Ambiente.
2-Destina-se à obtenção de dados sobre estilos de vida.
3- O inquérito é anónimo, mas a tua colaboração é preciosa, por favor sê o mais rigoroso possível nas tuas respostas.

Questionário para alunos do 1º, 4º; 6º e 9º anos do Ensino Básico
Neste questionário não há perguntas certas nem perguntas erradas, apenas pretendemos que nos dêes a tua opinião da forma que aches mais rigorosa possível
Desde já muito obrigado pela tua disponibilidade e colaboração.

a-Idade anos b- Sexo : Masculino Feminino

c- Área de residência - Lugar Aldeia Vila Cidade

d-Profissão do pai _____

e-Profissão da mãe _____

f- Os pais estão: Casados Separados Divorciados Viúvo/a

g- Número de irmãos: Rapazes Raparigas

h- Rapazes mais velhos Rapazes mais novos

i- Raparigas mais velhas Raparigas mais novas

j-Religião: Católica Muçulmana Protestante Outra Sem religião

1-Assinala com um (X) o que sentes necessidade de melhorar na tua vida.

0= Nenhuma necessidade

1= Alguma necessidade

2= Muita necessidade

	0	1	2
1- Habitação (casa)			
2- Alimentação (comida)			
3- Vestuário (roupa)			
4- A água e o ar			
5- A escola (educação)			
6- Justiça e equidade			
7- A auto estima e auto confiança			
8- A relação familiar			
9- O amor			
10- Os amigos			
11- Seres aceite e compreendido			
12- A paz			
13 - O saber (conhecimento)			
14- A ocupação dos tempos livres			
15- Aumentar a segurança			
16- O confiarem em ti e nas tuas capacidades			

2-Assinala com uma (X) com quem falas em assuntos de sexualidade (beijo, aparelho genital, menstruação, concepção, parto preservativo, pílula, SIDA, doenças sexuais...)

0 = Nunca

1 = Por vezes

2 = Sempre

	0	1	2
1- Com os pais			
2- Com o director da escola			
3- Com o psicólogo			
4- Com os colegas e amigos			
5- Com ninguém			
6- Com o padre			
7- Com os irmãos ou irmãs			
8- Com o médico de família			
9 - Com os professores ou professoras			
10- Com toda a gente			

3-De uma maneira geral ocupas os teus tempos livres a:

0= Nunca
 1= Algumas vezes.
 2 = Muitas vezes.

	0	1	2
1- A ir ao cinema, teatro, museus			
2- Ler, escrever,			
3- Conversar e jogar com os amigos com os amigos			
4- A tratar da tua imagem e da tua beleza			
5- Não fazendo nada (lazer)			
6- Passear nos centros comerciais			
7- Receber explicações das matérias das aulas			
8- Ver televisão			
9- Jogar no computador e navegar na Internet			
10- Ir para o jardim, parque infantil, parque radical			
11- Praticar desporto			

4- Assinala com um (X) o teu grau de concordância ou discordância com os seguintes temas:

0= Discordo plenamente
 1 = Discordo
 2 = Concordo
 3 = Concordo plenamente

	0	1	2	3
1-Aborto				
2- Prostituição				
3- Uso de brincos pelo homem				
4- Homossexualidade				
5- Mãe Solteira				
6- Pedofilia				
7- Divórcio				
8- O trabalho de crianças (trabalho infantil)				
9- Homem bater na mulher				
10- Mulher bater no homem				
11- Sexo antes do casamento				

5-De uma maneira geral na tua vida pessoal procuras:

0-Totalmente verdade
 1- Verdade
 2- Mentira
 3 -Totalmente mentira

	0	1	2	3
1- Andar vestido(a) com roupas de marca				
2- Comprar os produtos anunciados na televisão				
3- Impressionar os colegas e amigos/amigas				
4-Ter coisas melhores ou mais caras que os teus colegas				
5- Criar a imagem de pessoa importante				
6- Não engordar ainda que tenhas de passar fome				
7- Esconder os teus defeitos				

6- Assinala com (X) a frequência que durante o quotidiano semanal vês, ouves ou praticas estes acontecimentos.

- 0- Nunca
1- Algumas vezes
2- Muitas vezes

	0	1	2
1- Assistes ao acasalamento do galo - galinha, boi - vaca, cão -cadela...			
2-Tratas de animais (vacas, porcos, cabras, ovelhas, coelhos...)			
3- Vais a chegadas de bois			
4- Brincas ou jogas na rua com colegas e amigos			
5- Deitas-te às horas que te apetece			
6- Frequentas a loja, o café ou o bar			
7- Vês animais a passear livremente pela rua			
8- Matas um coelho, galinha ou outro animal para fazer o comer			
9- Conheces e falas com todas as pessoas da tua localidade			
10- Sais e deixas a porta da tua casa aberta ou com a chave na fechadura			
11- Ajudas os teus pais nos seus trabalhos			
12- Estudas sozinho e não tens ajuda nos trabalhos de casa			
13- Rezas			
14- Assistes ao nascimento de uma vitela, de um cabrito, porco...			
15- Passeias pelo campo			
16- Emprestas ferramentas ou utensílios aos vizinhos			

7-Completa com uma (X) o teu conhecimento, comportamento ou preocupação em relação aos seguintes temas.

	Sim	Não
1- Consultas regularmente o médico mesmo não estando doente		
2- Sabes para que serve a pílula		
3- Conversas sobre violência, droga e sexo com os teus pais		
4- Sabes o que significa a palavra obesidade		
5- Há ou conheces alguma pessoa com SIDA na tua localidade		
6- Na tua localidade há pessoas que pedem esmola		
7- Assaltam casas e roubam carros na tua localidade		
8- Conheces ou há homossexuais na tua localidade		
9- Conheces ou há alguém toxicod dependente na tua localidade		
10- Sabes para que serve o preservativo		
11- Não há bruxas, diabo nem feitiços		
12- Ser belo(a) é ser muito magro(a)		
13- Praticas desporto ou actividade física regularmente		
14- E educação sexual deve começar na escola do 1º ciclo		
15- Sabes como se faz um filho		
16- Sabes como se pode transmitir a SIDA		
17- Estás vacinado contra a Hepatite e Meningite		
18- A pobreza é uma das causas de doenças		
19- Ser gordo quer dizer que se tem saúde		

8- Assinala com (X) a frequência com que praticas estes actos.

- 0- Nunca
1- Por vezes
2- Sempre

	0	1	2
1- Procuras ver a validade dos produtos que compras e consomes			
2- Lês a informação sobre a composição dos produtos			
3- Reclamas quando o preço exposto não coincide com o que pagas			
4- És influenciado(a) a comprar pela publicidade			
5- Compras numa loja chique e não na mais barata			
6- Compras os produtos que consomes nos Hipermercados e centros comerciais			
7- Devolves ou vais trocar um produto deteriorado/estragado			
8- Separas o vidro e o cartão do restante lixo para serem reciclados			
9- Preocupas-te em comprar produtos que sejam amigos do ambiente			
10- Tens preocupação em relação à água que consomes			
12- Preocupas-te com a qualidade do ar que respiras			
13- Gastas dinheiro em livros que não sejam escolares			
14- Compras produtos mesmo que não te façam falta			

9- Responde sinalizando **SIM** ou **NÃO** aos seguintes aspectos de alimentação higiene e segurança.

	SIM	NÃO
1- Fazes pelo menos quatro refeições por dia		
2- Tomas banho todos os dias		
3- Pões o cinto de segurança sempre que entras no carro		
4- Costumas comer no Mc. Donald's ou Pizzaria		
5- Mudas as meias e as cuecas todos os dias		
6- Quando saís de casa verificas se o gás está desligado		
7- Comes sempre fruta à sobremesa		
8- Lavas os dentes no fim de cada refeição		
9- Procuras as passadeiras para atravessares a rua		
10- Bebes sempre Coca-Cola ou refrigerantes às refeições		
11- Na rua de dia/ noite procuras os lugares mais movimentados		
12- Procuras fazer tantas refeições de peixe como de carne		
13- Lavas sempre as mãos antes das refeições		
14- Desvias-te/ proteges-te dos animais que andam soltos na rua		
15- Tomas medicamentos não recitados pelo médico		
16- Vais regularmente (à) o cabeleireira/o		

10- Pensas emigrar-----Sim Não

11- O emprego/ trabalho vai influenciar o teu estilo de vida. Sim Não

12- Se sim, que profissão gostarias de ter?

R _____

Parte II

Embora todas as imagens possam ser idênticas, selecciona uma (e só uma) que para ti melhor corresponde à tua ideia sobre os aspectos em baixo indicados.

1-Sinaliza a imagem que melhor traduz o amor.



A =



B =



C =

2- Sinaliza a imagem que melhor traduz o poder



A =



B =

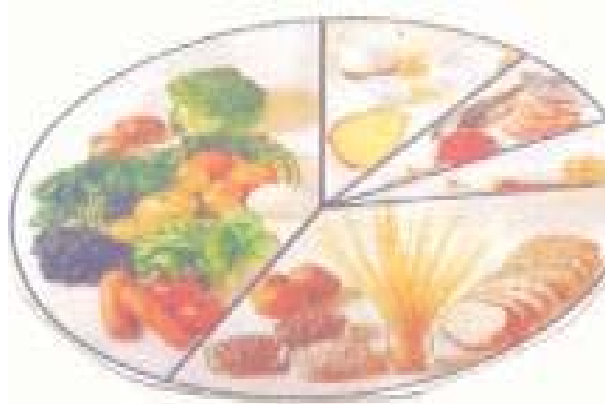


C =

3- Sinaliza a imagem que melhor saúde te proporciona



A =



B =



C =

4- Sinaliza a imagem que melhor simboliza a liberdade



A =



B =



C =

5-A imagem que simboliza o local onde mais gostas de comer



A =



B =



C =

7- Sinaliza a imagem que mais te preocupa em relação ao futuro.



A =



B =



C =

Rural 1º ano

Idade Sexo

Que assunto relacionado com o tema da sexualidade e da saúde reprodutiva gostarias de ser tratado em profundidade na aula de Estudo do Meio?

R: _____

Rural 4º ano

Idade Sexo

Que assunto relacionado com o tema da sexualidade e da saúde reprodutiva gostarias de ser tratado em profundidade na aula de Estudo do Meio?

R: _____

Rural 6º ano

Idade Sexo

Que assunto relacionado com o tema da sexualidade e da saúde reprodutiva gostarias de ser tratado em profundidade na aula de Ciências da Natureza?

R: _____

Rural 9º ano

Idade Sexo

Que assunto relacionado com o tema da sexualidade e da saúde reprodutiva gostarias de ser tratado em profundidade na aula de Biologia?

R: _____

Urbano 1º ano

Idade Sexo

Que assunto relacionado com o tema da sexualidade e da saúde reprodutiva gostarias de ser tratado em profundidade na aula de Estudo do Meio?

R: _____

Urbano 4º ano

Idade Sexo

Que assunto relacionado com o tema da sexualidade e da saúde reprodutiva gostarias de ser tratado em profundidade na aula de Estudo do Meio?

R: _____

Urbano 6º ano

Idade Sexo

Que assunto relacionado com o tema da sexualidade e da saúde reprodutiva gostarias de ser tratado em profundidade na aula de Ciências da Natureza?

R: _____

Urbano 1º ano

Idade Sexo

Que assunto relacionado com o tema da sexualidade e da saúde reprodutiva gostarias de ser tratado em profundidade na aula de Biologia?

R: _____

Diferenças de Estilos de Vida Entre Populações de

Meio Rural e de Meio Urbano.

Anexo 2

Hipóteses Nulas dos Eixos de Investigação.

Hipóteses nulas dos Eixos de Investigação

Para o eixo nº 1, a hierarquia das necessidades humanas (modelo Maslow) na caracterização dos estilos de vida, formularam-se 16 hipóteses nulas

- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação à habitação (casa);
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação à alimentação (comida);
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao vestuário (roupa);
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação à água e ao ar;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação à escola (educação);
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação à justiça e equidade;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação à auto-estima e auto-confiança;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação à relação familiar;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao amor;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação aos amigos;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação a ser aceite e compreendido;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação à paz;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao saber (conhecimento);
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação à ocupação dos tempos livres;

- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação à necessidade de aumentar a segurança;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre as populações jovens de meio rural e de meio urbano em relação à necessidade de confiarem em si e nas suas capacidades.

Para o eixo nº 2, a atitude perante a sexualidade na caracterização dos estilos de vida, formularam-se 10 hipóteses nulas.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano nas conversas sobre sexualidade com os pais;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano nas conversas sobre sexualidade com o director da escola;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano nas conversas sobre sexualidade com o psicólogo;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano nas conversas sobre sexualidade com os colegas e amigos;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano nas conversas sobre sexualidade com ninguém;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano nas conversas sobre sexualidade com o padre;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano nas conversas sobre sexualidade com os irmãos e irmãs;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano nas conversas sobre sexualidade com o médico de família;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano nas conversas sobre sexualidade com os professores ou professoras;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano nas conversas sobre sexualidade com toda a gente.

Para o eixo nº 3, os tempos livres e o lazer na caracterização dos estilos de vida, formularam-se 12 hipóteses nulas.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano na ocupação dos tempos livres com idas ao cinema, teatro, museus;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano na ocupação dos tempos livres em actividades de leitura e escrita;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano na ocupação dos tempos livres a conversar e a jogar com os amigos e amigas;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano na ocupação dos tempos livres a tratar da sua imagem e da sua beleza;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano na ocupação dos tempos livres a não fazer nada (lazer);
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano na ocupação dos tempos livres em passeios nos centros comerciais;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano na ocupação dos tempos livres com explicações da matéria das aulas;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano na ocupação dos tempos livres a ver televisão;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano na ocupação dos tempos livres a jogar computador e a navegar na Internet;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano na ocupação dos tempos livres com idas ao jardim, ao parque infantil, ao parque radical;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano na ocupação dos tempos livres em prática desportiva.

Para o eixo nº 4, os valores (conservadores e liberais) na caracterização dos estilos de vida, formularam-se 11 hipóteses nulas.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao tema do aborto;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao tema da prostituição;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao tema de uso de brincos pelo homem;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao tema da homossexualidade;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao tema, mãe solteira;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao tema da pedofilia;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao tema do divórcio;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao tema do trabalho infantil;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao tema do homem bater na mulher;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao tema da mulher bater no homem;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao tema do sexo antes do casamento.

Para o eixo nº 5, O “ser” e o “parecer” o “individual” e o “social” o “ego” e o “super ego” na caracterização dos estilos de vida, formularam-se 7 hipóteses nulas.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à importância de vestir roupas de marca;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à importância de comprar produtos anunciados na televisão;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à importância de impressionar os colegas e amigos/amigas;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à importância de ter coisas melhores e mais caras que os colegas;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à importância de criar a imagem de uma pessoa importante;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação a procurar não engordar ainda que tenha de passar fome;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação a procurar esconder os defeitos.

Para o eixo nº 6, a vivência do cotidiano na caracterização dos estilos de vida, formularam-se 16 hipóteses nulas.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os cotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação à assistência a acasalamentos de animais;

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação à assistência à acção de tratar e cuidar de animais;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação a assistir a chegadas de bois;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação a brincar e jogar na rua;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação a deitarem-se às horas que lhes apetece;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação à frequência de bares, cafés ou lojas;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação a verem animais a passearem livremente pela rua;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação a matarem um animal para fazerem o comer;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação a conhecerem e a falarem com todas as pessoas da localidade;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação a deixar a porta aberta ou com a chave na fechadura;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação a ajudarem os pais nas tarefas destes;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação a estudar sozinho e a não ter ajuda nos trabalhos escolares;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação a rezar;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação à assistência ao parto de vacas, cabras, porcas...;

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação a passeios pelo campo;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os quotidianos dos jovens de meio rural e de meio urbano em relação a emprestar ferramentas e utensílios aos vizinhos.

Para o eixo nº 7, o conhecimento, o comportamento, as preocupações e a atitude crítica na caracterização dos estilos de vida, formularam-se 19 hipóteses nulas.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à consulta regular do médico mesmo na ausência de doença;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à função da pílula;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação às conversas com os pais sobre violência, droga e sexo;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à palavra obesidade;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à existência ou conhecimento de pessoas com SIDA;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à existência ou conhecimento de pessoas que pedem esmola;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação a assaltos a casas e roubos de carros;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação e ao conhecimento de pessoas toxicodependentes;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à função do preservativo;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à existência de bruxas, diabo e feitiços;

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao conceito de ser belo é ser magro;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à prática desportiva regular;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à necessidade de a educação sexual começar no 1º Ciclo;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação a saber como se faz um filho;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação aos meios de transmissão da SIDA;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação e ao conhecimento de pessoas toxicodependentes;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação aos níveis de vacinação contra a hepatite e meningite;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano no relacionamento da doença com a pobreza;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à ideia de que ter saúde é ser gordo.

Para o eixo nº 8, os hábitos de consumo no desenvolvimento dos etilos de vida, formularam-se 14 hipóteses nulas.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano na verificação da validade dos produtos;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano na verificação da composição dos produtos;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à discrepância entre o preço anunciado e o preço quebrado;

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação a ser influenciado pela publicidade;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à preferência por uma loja chique e não a mais barata;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao local da compra dos produtos;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à atitude de devolver ou produtos deteriorados/estragados;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à separação de vidro e cartão para reciclagem;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à compra de produtos amigos do ambiente;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à qualidade da água que se consome;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à qualidade do ar que se respira;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à compra de livros não escolares;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à compra de bens não necessários.

Para o eixo nº 9, a alimentação, a higiene e a segurança na caracterização dos estilos de vida, formularam-se 16 hipóteses nulas.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao número de refeições diárias;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à frequência diária do banho;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à colocação e uso do cinto de segurança;

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à frequência do McDonald's, Pizzarias, Hamburguerias;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à mudança diária da roupa interior;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação às regras de segurança com o gás;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao consumo de fruta à sobremesa;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à higiene dentária;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao recurso à passadeira para atravessar a estrada, rua;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao consumo de refrigerantes às refeições;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à procura de lugares iluminados e movimentados para circular na rua;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação ao número de refeições de carne e de peixe;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação a lavar as mãos antes das refeições;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação aos animais que circulam livremente pela rua;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à auto - medicação;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à frequência regular do cabeleireiro/a.

Para o eixo nº 10, a percepção da emigração na caracterização dos estilos de vida, formularam-se 1 hipótese nula.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à intenção de emigrar.

Para o eixo nº 11, a percepção de emprego e de trabalho futuro na caracterização dos estilos de vida, formularam-se 2 hipóteses nulas.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano quanta influência que o trabalho /emprego vai ter no desenvolvimento de estilos de vida;
- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano quanto à profissão que gostariam de ter.

Diferenças de Estilos de Vida Entre Populações de

Meio Rural e de Meio Urbano.

Anexo 3

Hipótese Nulas dos Temas de Investigação.

Hipóteses nulas dos Temas de Investigação

Para o tema nº1, a concepção do amor na caracterização dos estilos de vida, formulou-se a seguinte hipótese nula.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação às diferentes formas de amor.

Para o tema nº 2, o poder na caracterização dos estilos de vida, formulou-se a seguinte hipótese nula.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação às diferentes formas de poder.

Para o tema nº 3, os fármacos, o equilíbrio alimentar e o exercício físico na caracterização dos estilos de vida, formulou-se a seguinte hipótese nula.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação às diferentes formas de saúde.

Para o tema nº 4, a liberdade (simbólica e efectiva) na caracterização dos estilos de vida formulou-se a seguinte hipótese nula.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação à liberdade.

Para o tema nº 5, os aspectos alimentares na caracterização dos estilos de vida formulou-se a seguinte hipótese nula.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação aos aspectos alimentares.

Para o tema nº 6, os factores condicionantes do futuro (fome, guerra e drogas) na caracterização dos estilos de vida formulou-se a seguinte hipótese nula.

- Ho: Não existem diferenças significativas entre os jovens de meio rural e de meio urbano em relação a factores como a fome, a guerra e as drogas.